



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 116ª  
(CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 115ª Sessão Ordinária;
- Ata da 37ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 38ª Sessão Extraordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela pela Liderança do PSB.  
(Pausa.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero sugerir que sejam retirados da pauta o item nº 183, PL nº 445, de 2015; o item nº 184, PL nº 697, de 2015; e que sejam incluídos o PL nº 965, de 2015, e a PELO nº 2, de 2015, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite pela Liderança da Rede. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade pela Liderança do PR.  
(Pausa.)

Gostaria de agradecer a presença de todas as pessoas que estão no plenário da Câmara.

Informo que temos uma limitação de quatrocentas pessoas na galeria. Às vezes os servidores permitem a entrada por ordem de votação dos projetos, mas hoje, como muitos projetos serão votados, todos vão entrar; daí um grupo sai, outro entra. Podem ficar tranquilos. Assim que formos votando os projetos, haverá um rodízio de pessoas que estão acompanhando as votações na galeria.

Quero cumprimentar o pessoal do SLU, que também se faz presente, o pessoal das QEs do Guará, o pessoal do PL nº 737, que está aqui, o pessoal da 809, o pessoal da 26 de Setembro, que também está aqui. O pessoal dos transportes também se faz presente. (Palmas.)

Vamos dando andamento, e vocês vão sabendo o que estamos votando.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade pela Liderança da Minoria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente. Boa tarde, nobres colegas de trabalho da Câmara Legislativa. Todos os que ocupam a galeria, sejam bem-vindos à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Sra. Presidente, ainda há pouco, nós falávamos sobre a nossa gloriosa Polícia Militar do Distrito Federal. Eu gostaria exatamente de falar sobre isso hoje. Gostaria de iniciar esta fala alertando para um fato extremamente grave: a possível volta da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

operação tartaruga a ser desencadeada pelos bombeiros e policiais militares do Distrito Federal.

Como instituições de prestígio e orgulho da população do Distrito Federal, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal prestam serviços essenciais à sociedade, garantindo segurança e auxílio à população a qualquer tempo, quando solicitados ou não. São merecedoras, portanto, de nosso total apoio, reconhecimento e gratidão.

A Polícia Militar do Distrito Federal se desenvolveu ao longo do tempo na modernização de suas táticas operacionais, administrativas e sociais, sem perder o foco em proporcionar segurança e conforto para a população. Desde então tornou-se, através de muito esforço e competência, uma das instituições mais respeitadas pela seriedade e dedicação de seus profissionais.

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal também presta serviços indispensáveis à população, salvando vidas, implementando a educação ambiental, além de realizar várias outras atividades não menos essenciais em favor da população.

Entendendo o valor dessas instituições, fazem-se necessários investimentos para o crescimento e desenvolvimento dos seus profissionais. Refiro-me, especificamente, a investimentos voltados a possibilitar que cada um desses profissionais galgue postos mais elevados na sua respectiva corporação. Um dos investimentos, sem sombra de dúvida, relaciona-se à implementação urgente de medida apta a reduzir em 50% o interstício de tempo necessário para a promoção dos militares.

No mês de agosto, o Governador Rodrigo Rollemberg prometeu a redução do interstício em comento. Todavia, passados três meses, essa promessa caiu por terra, mais uma vez, como quase todas as promessas do Governador Rodrigo Rollemberg. Mais uma vez o Governador não cumpre o prometido, causando frustração à categoria, e deixando os policiais e bombeiros insatisfeitos e desmotivados, meu nobre Líder do Governo, Deputado Julio Cesar.

A segurança pública do DF está em sinal de alerta, prestes a enfrentar mais uma vez a operação tartaruga, fato este que trará prejuízos irreparáveis para a população do DF, como, por exemplo, o aumento da criminalidade e a diminuição da eficiência dos imprescindíveis serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

O que nós queremos é tão somente que o Governador cumpra o compromisso feito com os policiais e bombeiros militares: reduzir em 50% o interstício de tempo necessário para a promoção dos 1.145 policiais que aguardam ansiosamente por tal medida. Em termos financeiros, isso teria o custo de, aproximadamente, 13,7 milhões de reais, montante esse insignificante quando comparado com a receita do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Diante de tudo isso, espero que o governo cumpra com sua palavra, que reduza o interstício em 50% a fim de permitir as promoções dos policiais e bombeiros militares, evitando, portanto, o início da operação tartaruga.

Brasília não pode virar um caos. Tanta coisa vem acontecendo, derrubadas desmotivadas, e muitas vezes aquilo que deveria acontecer não está acontecendo: a segurança de que nós precisamos, o apoio aos servidores públicos do Distrito Federal. Nós precisamos que o Governador esteja atento a isso, para que Brasília não termine o ano no caos.

É claro que não posso deixar de dizer ao pessoal das Quadras 38 e 58 do Guará que terão meu total apoio para que o projeto seja votado. Os pastores, padres e pessoas de diferentes instituições religiosas podem ter certeza absoluta de que hoje terão meu total apoio para acabar com o martírio que já dura mais de vinte anos, sem que essas instituições possam desenvolver seus trabalhos sociais. Nós estamos lutando para que não haja derrubada, especialmente onde as pessoas estejam habitando. Sou contra invasão, sou contra grilagem, mas sou contra também que se derrubem casas que estão habitadas.

Um abraço a todos vocês!

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Bispo Renato Andrade, parabeno-o pela fala. V.Exa. sabe que eu também tenho compromisso com a Polícia Militar. A informação que tivemos é que o parecer de muitos advogados não incluiria essa *per capita* dentro do Fundo Constitucional, e o Governador não ficaria inelegível por conta disso. Então, quero parabenizar V.Exa. pela fala.

O Governador disse que vai atender amanhã um grupo de policiais militares, e convido V.Exa. para estar presente, para encaminharmos de forma coletiva e evitarmos realmente a operação tartaruga, como V.Exa. mencionou. E as derrubadas também, como diz a população aqui.

(Manifestação da galeria.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado Raimundo Ribeiro, que está neste momento presidindo a sessão, Sras. e Srs. Deputados...

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Chico Vigilante, só um momentinho, por favor. Eu peço ao pessoal que está na galeria que tenha um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

pouco de paciência. Aqui nós temos um rito, e temos que garantir ao Parlamentar o direito de falar, de falar e ser ouvido. Então, peço a vocês que nos intervalos façam os pedidos, mas, quando o Parlamentar estiver falando, por gentileza vamos manter o direito dele de se expressar. Obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço para V.Exa. fazer a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 823, que trata de crédito. Peço para V.Exa. também incluir o Projeto de Lei nº 825, que trata de outro crédito. Quero saudar todos os homens e mulheres de bem que estão na galeria neste dia.

Sr. Presidente, nós tivemos no dia de hoje, começou às 5h da manhã, uma operação da Polícia Federal do Brasil, que já vasculhou inúmeros endereços. São 53 mandados de busca – ela é intitulada Catilinárias. Quando eu li isso, pedi para verificar o que é, Deputado Julio Cesar.

As Catilinárias são uma série de quatro discursos celebrados pelo cônsul romano Marco Túlio Cícero, pronunciados no ano 63 antes de Cristo, no senado romano contra Lúcio Sérgio Catilina, militar e senador da Roma antiga, acusado de conspirar para derrubar a República Romana.

A síntese do texto é a seguinte:

“Até quando, Catilina, abusarás da nossa paciência? Por quanto tempo a tua loucura há de zombar de nós? A que extremos se há de precipitar a tua desenfreada audácia? Nem a guarda do Palatino, nem a ronda noturna da cidade, nem o temor do povo, nem a afluência de todos os homens de bem, nem este local tão bem protegido para a reunião do Senado, nem a expressão do voto destas pessoas, nada disto conseguiu perturbar-te?

Não te dá conta que os teus planos foram descobertos? Não vês que a tua conspiração a têm já dominada todos estes que a conhecem? Quem, dentre nós, pensas tu que ignora o que fizeste na noite passada e na precedente, onde estiveste, com quem te encontraste, que decisão tomaste?

Oh tempos, oh costumes!”

Isto, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é exatamente o que Eduardo Cunha estava fazendo com a Nação inteira: chantageando, mentindo, corrompendo, fazendo todo tipo de jogo. Felizmente o Ministro Teori Zavascki, que é um homem altamente qualificado para a função que exerce, tomou as providências necessárias para que esse abuso comece a diminuir. Seguindo a tomada de posição hoje por parte do Ministro Teori, a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados deu continuidade ao processo de investigação para cassação do mandato do Sr. Eduardo Cunha. Foram 11 votos a 9. Aí dá para entender por que ele chantageava tanto a bancada do Partido dos Trabalhadores: porque exatamente a bancada do PT foi fundamental e decisiva para a continuidade do processo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Espero que, agora, o Supremo Tribunal Federal vá além e tenha a capacidade de afastar o Sr. Eduardo Cunha, para o bem desta Nação e pelo mal que ele estava cometendo contra esta Nação. É fundamental o que está acontecendo hoje, é um sopro de esperança nesta Nação e a demonstração de que só na democracia é possível avançar a justiça.

Dito isso, quero dizer a todos os trabalhadores e trabalhadoras, ao pessoal do SLU que está aqui batalhando pelo salário e a outros trabalhadores que estão presentes que estou pronto para votar esses projetos de remanejamento de recursos para pagamento de vocês.

Eu só espero que o Governo do Distrito Federal tenha a capacidade de contratar melhores empresas e que essas empresas prestadoras de serviços não fiquem fazendo a judiação que fazem com vocês. Espero que o governo contrate empresas, Deputado Juarezão, que tenham capacidade de, ao final do mês, pagar direitinho os trabalhadores, sem ter que vocês fazerem greve todo mês para poderem receber os salários.

É realmente uma vergonha que todo mês esses trabalhadores tenham de fazer greve para poderem receber um salário que já é minguado, salário esse pago por uma função tão digna, mas tão dura, como é a dos garis nesta cidade.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso pela Liderança do Bloco Amor por Brasília.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assessores, membros da imprensa, quero saudar os trabalhadores do SLU que estão aqui presentes, como também os futuros moradores das novas quadras do Guará: as Quadras 38 a 58, que há vinte anos buscam essa regulamentação.

Hoje tive a honra de ser o relator do projeto de interesse desses moradores do Guará na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Esse projeto foi aprovado também na Comissão de Constituição e Justiça. Está pronto para ser votado no plenário esse projeto de lei, Deputada Celina Leão, que vai realizar o sonho de vinte anos dessas pessoas que moram ali no Guará. Há vinte anos eles aguardam isso. A filha da D. Tereza tinha 5 anos de idade e, hoje, com 25 anos, ela vai ver esse sonho ser realizado. Há o compromisso do governo de sancionar esse projeto de lei lá nas quadras – segundo o que foi colocado –, junto com o Governador Rodrigo Rollemberg, para que se possa realizar o sonho dessas pessoas.

Parabéns pela luta de vocês. Nós temos certeza de que o Plenário será sensível a ela.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Quero também citar aqueles que estão lutando, Deputada Celina Leão, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2015. Esse projeto de decreto legislativo, da Deputada Liliane Roriz, propõe a suspensão das derrubadas por um período. Salvo engano, existe uma medida, uma emenda modificativa a esse projeto, que determina, Deputada Celina Leão, que a Agefis somente continue as derrubadas nas áreas que tenham decisão judicial.

Quero aqui dizer que, em uma audiência pública recente sobre derrubadas, eu propus ao governo o acordo de que parassem as derrubadas, que a população parasse de construir e que os grileiros fossem colocados na cadeia.

Deputado Chico Vigilante, grileiros que, muitas vezes, venderam essas terras públicas a essas pessoas cometeram crime, porque usaram a boa-fé das pessoas para ganhar seu dinheiro privado e deixar essas pessoas ao relento. Eu ainda disse mais: propus que, na prisão dos grileiros, seja feito o bloqueio de bens de todos eles para que haja, Deputado Julio Cesar, o ressarcimento às pessoas que sofreram com a derrubada das suas casas. O Estado pode ter responsabilidade, porque não fiscalizou, mas o bandido que vendeu isso tem de ser colocado na cadeia, e os seus bens devem ser confiscados, Deputada Celina Leão, para pagar essas pessoas que foram enganadas por esses meliantes.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, parabéns pelo discurso que V.Exa. faz nesta tarde trazendo um assunto tão importante. De antemão, já quero declarar o meu voto a favor do Guará em relação a essas quadras, porque logo mais estaremos votando esse projeto.

Quero deixar bem claro que V.Exa. está construindo essa votação desde a semana passada. V.Exa. teve a sensibilidade de ligar para todos os Líderes e demonstrar a importância de votarmos esse projeto hoje, nesta Casa. Eu tenho certeza de que, ao final do dia, nós alcançaremos essa vitória, que é a aprovação das quadras no Guará.

Eu quero falar também sobre esse assunto da grilagem que V.Exa. traz aqui, hoje. Eu estou favorável ao PDL da Deputada Liliane Roriz para que possamos, daqui a pouco, submetê-lo ao Plenário, mas quero deixar bem claro que nossas ações não serão pautadas por ações de grileiros. Esta Casa não será pautada por nenhum grileiro.

Muitas vezes, pessoas acabam se infiltrando no nosso meio para nos levar a determinados atos. A Deputada Telma Rufino é uma defensora exemplar porque ela é contra a grilagem em Brasília. Nós não podemos permitir a grilagem.

Eu quero dizer que respeito o posicionamento de qualquer Deputado daqui, mas, se for para assinar qualquer tipo de CPI, eu vou assinar de um Deputado, de um Parlamentar. Não vou assinar na mão de ninguém.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Eu vejo que nós temos que valorizar os nossos Deputados, e não vou aceitar imposição de quem quer que seja, muito menos de qualquer tipo de grileiro. Esta Casa tem que se dar ao respeito. Nós temos que respeitar essas pessoas que estão aqui, que lutaram para ter a moradia, a casa, embora muitas delas tenham sido enganadas por pessoas que vêm vendendo o sonho da casa própria. Eu defendo esse sonho. Estou aqui para apoiar, mas chega de grilagem em Brasília!

É isso, Deputado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Eu concederia a V.Exa., até porque V.Exa. é do nosso bloco Amor por Brasília. O Deputado Julio Cesar também é do nosso bloco. O bloco Amor por Brasília tem, Deputada Celina Leão, um Líder de governo e um Líder de Oposição. O menor sou eu, que sou o Líder do bloco.

Ouçó o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Aproveitando a fala do Deputado Julio Cesar, eu gostaria de falar ao pessoal do 26 de Setembro, de Vicente Pires, enfim, de todo o Distrito Federal.

Gente, nós temos ajudado na medida do possível. Estamos tentando todos acordos, tanto é que estamos lutando em favor de todos vocês, mas eu não posso concordar com perseguição. Não posso aceitar, de jeito nenhum, que se persiga uma Deputada que tem sido combativa ao nosso lado, como é a Deputada Telma Rufino. S.Exa. está em todos embates em que entramos até agora. Ela tem lutado, tem sido uma parceira das pessoas que lutam para manterem a moradia, a residência.

Eu quero repudiar todos aqueles que dizem que a Deputada Telma Rufino está a favor de fulano ou beltrano. A Deputada Telma Rufino está a favor da população do Distrito Federal para que tenham direito à moradia. Fica aqui, então, o meu apoio à Deputada Telma Rufino.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouçó o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, eu quero também fazer um aparte em sua fala.

Eu acho que cada Parlamentar aqui tem que ser respeitado em sua história. A Deputada Telma Rufino tem uma história de luta, uma luta pela regularização das habitações, tanto é que S.Exa. se tornou Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários.

Nós entendemos o respeito que essa Parlamentar tem nessa luta pela regularização. Eu acho que esta Casa tem que se portar de maneira altiva, sim. Vai a minha solidariedade à Deputada Telma Rufino. Qualquer comunidade que quiser construir com esse Parlamento vai ter que construir com todos os Parlamentares. Se desrespeitar um Parlamentar daqui, estará desrespeitando todos os Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, primeiramente eu quero, Deputada Telma Rufino, dizer que há o nosso reconhecimento. Não é qualquer um que vai passar por cima da sua história. V.Exa. é uma referência para todos nós porque sabemos que V.Exa. não chegou por acaso a este mandato. Nós sabemos o tamanho da sua luta, principalmente pelas famílias mais pobres. Nós sabemos quantos tratores V.Exa. teve que enfrentar, quantas vezes, inclusive, correu risco de morte, quantas ameaças sofreu. Então, é inadmissível que queiram fazer isso com V.Exa.

Pode ter certeza absoluta de que nós, que conhecemos a sua história, não vamos permitir isso porque somos testemunhas da sua luta. Parabéns pelo que V.Exa. fez e faz e pelo que V.Exa. vai continuar fazendo.

Muito obrigado, Deputada Telma Rufino.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, primeiro, eu quero agradecer a concessão do aparte.

Segundo, quero me dirigir diretamente à minha amiga, uma pessoa muito querida que aprendi a admirar aqui na convivência diária, que é a Deputada Telma Rufino.

Todos aqui conhecem a história de V.Exa. Todos aqui sabem o quanto V.Exa. se esforçou para estar, merecidamente, sentada neste lugar para fazer a defesa daquilo que considera ser o mais acertado para a nossa cidade. Eu também sou testemunha disso, Deputada.

Eu sei também que quem trabalha incomoda, e V.Exa. incomodou muito. V.Exa. incomodou tanta gente desde o início do seu mandato que as pessoas, de forma ilegítima, tentam questioná-la. Mas, olhe, se serve de consolo – e eu acho que serve –, saiba o seguinte: há um ensinamento no livro da vida, que é o melhor livro que existe, que diz que realmente a luz incomoda a treva, e V.Exa. é a luz aqui.

Parabéns. (Palmas.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Para concluir o meu discurso, eu quero dizer, Deputada Telma Rufino, que quem a persegue o faz porque não quer a legalidade, pois V.Exa. tem lutado nesta Casa para regularizar todas as áreas irregulares do Distrito Federal. (Palmas.)

V.Exa. trabalhou com a minha mãe na Administração de Águas Claras. V.Exa. me conheceu mais novo, e eu sou testemunha da sua luta, principalmente para a regularização do Setor Arniqueiras. Digo o seguinte: qualquer um que tenta se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

levantar o faz porque V.Exa. não aceita bandidagem e não aceita grilagem. V.Exa. não tem só o apoio de todos os Deputados que estão aqui. V.Exa. tem o meu apoio combativo. Qualquer um que se levantar contra V.Exa. pode ter certeza de que...

V.Exa. sempre se pautou pela legalidade, principalmente na Presidência na Comissão de Assuntos Fundiários. V.Exa. chegou aqui com uma bandeira de luta, com a bandeira da regularização fundiária do Distrito Federal, porque conhece o que essas famílias passam todos os dias. V.Exa., Deputada Telma Rufino, sabe que eles dormem todos os dias com medo de o trator derrubar suas casas, porque V.Exa. viveu isso. Como diz Deputado Wellington Luiz, V.Exa. já parou muito trator.

Quero dizer o seguinte: quem se levantar contra as ações republicanas de V.Exa. está se levantando contra esses Deputados e, tenho certeza, contra esta Casa. Nós não vamos aceitar que bandido paute esta Casa, porque bandido tem que estar na cadeia, grileiro tem que estar na cadeia. Eu acho um absurdo que alguns grileiros venham aqui e posem de bons mocinhos.

Eu quero fazer um apelo à Polícia Civil do Distrito Federal: vamos prender os grileiros. E à Justiça desta cidade: vamos bloquear os bens e dá-los àqueles que tiveram suas casas derrubadas.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Sem revisão da oradora.) – Eu quero aqui agradecer a todos os Deputados que estão me defendendo. Eu só quero dizer a esta comunidade que está aí o seguinte: tem-se que regularizar o Distrito Federal sim, só que não trabalhamos agredindo as pessoas, ainda mais neste Parlamento aqui. Há que se respeitar a opinião de todo mundo aqui.

Vamos trabalhar em prol da regularização, mas eu não vou aceitar que ninguém venha aqui querer me coagir, porque eu acho que cada Deputado tem um compromisso com o povo e, a partir do momento... Deputado Julio Cesar, Deputada Celina Leão, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputado Wellington Luiz, Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Rodrigo Delmasso, todos os Deputados estão fazendo aqui a defesa da comunidade. Então, nós não temos que aceitar nada.

Outra coisa: se tiver que partir algum requerimento desta Casa ou alguma CPI, isso tem que partir dos Deputados e não de quem está lá fora, que mal se conhece, que quer juntar pessoas e colocá-las dentro de ônibus para virem fazer bagunça aqui na Câmara. Temos é que trabalhar. Nós vamos trabalhar em prol da regularização, sim, mas não desse jeito, vindo me coagir aqui. Não aceito de jeito nenhum. Nem na minha pior situação, eu aceitei. Vai ser agora que eu vou aceitar?

Quero agradecer a todos vocês o apoio. Esta Casa é unida e é uma Casa séria. Não é uma Casa que faz parte da grilagem de terra nem das invasões. O que eu puder fazer para ajudar o pessoal, como Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, vou ajudar sim, mas não sob coação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Deputada, eu tenho certeza disso, até mesmo porque aqui, Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, ninguém faz parte de facção criminosa nenhuma. Aqui nenhum Deputado faz parte de facção criminosa nenhuma. V.Exa. falou muito bem.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu não poderia deixar de falar sobre esse tema, até porque, juntamente com o Deputado Bispo Renato Andrade e a Deputada Telma Rufino, V.Exa. também participou daquela audiência pública para discutir a questão das desocupações irregulares no Distrito Federal, a forma truculenta e errada, na nossa avaliação, de a Agefis retirar aquelas famílias.

Dali saímos com o compromisso de cobrar do Governo do Distrito Federal e da própria Agefis que deixem os outros órgãos de governo trabalharem para que haja desocupações e retiradas de uma forma mais humana, ou seja, que o governo ofereça alternativas, programas habitacionais. Decidimos que iríamos dialogar com o governo, com a Agefis e, só aí, depois, se a Agefis continuasse com essa forma truculenta e fora da lei de derrubar as moradias das pessoas, abriríamos a CPI.

Portanto, a Deputada Telma Rufino tem razão. Quem pede CPI nesta Casa ainda são os Deputados, embora a população tenha o direito de cobrar que esta Casa abra e investigue órgãos do governo e outras questões. Mas é preciso ter calma. Nós não vamos agir aqui de forma açodada. As coisas têm que ser dialogadas, mas o importante é que esta Casa reconhece que essa população merece, é lei, está na Constituição: todo brasileiro tem direito a uma moradia digna. Portanto, nós temos que trabalhar para que todos vocês tenham suas moradias e suas residências.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado. Para concluir, Deputada Celina Leão, eu quero também pedir a sensibilidade deste plenário para que possamos aprovar hoje, Deputada Telma Rufino, o PLC nº 54/2015, que é um avanço para a regularização da primeira fase dos templos religiosos no Distrito Federal. Esse PLC foi construído com o fórum das entidades religiosas aqui em Brasília, que tem a representação de todos os segmentos religiosos: a igreja católica, a igreja evangélica, o movimento espírita e o movimento umbandista. Ou seja, todos construíram esse projeto de lei. É um projeto de lei em que houve consenso. Ele foi debatido até o último segundo para verificarmos a melhor proposta.

Hoje, nós conseguimos aprovar esse projeto na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Eu peço a sensibilidade dos Deputados para aprovarmos esse projeto de lei para que, no ano que vem, nós já possamos iniciar a regularização de, pelo menos, Deputado Prof. Reginaldo Veras, mais de noventa terrenos e templos religiosos que estão na Terracap.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Eu quero fazer um pedido ao Secretário de Gestão do Território, Thiago, para que encaminhe, no ano que vem – neste ano, não dá mais tempo –, já na primeira sessão legislativa do ano que vem, o projeto de lei para desafetar as áreas dos anexos 3 e 5, que fazem parte da segunda fase de regularização dos templos religiosos.

Por quê? Os templos religiosos, as igrejas, as entidades sociais fazem um trabalho social de resgate dessa sociedade. Nós pegamos, muitas vezes, jovens que estão desacreditados, Deputado Juarezão, que estão nas drogas e que vão para as nossas igrejas. Em seis meses, sete meses, nós os devolvemos para a sociedade com dignidade, e, acima de tudo, acreditando que podem mudar a vida deles e a vida de outras pessoas.

Isso, o governo não faz, o Estado não consegue fazer. Não tem dinheiro no mundo que faça isso. O que faz isso é a fé das pessoas e o amor de quem está ali dedicando o seu tempo para essas vidas.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Um abraço. (Palmas.)

Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos  
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputada Celina Leão, nossa Presidente da Casa, e, mais uma vez, parabéns pela grande vitória no dia de ontem, significado de que, realmente, V.Exa. vem fazendo um excelente trabalho nesta Casa. Nós, Deputados, temos uma admiração muito grande por V.Exa.

No dia 7 de abril de 2015, tive o privilégio de lançar nesta Casa a Frente Parlamentar do Idoso, para defender e promover os direitos dos idosos no Distrito Federal.

Naquela ocasião, falei que os incentivos aos idosos do Distrito Federal ocupam os últimos lugares na fila de investimentos previstos no orçamento e também do meu compromisso com esse segmento populacional que defendo e pelo qual luto.

Hoje, no Distrito Federal, são mais de 300 mil idosos, segundo dados da Codeplan, motivo pelo qual temos a necessidade de promover ações parlamentares para o efetivo cumprimento dos direitos desse segmento populacional.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Como presidente dessa Frente, recebi algumas demandas relacionadas à política pública do idoso e, ao tomar conhecimento de cada uma delas, não poderia me calar. Uma das demandas de extrema importância, talvez a maior, entre outras, refere-se à extinção do Núcleo de Atenção à Saúde do Idoso do Distrito Federal – NUSI.

A atenção à Saúde do Idoso, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, integrava a Coordenação do Núcleo de Atenção à Saúde do Idoso, presente na Administração Central da Secretaria de Educação do Distrito Federal, implantado em 1992, entre uma das perspectivas biopsicossocial com ênfase na promoção, preservação, reabilitação e tratamento de agravos à saúde de pessoas com mais de 60 anos.

Com a nova reestruturação da Secretaria de Saúde, publicada no DODF, no dia 27/11/2015, foi extinta a coordenação desse Núcleo de Atenção à Saúde do Idoso. E agora a Nusi está presente na Administração Central da SES, subordinada à Gerência de Ciclos de Vida e à Diretoria de Ciclos de Vida Prática e Integrativa à Saúde.

A identidade referência das ações voltadas ao idoso se perde muito com a extinção de uma coordenadoria que cuidava especificamente das políticas públicas voltadas aos idosos, pois, na presente estrutura, as ações destinadas aos idosos estão juntas com a mulher e a criança. Portanto, essa Frente sugere o retorno da Coordenação do Núcleo de Atenção à Saúde do Idoso o mais rápido possível.

Uma outra demanda diz respeito ao espaço que era destinado à Coordenação do Idoso do Distrito Federal. Como todos sabem, em 2011, foi criada a Secretaria Especial do Idoso, extinta no início dessa gestão, e, diante da importância que os idosos possuem e da necessidade de avançarmos na política pública dos idosos, lutei pela sua manutenção. Mas, infelizmente, pela situação por que o Distrito Federal passava, foi voto vencido.

Na nova estrutura do governo, a Secretaria do Idoso foi substituída por uma Coordenação da Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa, que fazia parte da extinta Secretaria da Promoção dos Direitos da Mulher, Direitos Humanos e Igualdade Racial.

Com a nova reestruturação das secretarias, em 25 de outubro, a Coordenação do Idoso passou a fazer parte da estrutura da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

A partir de então, a coordenação deixou de ocupar uma das salas localizadas na estação do metrô da 112 Sul, que é um espaço planejado para garantir a mobilidade de forma acessível, com rampas, elevadores e escadas rolantes. Além de ficar em uma estação do metrô e próximo às paradas de ônibus, o espaço também é importante como espaço urbano de convivência, lazer e construção de relações sociais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Por isso, em 2014, foi sancionada a Lei Distrital nº 5.307, de 2014, de autoria do Deputado Evandro Garla, que deu ao *hall* de acesso à plataforma da Estação 112 Sul do Metrô, onde estão localizadas as referidas salas de 1 a 5 da Ala L Norte da Quadra 112 da Asa Sul, a denominação de Espaço do Idoso. Portanto, a disponibilidade de salas localizadas na Estação 112 Sul do metrô para a Coordenação da Pessoa Idosa efetiva direitos em termos de acessibilidade, pois atende às necessidades específicas desse segmento populacional, que muitas vezes possui mobilidades reduzidas.

Também fomos acionados, como Presidente da Frente, sobre a extinção do Núcleo de Atendimento Jurídico, que foi implantado em 12 de maio de 2014, por meio do Termo de Cooperação Técnica entre a extinta Secretaria do Idoso, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal e a Fundação de Assistência Jurídica, com o objetivo de implementar medidas que visavam a assegurar aos idosos carentes do Distrito Federal o acesso à Justiça. O Núcleo de Atendimento Jurídico, que funciona de segunda à sexta-feira, das 9h às 18h, é uma espécie de defensoria específica para atender, de forma gratuita, essas pessoas que precisam de apoio jurídico. Portanto, a renovação, Deputado Joe Valle, do Termo de Cooperação e a sua continuidade são de interesse da população e não podem ser ignoradas. Por isso, como Presidente da Frente Parlamentar do Idoso e como Líder do Governo, estou trabalhando para que haja uma efetiva proteção e uma forte mobilização para promover e defender os direitos dos idosos.

Faço aqui um apelo ao Deputado Joe Valle, até porque ele é o secretário dessa pasta – na verdade, não sei se ele vai voltar ainda para a Secretaria do Trabalho. Estamos com esse convênio que vai vencer, Deputado Joe Valle, e, para o segmento do idoso, é importante que haja a renovação, porque os nossos idosos não podem sofrer, sem que haja esse atendimento. V.Exa. é um Deputado aguerrido, que tem sensibilidade às causas do idoso e dos deficientes, e eu tenho absoluta certeza de que V.Exa. não vai deixar que esse termo seja cancelado.

Esse é o meu apelo como defensor do idoso nesta Casa.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Julio Cesar.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Espere só um pouco, Deputada Luzia de Paula.

Pessoal, o Parlamentar tem direito a cinco minutos de fala. Quando vocês começam a gritar, ele tem que parar, e isso atrapalha. Esperem o Deputado terminar de falar. Todos vocês já estão identificados, o Parlamento já sabe quem está aqui. Usem o intervalo entre um discurso e outro ou o que poderia ser rápido ficará mais devagar ainda.

Deputada Luzia de Paula, vou zerar o tempo de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Quero saudar toda a galeria e dizer do meu compromisso com todos vocês. Quero, também, cumprimentar a imprensa e os servidores desta Casa.

Sra. Presidente, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, quero fazer uma prestação, um relatório da nossa gestão durante o ano de 2015. Neste ano, foram apresentadas à nossa Comissão de Assuntos Sociais 539 proposições, entre projetos de lei complementar, projetos de lei, projetos de decreto legislativo, requerimentos e indicações. A Comissão aprovou, em suas 14 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias, realizadas até 9 de dezembro de 2015, 391 proposições; 12 proposições foram aprovadas diretamente no plenário da Casa, totalizando 403 matérias. A Comissão ainda aguarda parecer de 92 proposições pendentes que serão apreciadas nas reuniões em 2016.

Também quero, Sra. Presidente, falar da importância de duas matérias que chegaram a esta Casa. Uma, o Projeto de Lei nº 821, de 2015, de autoria do Poder Executivo, é motivo de grande alegria para esta Parlamentar. O Distrito Federal é a primeira unidade da Federação que apresenta um projeto de lei onde temos as políticas da primeira infância como ponto principal. Mais importante ainda é que esse projeto foi construído em cima do anseio das crianças e ouvindo-as. Foram ouvidas várias crianças de todo o Distrito Federal para que esta matéria fosse apresentada.

Ficamos muito honrados quando sabemos que não só os adultos, com o seu uso da razão formada, podem expressar o seu sentimento e mostrar o que querem, mas também as nossas crianças. O Governador muito prontamente ouviu as crianças e enviou para cá essa matéria que espero que seja aprovada muito em breve.

Por falar em crianças, Sra. Presidente, gosto muito de falar de coisas positivas. E não poderia me esquivar, neste momento, de fazer um agradecimento ao Governo de Brasília. Durante todos os governos que passaram, nunca houve um governo para cumprir as suas obrigações com as entidades sem fins lucrativos e pagar em dia os convênios. O Governo Rodrigo Rollemberg é o primeiro na história a cumprir esse compromisso. Até então, não tivemos nenhum.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

O Governador Rodrigo Rollemberg não deixou que os trabalhadores e as crianças que estão nas entidades sem fins lucrativos, nas entidades conveniadas, passassem o que sempre passaram. Então, quero aqui expressar a minha admiração e também essa mudança de paradigma. Foi um ano de dificuldades, mas foi um ano em que o governo soube priorizar e valorizar aquilo que precisa ser valorizado, que são as crianças. Sabemos que muitas coisas ficaram a desejar, mas as nossas crianças foram respeitadas. Muitos dos que estão aqui hoje na galeria, se não têm, vão ter uma criança em uma creche, e lá, nas creches conveniadas, esse respeito foi dado às nossas crianças.

Também quero dizer da importância – a qual foi ressaltada pelo meu antecessor, o nosso querido Deputado Rodrigo Delmasso – do projeto que legaliza e que dá condições aos templos, às igrejas, às entidades sem fins lucrativos de terem os seus terrenos. É necessário, porque, se as entidades e as igrejas não têm onde ficar, onde nós ficaremos? É necessário que haja essa regularização, e, ao longo de muitos anos, isso vem se arrastando e trazendo muito sofrimento não só àqueles que dirigem esses templos, mas a toda a população.

Quero ainda dizer que apresentei ao PPA – e aqui quero pedir isso também ao Secretário Joe – uma emenda de 4 milhões para a construção de centros de idosos. Nós esperamos que sejam respeitados e construídos. Apresentei também ao PPA 57 milhões para dar continuidade à construção de creches, porque hoje há uma grande deficiência, há mais de 30 mil crianças esperando uma vaga de creche. Infelizmente, nós não temos creches para abrigar essas crianças.

Agradeço à Sra. Presidente e agradeço a todos aqueles que estão aqui. Volto a dizer: o meu compromisso com vocês é incondicional.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Comunicado da Presidência.

Na 38ª Sessão Extraordinária, de 14 de dezembro de 2015, na apreciação do veto ao Projeto de Lei nº 428, de 2015, inclua-se a leitura da estratégia 17.7 na lista de dispositivos cujos vetos parciais foram rejeitados.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos os presentes. Boa tarde, galeria.

Bom, gente, como esta é a última sessão do ano, eu não poderia passar sem fazer um agradecimento. Eu gostaria de agradecer aos meus colegas Deputados, em especial aos da CCJ – Deputado Raimundo Ribeiro, Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Robério Negreiros, Deputado Chico Leite, suplentes da CCJ –, e a todos os Deputados que nos ajudaram a chegar ao resultado a que chegamos. É uma honra para mim tê-los como pares da CCJ.

A nossa Comissão realizou, neste ano, 27 reuniões ordinárias e 3 reuniões extraordinárias, além de 2 audiências públicas, sem contarmos as relatorias e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

análises em plenário. No total, nós apreciamos mais de 360 projetos de lei e, logo mais, apreciaremos mais dezenas ainda nesta noite.

Não posso deixar de agradecer imensamente à equipe, à assessoria de comunicação da Comissão, que nos acompanhou durante este ano. Graças a vocês, nós chegamos a esse resultado tão positivo.

Eu gostaria também de agradecer aos servidores da Casa, ao pessoal da copa, da limpeza, da taquigrafia, do som, que foram os grandes companheiros de todos os Deputados da Casa e que nos possibilitaram chegar ao resultado tão expressivo a que estamos chegando na CCJ, findando o ano de 2015.

Muito obrigada, gente.

Que Deus abençoe vocês e nos abençoe para o próximo ano.

Era o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputada Sandra Faraj, que usou com rapidez o seu tempo nos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos os presentes, boa tarde a todos da galeria. Sejam todos muito bem-vindos.

Sra. Presidente, senhores presentes, trago aqui hoje, ao completar o encerramento deste primeiro ano de exercício parlamentar, o meu panfleto de campanha. Enxuto, curto. Aqui eu dizia o que eu estava disposto a fazer e os compromissos de campanha que eu estava disposto a assumir. E, com muita honra e muita tranquilidade, eu digo que tudo o que está aqui neste panfleto de campanha eu honrei. Honrei todos os compromissos com o meu eleitor. Num dos compromissos, eu digo aqui: “Não aceitar verbas extras ou qualquer outro recurso que não seja imprescindível para o pleno exercício do mandato”. De acordo com esse compromisso, como dizem as estatísticas da Casa, eu estou entre os Deputados que menos gastaram, se não for o que menos usou os recursos da Casa.

Entendo que cada Parlamentar tem a sua forma de trabalhar. Mas a minha forma de trabalhar é uma forma que se preza pela economicidade. Em virtude disso, trago hoje aqui duas declarações em que, para o ano seguinte, abro mão de 100% da verba de correspondência e também de 100% da verba indenizatória às quais tenho direito. Consegui trabalhar o ano todinho com pouco recurso, e a forma de trabalhar me permite tomar essa decisão.

Então, seguindo a linha do Senador Reguffe, que foi uma pessoa imprescindível para a minha eleição, uma pessoa que me deu grande apoio, e no qual eu não tenho vergonha de dizer que me inspiro, está aqui então, senhores. A partir do ano seguinte, não usarei a verba indenizatória e tampouco a verba de correspondência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Deixo claro que entendo que cada Parlamentar tem a sua forma de trabalhar e sabe das suas necessidades.

Muito obrigado a todos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu peço a V.Exa. o deferimento do Requerimento nº 1.315, de 2015, de minha autoria, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2015, e do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2015, tendo em vista que eu dei entrada nele no dia 9 e, conversando com a Assessoria da Mesa, o Marcelo me orientou que o fato concreto é que eu teria de pedir o deferimento.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado, o requerimento se encontra na Mesa Diretora para análise.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a substituição do Projeto de Lei nº 683, de 2015, de minha autoria, constante do item nº 161, pelo Projeto de Lei nº 595, de 2015. Peço para que este seja incluído na Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu ia fazer um pronunciamento sobre esse primeiro ano de atuação deste meu primeiro mandato na Casa, mas vou abrir mão disso para que a gente possa começar a votar os projetos. Há muita gente aqui aguardando, muitas coisas para serem votadas. Então eu vou abrir mão da minha intervenção.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero pedir a inclusão do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2015, que “altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal”, na pauta da Ordem do Dia de hoje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Eu gostaria de perguntar se, caso haja algum Deputado que queira fazer uso da palavra, este pode abrir mão da fala para entrarmos em votação.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu e o Deputado Rodrigo Delmasso também queríamos a inclusão do Projeto de Lei nº 958, de 2012, na Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Deixem-me só passar uma informação aos Deputados: os projetos que estão sendo trocados irão entrar no final da pauta, para que possamos agilizar o processo dos projetos que estão tramitando e já estão na Ordem do Dia.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, há um requerimento de minha autoria e também do Deputado Julio Cesar, o Requerimento nº 1.373, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 856, de 2015, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 764, de 2015; do Projeto de Lei nº 802, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade; e do Projeto de Lei nº 683, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar”.

Sou eu quem deveria ou não deferir, como Terceiro-Secretário; mas, como é a última sessão, não há como nós nos reunirmos de novo. Além disso, eu não posso deferir alguma coisa que é minha – é de autoria do Deputado Julio Cesar, mas também é de minha autoria. Assim, peço a V.Exa. que analise e defira a tramitação conjunta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. É o do IPTU, não é? Defiro o requerimento de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu pedi a inclusão – e estão inclusos na pauta – do Projeto de Lei nº 219, de 2011, e do Projeto de Lei nº 247, de 2011. O Projeto de Lei nº 948 também está incluído. Eu também tinha pedido a inclusão do Projeto de Lei nº 143; do 1.510, de 2013; e do Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2015. Peço a retirada de todos os projetos que foram deferidos e a inclusão do Projeto de Lei Complementar nº 5. Estou trocando todos por este. É o projeto dos postos de gasolina.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. sem dificuldade nenhuma, mas o que acontece, Deputado, é que a gente gostaria também de votar o projeto do GDF, pela questão da inconstitucionalidade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É o que eu pedi. Igual ao que fizemos com o projeto do Deputado Bispo Renato Andrade. O requerimento é exatamente para apensar os dois, para não haver nenhum problema. Já temos um precedente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, dê-nos alguns minutos. Vamos decidir e já falamos com V.Exa. Vou colocar em votação.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão na pauta do Requerimento nº 1.316, de 2015, que seria uma sessão solene em comemoração ao Dia do Papiloscopista.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "acrescenta os parágrafos 6º e 7º ao art. 10 da Lei Complementar nº 806, de 12 de junho de 2009, que dispõe sobre política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social, e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer. Solicito ao Relator da Comissão de Assuntos Fundiários que o apresente.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria anunciar a presença aqui do nosso Exmo. Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal Paiva Martins, que veio acompanhar a votação do PLC nº 9, de 2015.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Conselheiro, seja bem-vindo. O item nº 2 se refere aos conselheiros, já estamos no item nº 1.

Solicito à Relatora, Deputada Telma Rufino, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2015, de minha relatoria.

Nos termos do art. 68 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à Comissão de Assuntos Fundiários emitir parecer de mérito de matérias que tratem do parcelamento do solo, normas gerais de construção e mudança de destinação de áreas, propaganda ou publicidade em logradouros públicos, política fundiária, habitação, utilização e desafetação de bens, direito urbanístico, política de combate à erosão...

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputada Telma Rufino, o parecer está errado. A Comissão tem que emitir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2015. Retifique, trata-se de parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2015.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, retificando, trata-se de parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2015, de autoria do Poder Executivo, "acrescenta os parágrafos 6º e 7º ao art. 10 da Lei Complementar nº 806, de 12 de junho de 2009, que dispõe sobre política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social, e dá outras providências".

No âmbito desta Comissão, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2015, acatando a Emenda nº 1, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para discutir.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo do Distrito Federal teve uma inteligente iniciativa. Quero cumprimentar a direção da Terracap, que identificou de pronto qual o nível da taxa de juros que vai incidir numa operação dessa natureza. A lei é absolutamente omissa na matéria.

O governo encaminha o projeto. Só não sei se essa emenda acolhida vai trazer implicações ao projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Havia o temor de uma discussão a respeito de que um projeto desses, que adentrava a Lei nº 806 e que tinha previsão dos imóveis cadastrados e em situação irregular até 2006. Agora há uma emenda que incorpora novos endereços e que, conseqüentemente, pode ser arguida pelo próprio Ministério Público. Nós sabemos que chegamos aonde chegamos pela dificuldade que esse projeto representou para convencer o Ministério Público, o Tribunal de Justiça.

Portanto, eu vou votar favoravelmente, mas quero alertar esta Casa, porque essa emenda... Apesar de entender que os autores tiveram a maior das boas vontades, existem alguns endereços que, após 2006, não estão sendo contemplados. Então, quero alertar sobre esse problema.

Segundo problema sobre o que quero alertar esta Casa: isso não é contemplado no projeto de lei! Nessa matéria, estamos enfrentando um problema, Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, a data prevista do valor é 2006. O que acontece? Quando o edital de licitação sair... O próximo que vier a sair, sairá já em 2016. Acredito ser muito pouco provável que saia até 31 de dezembro. Então, temos dez anos ou nove anos de diferença, conforme a data do edital. E aí existe uma pergunta: a correção da estimativa de valor do imóvel, da avaliação do valor do imóvel, será em que termos, pela correção de um dos índices da área econômica ou será uma avaliação?

Mas esse é um capítulo a ver posteriormente. Neste momento, quero registrar que o projeto é importante, esclarece, mas traz essa dúvida do ponto de vista de arguição por parte do Ministério Público, a exemplo do que ocorreu quando se votou a Lei nº 806 nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de fazer um parâmetro para respaldar a emenda do Deputado Bispo Renato Andrade, que inclui a regularização das novas igrejas, Deputado Raimundo Ribeiro.

Eu estou defendendo a sua emenda, Deputado Bispo Renato Andrade, que vem no sentido de acrescentar as posteriores a 2006. A própria Agefis considerou que não vai mexer em nada de julho de 2014 para cá. Então, é um indicador do governo de que essas igrejas, mesmo as que foram construídas de 2006 até julho de 2014, devem constar do processo. Portanto, a minha discussão é no sentido do acatamento da emenda, por uma questão de justiça.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente Deputada Celina Leão, quero, na realidade, deixar isso claro.

A própria Lei nº 806, de 2009, Deputado Agaciel Maia, estabelece um limite temporal, que é o dia 31 de dezembro de 2006. Depois disso, o Deputado Wasny de Roure, quando foi Presidente desta Casa, capitaneou muito bem a data de abertura, para que outros templos que não estavam na listagem pudessem ser incluídos dentro desses parâmetros, desde que obedecessem aos parâmetros do limite temporal que está na lei, que é 31 de dezembro de 2006.

A própria lei já estabelece o limite temporal. Depois, em duas leis posteriores, houve, inclusive de acordo com o Ministério Público, uma adequação, Deputado Agaciel Maia, para que as entidades que não foram contempladas na lista que estava no anexo da lei pudessem apresentar sua documentação até o ano passado.

Então, eu acredito que a emenda que venha a superar o lapso temporal é inócua, tendo em vista que isso já está estabelecido na Lei nº 806 e já está pacificado com o entendimento do Ministério Público! Já está pacificado no entendimento do governo!

O que não podemos fazer é atrapalhar mais uma vez um processo que foi construído para regularizar os templos religiosos aqui no Distrito Federal. Toda vez que se entra numa discussão em relação a isso... E essa discussão nós fizemos aqui, eu disse no meu discurso, discutimos até o último minuto, aos 45 minutos do segundo tempo. Discutimos essa situação!

Inclusive, eu tinha uma proposta diferente da que está aí, fui voto vencido tendo em vista que a proposta que apresentei não encontrava guarida na legislação federal e nem na legislação do Distrito Federal. Então, eu defendo um projeto de lei sem as emendas que foram apresentadas, tendo em vista que a Lei nº 806 já determina o lapso temporal, e foram alteradas em duas leis posteriores acordadas com o Ministério Público, com o governo e com esta Casa. É isso o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer com a emenda está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 abstenção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "acrescenta os parágrafos 6º e 7º ao art. 10 da Lei Complementar nº 806, de 12 de junho de 2009, que dispõe sobre política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social, e dá outras providências".

Quanto à admissibilidade do projeto de lei em apreço, restam atendidos o art. 71, § 1º, IV, e art. 100, VI e X da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tratam da prerrogativa do Governo do Distrito Federal para iniciativa de leis complementares e ordinárias, o que afasta qualquer discussão acerca da invasão da iniciativa legislativa privativa do governador. Do ponto de vista material, a proposição visa a dar nova redação ao §6º do art. 10º da LC nº 806, de 2009, possibilitando que o valor de venda e o valor das parcelas de financiamento de imóveis regularizados nos termos da referida lei serão atualizados na forma anual, tomando-se por base a variação acumulada no Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, bem como não haverá incidência de juros remuneratórios e/ou compensatórios sobre os financiamentos dos imóveis.

Nesse sentido, o Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2015, atende aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Pelo exposto, somos, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, pela admissibilidade do PLC nº 54, de 2015, na forma da Emenda nº 1. É o voto, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o projeto e emendas está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 1 abstenção.

É, está acatando a emenda. Todos os relatores votaram acatando a emenda. Só com uma abstenção, foi aprovado o parecer com a emenda.

Deputado Rodrigo Delmasso, só para conferência, a esse projeto foi dado parecer na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo? Das igrejas? (Pausa.)

(Manifestação das galerias.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, vocês estão aqui desde ontem, mas a Deputada de vocês não chegou até agora. Para votarmos, o Deputado tem que pelo menos estar no plenário. Ontem ela não estava e hoje também ela não está.

Em discussão em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Rodrigo Delmasso, V.Exa. já deu parecer sobre o projeto? Vai ter que dar parecer sobre a emenda. Há uma emenda.

Solicito ao Relator, Deputado Rodrigo Delmasso, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a emenda.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Rodrigo Delmasso, vou passar para o próximo item de pauta, porque nós temos que avançar. Vamos lá, Deputado. Solicito a leitura, Deputado. (Pausa.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo foi citada com base no artigo 69-B do Regimento Interno a dar parecer à Emenda Aditiva nº 1 – à emenda, pois ao parecer já foi dado –, apresentada pelo Deputado Julio Cesar e pelo Deputado Bispo Renato Andrade ao Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "acrescenta os parágrafos 6º e 7º ao art. 10 da Lei Complementar nº 806, de 12 de junho de 2009, que dispõe sobre política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social, e dá outras providências".

Tendo em vista o acordo que foi construído agora, somos pela aprovação da Emenda Aditiva nº 1, 2015, ressaltando que isso pode prejudicar o projeto lá na frente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer da CDESCTMAT sobre a emenda permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

O parecer sobre a emenda está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve uma abstenção.

Agora sim, aprovado da CDESCTMAT, em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o PLC nº 54, de 2015; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	27



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 54/2015	DATA: 15/12/2015
AUTORIA: ( X ) PODER EXECUTIVO	
TURNO: 1º ( X )      2º ( )	RED. FINAL ( )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JOE VALLE	PDT				1		
8	JUAREZÃO	PRTB				1		
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PRTB				1		
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
13	PROF. ISRAEL	PV				1		
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
19	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			16	0	1	7	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
16	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 1 abstenção. Houve 7 ausências.

Está aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2015.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, me abstive por identificar alguns elementos de inconstitucionalidade, principalmente nas emendas apresentadas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero registrar a presença de duas figuras muito ilustres e queridas nesta Casa. São dois ex-Deputados integrantes desta Casa: o Deputado Dr. Michel, que agora é Conselheiro do Tribunal de Contas, e o Deputado Renato Rainha, que agora é Presidente desse Tribunal. Faço questão de fazer este registro, porque são pessoas muito queridas de todos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante. Quero cumprimentar o Deputado Dr. Michel, nosso querido xerifão. Ontem, Deputado Dr. Michel, nós sentimos muito sua falta aqui conosco nesta Casa. V.Exa. é muito querido pelos Deputados.

Quero cumprimentar também nosso querido Presidente Renato Rainha. Seja muito bem-vindo à Câmara Legislativa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "altera o inciso IV do art. 71 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das Comissões. CAS, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, qual é o item?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É o item extrapauta nº 2, Projeto de Lei Complementar nº 9, que altera o inciso IV do art. 71 da Lei Complementar nº 1, que altera a Lei Orgânica do Distrito Federal. É uma réplica da emenda que foi feita e já foi aprovada, que amplia o tempo de permanência dos conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Por isso essa comitiva do Tribunal de Contas está aqui. É quase uma réplica, é uma emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "altera o inciso IV do art. 71 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências".

Sra. Presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, no mérito, somos pela aprovação do referido projeto. É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, registro aqui a presença do nosso Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Renato Rainha, que veio hoje a esta Casa. Receba o abraço dos Deputados. E também registro a presença do meu grande amigo Dr. Michel, que se faz presente. É um prazer imenso vê-lo nesta Casa, onde sempre atuou com brilhantismo, e hoje aqui retorna. Parabéns, seja bem-vindo.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Aproveito também para registrar a presença do Secretário de Mobilidade Marcos Dantas, que, até há pouco tempo, estava muito presente aqui na Casa. Seja novamente muito bem-vindo, Marcos.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Eu queria só um pouquinho de silêncio para justificar o meu atraso. Incidentes ocorrem. Vocês sabem que eu tenho uma doença na família e não pude vir, porque eu estava com meu pai. Vocês me desculpem.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, esses trabalhadores passaram o dia todo varrendo as ruas. Eles se dirigiram a esta Casa e estão aqui para acompanhar a votação do crédito deles. Portanto, eu gostaria de sugerir a V.Exa. que votássemos a matéria de interesse deles.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O deles é o terceiro item.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Terceiro item?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O deles é o terceiro item. Pode ficar tranquilo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "altera o inciso IV do art. 71 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências".

Em síntese, essa lei complementar vai permitir que o Dr. Michel, aqui presente, e o Conselheiro Paiva também possam se aposentar aos 75 anos, seguindo a legislação federal.

Portanto, estando o processo de acordo com o art. 64 do nosso Regimento Interno, sou pela admissibilidade e aprovação do presente projeto de lei complementar, Sra. Presidente. É o meu parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "altera o inciso IV do art. 71 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências".

Como no Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2015, não há nenhuma afronta à Constituição Federal, à Lei Orgânica do Distrito Federal e à técnica legislativa, meu voto é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, esse projeto é de minha autoria. Na realidade, ele visa somente, Deputado Cristiano Araújo, fazer a adaptação do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal à emenda constitucional que já foi promulgada pelo Congresso Nacional. Trata-se da famosa PEC da bengala. O próprio Supremo Tribunal Federal entende que o aumento dos dez anos pode ser feito para todos os tribunais, sejam eles superiores ou não.

Então, na realidade, esse Projeto de Lei Complementar nº 9 visa somente fazer uma adaptação daquilo que foi aprovado na Constituição Federal ao Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Eu acredito que esse projeto, além disso, vai dar também mais sustentabilidade ao próprio Tribunal de Contas. Ali nós temos grandes conselheiros que executam suas funções na fiscalização direta das contas do Governo do Distrito Federal. Era isso que eu tinha a dizer, Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero me somar ao Deputado Rodrigo Delmasso. Além dessa questão,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

queria também verificar com V.Exa. se o projeto que cria a Procuradoria do Tribunal de Contas se encontra em pauta e se é possível nós o incluirmos, já que é de extrema importância essa discussão. Da mesma forma que nós criamos no âmbito da Câmara Legislativa, podemos também concluir esse processo que já tramita nesta Casa há algum tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ele já está também na discussão aqui. Eu peço só a V.Exa. que cheque qual é o item de pauta.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Só para esclarecimento dos Deputados, esse é o projeto de lei do Tribunal de Contas.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



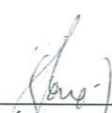
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	33



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 9/2015 DATA: 15/12/2015  
AUTORIA: ( X ) DEPUTADO RODRIGO DELMASSO  
TURNO: 1º ( X ) 2º ( ) RED. FINAL ( )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JOE VALLE	PDT	1					
8	JUAREZÃO	PRTB				1		
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
13	PROF. ISRAEL	PV				1		
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
19	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			19	0	0	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
19	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA SANDRA FARAJ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – O Presidente da Associação da Procuradoria está me dizendo que o projeto cria uma procuradoria dentro do Tribunal de Contas. É isso? Ou esse projeto apenas trata da extensão da PEC da bengala?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não, Deputado Cristiano Araújo. São dois projetos diferentes. Esse que nós votamos é o projeto que trata da PEC da bengala. Há um outro projeto em tramitação que trata da procuradoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Esse ainda não foi votado?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Cristiano Araújo, esse ainda não foi votado e surgiu de um pedido do Presidente do Tribunal de Contas, pois nós temos a seguinte situação: hoje a Procuradoria, muitas vezes, entra com uma ação contra o Tribunal e ela mesma defende o Tribunal. O que eles pedem é que tenham a própria procuradoria, como a Câmara Legislativa tem. Hoje nós temos a nossa própria procuradoria. Esse é o projeto de lei que eles encaminharam, mas eles não estão apensados. São dois projetos diferentes, Deputado Cristiano Araújo.

Quem tiver dúvidas também...

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Nós votamos aqui pela inclusão, na Lei Orgânica, da PEC da bengala, ou seja, aposentadoria com 75 anos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É isso que nós votamos, Deputado Cristiano Araújo.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis, 5 abstenções.

Está aprovado o PLC nº 9, de 2015.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero parabenizar esta Casa, que aprova essa adaptação que aconteceu na emenda à Constituição que eleva o tempo de aposentadoria para 75 anos dos conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Acredito que vai ser votado também em segundo turno. Isso dá segurança jurídica, porque nós alteramos o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal e agora as aposentadorias por idade vão seguir o rito que foi aprovado na Constituição, que foi promulgado no início do ano.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Quero parabenizar esta Casa e, como autor do projeto, quero agradecer a todos os Deputados que votaram favoravelmente. Obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a inclusão como item extrapauta, do PLC nº 46, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a questão de ordem de V.Exa., Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria manifestar meu repúdio a uma pessoa que, infiltrada dentro do movimento, está acusando a Deputada Telma Rufino de fazer coisas que não estão a favor de vocês. Isso é uma inverdade. S.Exa. é uma guerreira, uma pessoa que defende muito todos vocês e está conosco para assinar e votar esse PDL.

Muito obrigada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só tomei conhecimento dessas agressões à Deputada Telma Rufino agora. Conversei com S.Exa. pessoalmente e tomei conhecimento das agressões.

Quero dizer, Deputada Telma Rufino, olhando para V.Exa., que sei do compromisso que V.Exa. tem com a sociedade, especialmente com os menos favorecidos dessa cidade. V.Exa. tem o meu total apoio e solidariedade. Conte comigo para o que precisar para repelir esse tipo de insinuação maldosa que fizeram com V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 823, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito extraordinário à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$380.169.737,00 (trezentos e oitenta milhões, cento e sessenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais)".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a inclusão na pauta do PLC nº 32, de 2015. Em conversa com a Deputada Sandra Faraj, S.Exa. irá fazer o relatório na Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Julio Cesar.

Quero agradecer a presença do pessoal do SLU. Foi votado o projeto. Acho, inclusive, que a empresa tem que dar uma cesta de Natal para todos vocês que vieram aqui reivindicar ajuda da Casa.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero dar parabéns ao pessoal do SLU. Tenho uma grande admiração por todos vocês. Forte abraço!

Parabéns também aos demais presentes na galeria. Pessoal do PL nº 809, podem contar com meu apoio.

Sr. Presidente, quero pedir a V.Exa. que retire da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 239, de 2015, de minha autoria, que trata de políticas públicas sobre meio ambiente, para que ele não seja votado neste ano, somente no próximo ano.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato sua solicitação, mas peço que a assessoria de V.Exa. passe oficialmente aqui para nós retirarmos o projeto da pauta, porque hoje está muito complicado.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 825, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito extraordinário à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$1.231.488.883,00 (um bilhão, duzentos e trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais)”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu sei que nós estamos num clima de extrema euforia e não estamos com a devida atenção – permita-me a liberdade, Deputada Celina Leão.

Este projeto representa uma séria preocupação da nossa parte, e eu sei que desta Casa. O modelo de crédito extraordinário, Deputada Liliane Roriz, é um modelo que se estabelece em situações de extrema urgência nas unidades da Federação ou até mesmo na União, em que normalmente se faz por meio de medida provisória. O governo encaminhou um projeto para esta Casa naturalmente para que ela se torne cúmplice de um dos crimes que eu considero com sérias implicações para o Governo do Distrito Federal. O que o governo está propondo? O governo está propondo um crédito com base numa futura arrecadação. Vejam bem: o governo está propondo um projeto de suplementação de crédito extraordinário com base num futuro excesso de arrecadação.

Nós entendemos que o Orçamento do Distrito Federal permitiria fazer um remanejamento nas várias rubricas para poder produzir o crédito necessário, para que, então, o governo não só não incorresse nesse equívoco como também resolvesse a questão com aquilo que prevê o próprio Orçamento do Distrito Federal nas rubricas de custeio de pessoal, de investimento, de recursos não gastos por esta instituição e pelo Tribunal de Contas e na parte de custeio também.

Sra. Presidente, teríamos que adentrar num detalhamento que não é possível ser feito aqui. Eu falei isso na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Entendo que nós estaremos incorrendo num seriíssimo erro e, conseqüentemente, esta Casa tornar-se-á cúmplice desse processo.

Portanto, vou votar contra esse projeto, porque ele deixa o Distrito Federal absolutamente vulnerável. Esta Casa passa a ser cúmplice desse processo por votar um crédito dessa natureza. Por isso, inclusive, Sra. Presidente, encaminhei ao Secretário de Fazenda um ofício para que ele assuma a responsabilidade. É aquilo que nós chamamos de crédito podre, mas é uma opção do governo. Eu alerto os colegas sobre este equívoco que o governo está cometendo. Se quisesse gastar mais tempo para fazer os remanejamentos, a atual estrutura do Orçamento permitiria prontamente.

Estimo em torno de um bilhão e novecentos. Inclusive, Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, hoje está sendo publicado, no Diário Oficial da União, na página 111, um remanejamento do Fundo Constitucional – aquilo que eu tenho dito aqui e o Deputado Agaciel Maia tem falado – da ordem de 110 milhões de reais. Isso, inclusive, poderia ser contabilizado como excesso de arrecadação, que são recursos retirados de custeio e de investimentos que não serão utilizados para a área de segurança e estão sendo remanejados corretamente para a área da saúde e da educação. Deixo o alerta e o meu ponto de vista aos colegas Parlamentares.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção de todos os Deputados desta Casa. Nós temos tido, Deputado Wellington Luiz, profunda boa vontade com o Governo do Distrito Federal, um ano de boa vontade. Não há um crédito que o governo tenha mandado para esta Casa que não tenhamos aprovado. Mas, sempre que o governo mandar remanejamento de crédito, tem que mandar lastreado. Esse não tem lastro. Pergunte a qualquer secretário do governo – Secretário de Fazenda, Secretário de Planejamento, que reputo como uma das pessoas mais competentes e mais sérias que conheço – se esse há lastro.

Estamos votando o crédito de um dinheiro que não existe. Antigamente, Deputado Wellington Luiz, diziam que havia déficit. Ok. Tanto é, que o governo mandou um projeto da legalização da pedalada e vou votar a favor dele. Entretanto, neste, eu não posso votar a favor.

Fez muito bem o Deputado Wasny de Roure, o economista da nossa bancada, em se declarar contra o projeto. Não vou autorizar uma fantasia. O que o governo está criando é uma fantasia. Não existe esse bilhão que ele está dizendo que tem.

Quando o governo quiser mandar projeto, Deputado Bispo Renato Andrade, que mande! Nós analisamos e estamos dispostos, inclusive, se ele quiser convocar extraordinária em janeiro, para votar remanejamento, a vir sem ganhar nada além, porque, em convocação extraordinária, não se paga mais nada, mas não podemos abrir esse precedente perigoso.

É um precedente muito perigoso. Como eu vou votar? Como alguém, em sua consciência, vai votar algo que não existe? Onde está a nossa responsabilidade? Como vamos fazer? Estou pasmo em ver um negócio desses. Estou achando que as pessoas perderam a cabeça, ou, se têm cabeça, não a colocaram para pensar.

Quero pedir a todos os Parlamentares... Esta não é uma questão de ser base ou de ser Oposição, mas, sim, de bom senso. É uma questão nunca vista em parlamento nenhum do mundo. Creio, com todo o respeito, que nem na Câmara de Vereadores de Cabrobó é capaz de fazer um negócio desses.

Sou contra, vou votar contra e peço a compreensão dos companheiros e das companheiras presentes. E que o governo tenha o bom senso, neste momento, de retirar essa fantasia, porque vai haver questionamentos muito fortes. Quero ver como o governo explica um crédito que não existe. Ou, se existe, mentiu para nós durante todo o ano, dizendo que não tinha dinheiro. Como é que agora tem um bilhão de reais? Ah, gente, aí não dá!

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Deputado Chico Vigilante terminou com o que eu ia começar dizendo: se há ou não esse dinheiro. Se não há, não se pode, em hipótese alguma, apresentar essa expectativa para Casa. Quero chamar a atenção de todos os colegas, Deputados e Deputadas, porque é extremamente temerário o que estamos fazendo.

Esta Casa acabou de ser muito bem avaliada – parabéns, Sra. Presidente! – por toda a opinião pública. Temos que ter muita responsabilidade na decisão que iremos tomar. Todos sabem que eu respeito a autonomia de cada Parlamentar, mas temos que ter muito cuidado com o que vamos fazer daqui a pouco. Eu já tinha ouvido falar em pedalada, mas, em metralhadora de pedalada, é a primeira vez. Vai ser uma metralhada de pedalada.

É inadmissível o que está prestes a acontecer nesta Casa. O governo está falando de um crédito de 1 bilhão, que ele imagina que irá acontecer. Temos que ter muito cuidado com o que vamos fazer, porque, se esse crédito não se consolidar, a responsabilidade não será do Executivo, já que quem estará consolidando esta situação será o Parlamento. Seremos nós. Nós, os 24 Deputados, temos que ter certeza do que decidiremos aqui.

Então, quero chamar a atenção dos meus colegas, que, durante o ano inteiro, zelaram pelo bem público. Não podemos terminar o ano dessa forma.

Vou, aqui, antecipar também o meu voto. Vou votar contra e vou orientar a nossa bancada a votar contra, parabenizando o Deputado Wasny de Roure pelo excelente trabalho e orientação a todo o Parlamento.

Muito obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero pedir o deferimento da Presidência com relação ao mesmo estudo que protocolamos na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, bem como ao ofício ao Secretário da Fazenda. Nesse estudo, apresentamos as alternativas possíveis, no atual Orçamento, para produzir o crédito e poder produzir os efeitos desejados pelo governo.

Sra. Presidente, V.Exa. defere a transcrição nos Anais da Casa?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu vou ver, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de falar sobre o que o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Chico Vigilante e o Deputado Wellington Luiz falaram, que é a criação de uma fonte nova, a Fonte 900, pela primeira vez, na história do Distrito Federal e quiçá do Brasil, lembrando o seguinte: o Governador quer evitar uma futura ação de improbidade administrativa e quer que a gente avalize isso.

Então, é importante que cada um de nós saiba o que vai fazer agora. Não é contra Brasília nem contra o Governador. Acho que a gente tem tido bastante responsabilidade, mesmo estando na Oposição, de votar aquilo e construir aquilo que é melhor para o Distrito Federal. Não vai sobrar apenas para o Governador, não. Vai sobrar também para os Deputados que colocaram a assinatura nisso.

Eu também adianto o meu voto. O meu voto será “não”.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu vou conceder a palavra a V.Exa., mas o Deputado Agaciel Maia pediu primeiro. Depois será V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de falar primeiro, porque não tenho o conhecimento que o Deputado Agaciel Maia tem na causa, e S.Exa. concluiria esse debate com chave de ouro, se V.Exa. me autorizar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Para dar uma resposta ao Deputado Wasny de Roure, acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, com base em alguns argumentos utilizados aqui, quero só lembrar que os créditos extraordinários estão previstos na Constituição Federal, no art. 167, e que todo santo ano o Governo Federal faz isso no Congresso. Logo, usaram alguns argumentos aqui que não foram válidos. Não estou defendendo o governo, muito menos o Orçamento. Estou defendendo aqui a análise constitucional da coisa.

Crédito extraordinário não precisa de lastro, contrariamente aos créditos comuns, e também está isento da vinculação, como os outros créditos que nós analisamos aqui. Isso é uma análise simples.

Logo, antecipo o meu voto também, como muitos anteciparam aqui, e, na garantia de que o salário de dezembro sairá para todos os servidores, votarei a favor. Obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Deputado Prof. Reginaldo Veras já está preparado para ser presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, pela análise que fez.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Há um ditado que diz: “Não queira para os outros o que você não quer para si.” Esse registro, Deputado Chico Vigilante, é o que a Presidente Dilma pediu ao Congresso e o Congresso autorizou, para não oficializar mais a chamada pedalada.

O que é isso? Chega o mês de dezembro, Deputado Lira, e o governo não tem saldo orçamentário para fazer o pagamento da folha. Como ele paga a folha em 5 de janeiro, dá a pedalada de dezembro, porque não tinha o dinheiro, e paga o mês de dezembro em janeiro.

O que estamos fazendo nada mais é do que, em vez de dar esse nome de pedalada, estabelecer um crédito a um déficit entre o que foi previsto de arrecadação do governo e suas despesas, de um bilhão trezentos e pouco. O governo apenas quer dizer: “Olha, está aqui. Nós estamos transparentes. Nós estamos mostrando que há isso e que vamos compensar, futuramente, esse crédito escrito com superávit de receitas, em vez de levarmos a denominação de pedalada.”

Na realidade, o que o governo está fazendo, ao pedir o registro aqui à Câmara Legislativa, é ter consideração com os Deputados. Ao contrário, ele está dando conhecimento e está dando um instrumento de fiscalização, porque o próprio Deputado Rodrigo Delmasso, na reunião de Líderes, em que se concordou com a votação – Deputada Celina Leão, V.Exa. estava presente – disse que ia abrir dentro da Comissão de Governança um elemento específico para acompanhar a Fonte 900, que é esse crédito extraordinário.

Então, eu não sei. O Deputado Wasny de Roure apresentou um entendimento diferente apenas chegando a números diferentes, mas também concordava com o feito. E eu digo isso porque o Deputado Wasny de Roure, eu costumo dizer, é um professor de economia de nome nacional e internacional, que eu respeito muito. Então eu não vejo nenhum motivo... O elemento que o governo coloca é exatamente possibilitar aos Deputados acompanharem, documentarem, e escriturarem um déficit que havia no orçamento que simplesmente o governo escondia e botava para pagar a folha em janeiro.

Portanto, meus colegas, ao contrário do que estão dizendo, a aprovação desse crédito é um passo importante do governo, concomitantemente com o Governo Federal, por recomendação do Tribunal de Contas. Então, não há ilegalidade nenhuma, pelo contrário, isso vai dar instrumentos, como o Deputado Rodrigo Delmasso falou, para se fiscalizar, acompanhar gradativamente, para, quando chegar dezembro do ano que vem, talvez, em vez de 1 bilhão e 300 milhões, se escreva apenas 300 ou 400 milhões, porque o governo se esforçou, e nós vamos estar acompanhando. Isso é importante, meus colegas. Por isso, eu acho que, antes de ser qualquer coisa, é um benefício, é uma conquista da Câmara Legislativa, que possa acompanhar o déficit que o governo sempre escondeu.

Muito obrigado.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu queria saber se V.Exa. tem condições de colocar na pauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 53.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Projeto de Decreto Legislativo já está na pauta de projetos dos Deputados, Deputada. É que nós estamos votando projetos do Executivo.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria somente me somar à fala do Deputado Agaciel Maia e também à fala do Deputado Prof. Reginaldo Veras e antecipar o meu voto. Eu vou votar “sim”, até porque entendo que nós estamos vivendo realmente um momento muito diferente.

Eu respeito muito a posição do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Wellington Luiz, de todos aqueles que falaram, mas nós estamos vivendo um momento diferente. A gente vê um Governador realmente querendo acabar com as chamadas pedaladas. A gente vê hoje que a nossa Presidente Dilma Rousseff vem sofrendo em nível nacional por conta desse termo chamado pedalada. E o que nós estamos querendo é evitar que isso aconteça no GDF.

Está aqui o Dr. Michel, que hoje faz parte do Tribunal de Contas. O próprio Tribunal já emitiu uma decisão de orientação ao governo de que isso tem de acabar. Então, hoje é uma oportunidade que temos de realmente dar a volta por cima e de aprovar esse crédito que realmente vai terminar com esse tipo de pedalada.

Então, eu faço um apelo aos nobres Deputados para que a gente possa avançar. A gente já sabe que há o entendimento de alguns que vão votar contrariamente, mas acho que a gente tem de avançar. Quem for contrário e quem não for, vamos em frente. Nós precisamos realmente, até porque temos diversos projetos. E isso vai ser bom para Brasília.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho a maior consideração pelo nosso Presidente da Comissão, mas ele também tem a responsabilidade pela relatoria do Orçamento.

O que aconteceu no plano federal é o que prevê o Projeto de Lei nº 810, de 2015, que se refere aos anexos da LDO. O que está sendo votado, Sr. Presidente, e me perdoe, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que tem sido tão cioso com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Constituição Federal, sugiro que leia o que prevê o § 3º do artigo que V.Exa. citou ao microfone. Esse é um modelo de crédito absolutamente podre que vai se incorporar ao orçamento do ano que vem, já diante de um furo de 1 bilhão e 600 mil. Agora são mais 1 bilhão e 200 mil, vai para 2 bilhões e 800 mil de crédito absolutamente podre.

Não há o que comparar com a Presidenta Dilma. A questão da Presidenta Dilma é da LDO, como prevê o Projeto de Lei nº 810. Não gostaria eu de passar o que ela está passando, e não desejo isso para o Governador Rodrigo Rollemberg. Eu quero alertar sobre isso, porque são fatos absolutamente diferentes. A Presidenta faz o crédito extraordinário na forma de medida provisória, não na forma de projeto de lei. É outro equívoco. Portanto, esta Casa se torna cúmplice num processo desses.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção, neste momento, do Deputado Julio Cesar.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu gostaria, gente, de pedir que vocês mantenham o silêncio. Quanto mais vocês falam, mais vai atrasar a votação do projeto. Eu preciso garantir a fala dos Deputados, vocês vão atrasar ainda muito mais.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Julio Cesar, o governo tinha mandado um projeto, o Projeto de Lei nº 810, com quatro páginas, Deputado Chico Leite. Esse projeto foi analisado profundamente porque ele, sim, tratava de pedaladas fiscais.

Quando ele foi protocolado aqui, quem o trouxe já disse que eram as pedaladas fiscais, e nós analisamos. Só que o governo pegou um projeto de quatro páginas, fez um substitutivo com quarenta páginas e o encaminhou ontem, Deputado Wasny de Roure. Eu desafio aqui a assessoria, o Deputado que leu isso.

Isso é importante porque há dois conselheiros do Tribunal de Contas aqui para tomar conhecimento disso: quarenta páginas. Eu tenho o maior respeito e carinho pela Secretária Leany, mas ninguém leu isso, ninguém leu o projeto. Ninguém analisou o projeto.

Portanto não dá para votar na boa-fé. O que se vai fazer aqui hoje é criar a figura da boa-fé, ou seja, votar na boa-fé. Eu não voto nem na boa-fé e nem na má-fé, eu voto sabendo o que estou votando. Eu desafio qualquer Deputado aqui a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

saber o que está votando. Desafio. Quarenta páginas, Deputado Julio Cesar, quarenta páginas. Ninguém leu, ninguém analisou, ninguém sabe o que é.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dentro daquilo que o Deputado Chico Vigilante falou, eu queria então sugerir algo ao Deputado Chico Vigilante que, com certeza, acompanha o pensamento de muitos Deputados.

Entendo que são muitas páginas a serem lidas, então sugiro a gente esticar a nossa sessão, não precisa terminar hoje. Vamos jogar para a semana que vem. Eu vou estar em Brasília, V.Exa. vai estar em Brasília. Vamos esticar então porque nós temos que aprovar. Eu estarei aqui em Brasília, se o caso for tempo, mas eu acho que não podemos deixar os funcionários serem penalizados porque não vai dar tempo de a assessoria analisar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Nós estamos discutindo o projeto.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, esse projeto é realmente muito importante. Nós estamos prestes a vencer o ano. Se não aprovarmos esse projeto, comprometemos o orçamento do ano que vem, comprometemos o pagamento de folha.

Aprovar esse projeto é uma solução para um debate que está acontecendo no País inteiro. Estamos questionando o modelo instituído de pedaladas. Estamos questionando e tentando achar uma solução para isso. Então eu queria fazer um apelo para que entendêssemos a importância disso no pagamento da folha dos nossos servidores ainda este ano.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Vai ser colocado em votação, sim, está em processo de votação. Só estou esperando os Deputados terminarem suas falas para colocar em votação.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero responder ao Deputado Chico Vigilante. Por uma questão de reconhecimento, informo que toda a equipe técnica dos consultores, inclusive os concursados da Casa, conferiu esse processo na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. A informação de que ele não foi visto não está correta. Ele foi visto pelos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

técnicos da Casa que têm a responsabilidade de examinar os programas e os itens elementos de despesas, mesmo sendo um calhamaço de folhas. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças viu, sim. Não passamos por cima sem ler.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria deixar um esclarecimento. Esse crédito extraordinário evita meia pedalada. Por que evita meia pedalada? Porque coloca, dentro do Orçamento de 2015, o pagamento de pessoal, principalmente décimo terceiro e gratificações, que muitas vezes são executados no Orçamento seguinte.

O Tribunal de Contas já proferiu diversos pareceres contra esse tipo de prática. Eu inclusive me lembro de um, de relatoria do nobre Presidente Renato Rainha, à época apenas conselheiro, sobre as contas de um ex-governador cujo nome eu esqueci, em que alertava justamente para esse tipo de coisa. Então, Deputado Bispo Renato Andrade, na realidade esse crédito evita uma meia pedalada.

A segunda questão é o ajuste das metas fiscais para que se evitem as pedaladas ou até para que não ser enquadrado nelas. O governo, salvo engano, deveria colocar isso. Seria, Deputado Wellington, a adequação ao Orçamento de 1 bilhão de reais e, ainda mais, sem vinculação de receita, dizendo assim: "Olha, nós vamos executar, se houver uma arrecadação extraordinária". Mas isso não é garantia de que o orçamento de pessoal será executado. O próprio projeto de lei, Deputado Chico Leite e Deputado Chico Vigilante, já se vincula a futuras arrecadações, caso existam, e isso está escrito em um artigo do projeto de lei encaminhado.

Então, mais uma vez quero aqui defender o projeto porque ele evita uma meia pedalada, ou seja, readéqua o Orçamento do Distrito Federal, principalmente o orçamento de pessoal, ao Orçamento de 2015. Mas quero aqui alertar que, para o Orçamento de 2016, o governo encaminhou para cá o Projeto da Lei Orçamentária Anual – PLOA com uma fonte nova, a Fonte 900.

Essa fonte, inclusive, foi matéria do *Portal Metrópole*, que disse ser essa uma fonte condicionada. Quero deixar bem claro que toda fonte do governo é condicionada, Deputado Wellington Luiz, porque é uma expectativa de receita! No entanto, criar uma nova fonte para adequar despesa a receita acredito ser temerário. Então, apresentei aqui nesta Casa, Deputado Julio Cesar, um requerimento de fiscalização à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle para ela acompanhar a execução financeira e orçamentária da Fonte 900, que, caso esta Casa aprove, também pode ser considerada uma pedalada.

É só isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continua em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito rápido. Os créditos extraordinários estão previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que diz claramente no seu art. 44: "Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo". Então, acho que está claro.

Na minha opinião, isso aí não é uma pedalada. Volto a dizer: é uma rajada de pedaladas! Mas tudo bem, aqui estamos em uma democracia, estamos no Parlamento! Passemos ao processo de votação: quem é favorável vota a favor, quem é contra, que é o meu caso, vota contrariamente. Vou fazer isso e vou orientar minha bancada a fazer o mesmo. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apenas, a título de subsídio, mostrar para a Casa que já há três leis: a Lei nº 13.198, de 2 de dezembro de 2015, recente; a Lei nº 13.181, de 3 de novembro de 2015; e a aprovada pelo Congresso Nacional por encaminhamento da Presidente Dilma, Lei nº 13.164, de 9 de outubro de 2015. Todas as três leis, meu caro Deputado Chico Vigilante, abrem crédito extraordinário.

Assim, quero reforçar todos os argumentos que coloquei aqui pela aprovação, porque estão aqui, Deputado Bispo Renato Andrade, as leis. Então, não há, do ponto de vista legal, nenhum questionamento. Pode haver político. Legal, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, dialogando aqui com o meu amigo, Deputado Agaciel Maia, pessoa em quem eu confio muito, dizer o seguinte: Deputado Agaciel Maia, V.Exa. é economista, mas me desculpe dizer que V.Exa. está errado. Até porque eu não vou aceitar esse discurso aqui de que esse dinheiro é para pagar servidor.

Deputado Bispo Renato Andrade, o que garantiu o pagamento de servidor foi a coragem que nós tivemos de mexer no dinheiro do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, que foi depositado. E o próprio Governador declarou que estava garantido o salário até janeiro. Ou não foi isso o que foi dito? Está garantido o salário até janeiro com o dinheiro do Iprev.

Portanto, Deputado Agaciel Maia, o que está sendo feito aqui agora é que se está passando um cheque em branco de um bilhão e alguns milhões de reais para o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

governo executar no próximo ano sem precisar da Câmara Legislativa. Cheque sem fundos, diga-se de passagem. E aí ele vai tentar garimpar um fundinho para ver se...

É um papagaio que está sendo votado, porque o dinheiro mesmo, Deputado Chico Leite, foi garantido quando se mexeu no Iprev. É por isso que esse projeto é complicado. Isso aqui não tem nada a ver com pedalada fiscal. O que trata de pedalada fiscal é outro que estava na pauta, ao qual eu votaria a favor, mas não é esse. Esse não é de pedalada. Esse é um papagaio sem fundos.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 5 votos contrários.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. a gentileza de citar os nomes dos Deputados que votaram contrariamente. Favor registrar o nome dos Deputados que votaram contrariamente. Deputado Wasny de Roure votou contra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu quero retificar. O que a gente estava votando era ainda o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Desculpem-me. Estou retificando: o que estava em processo de votação era o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Quero retificar que o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças foi aprovado com a presença de 20 Deputados, sendo que 5 deles...

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, 15 votaram favoravelmente e 5 votaram contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A assessoria nossa está um pouco... É o seguinte: realmente está sendo votado o projeto, em primeiro turno.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, então eu quero pedir votação nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Já foi aprovado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também peço votação nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O resultado já foi proclamado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, nós estamos solicitando isso porque há dúvida. V.Exa. nem citou os nomes dos Deputados que votaram contrariamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Tudo bem, acatada a questão de ordem.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se não confiarmos no trabalho da Mesa, se a votação do projeto é simbólica e a Assessoria da Mesa... Ou confiamos na Mesa ou vou logo começar a pedir que todos os projetos tenham votação nominal. Vamos sair daqui que dia?

Então, eu reitero que, se a votação... Não estou subtraindo o direito de votação nominal, mesmo porque já está encerrada. Eu só quero dizer que não pode haver desconfiança da Mesa, porque senão vamos começar a pedir verificação de voto em projeto de votação simples e aí vamos demorar demais aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu entendo V.Exa., mas é um direito regimental. Se há dúvida, tenho que acatar a questão de ordem do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria saber qual o artigo do Regimento Interno que diz isso, porque, na verdade, já passou o momento. Se fosse antes, eu até concordaria, mas nesse momento já passou. Então, eu queria saber qual artigo do Regimento Interno que prevê ...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu fui informado pela nossa assessoria que não passou.

DEPUTADO JULIO CESAR – O Senhor já proferiu o resultado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Havia dúvida se era o projeto ou então...

DEPUTADO JULIO CESAR – Registra só os que votaram contra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o projeto não havia sido votado, foi votado só o parecer, e V.Exa. não proclamou o resultado. Portanto, peço votação nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Vamos ganhar tempo, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir a retirada do Projeto de Lei nº 737 da pauta e a inclusão...

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Retirada do Projeto de Lei nº 737?

Deputado Agaciel Maia, o art. 192, § 1º, diz: “Se algum Deputado Distrital tiver dúvida quanto ao resultado proclamado, poderá pedir, imediatamente, verificação de votação, que será realizada pelo processo nominal”, que foi o caso do Deputado Wasny de Roure.

Portanto, em votação, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 825, de 2015.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando o projeto.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	50



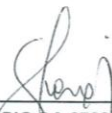
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
PRESIDÊNCIA  
SECRETARIA LEGISLATIVA



ESPÉCIE:	PROJETO DE LEI Nº 825/2015	DATA: 15/12/2015
AUTORIA:	( X ) PODER EXECUTIVO ( ) DEPUTADO	
TURNO:	1º ( X ) 2º ( ) ÚNICO ( ) RED. FINAL ( )	

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE	1					1
4	CHICO VIGILANTE	PT		1				
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JOE VALLE	PDT	1					
8	JUAREZÃO	PRTB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
17	RICARDO VALE	PT		1				
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
19	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADOS			17	5	0	2	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
17	VOTOS SIM
5	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
2	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
22	QUÓRUM VOTANTE

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEP. SANDRA FARAJ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis e 5 votos contrários. Houve 2 ausências.

Está aprovado em primeiro turno o Projeto de Lei Complementar nº 825, de 2015.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para observar a V.Exa. e aos colegas que nós da Rede votamos favoravelmente como um crédito de confiança ao governo, que tem procurado, pelo que expressa, trabalhar bem com o orçamento.

Então, nós estamos dando um crédito de confiança. Estimamos que o governo persista nesse mesmo caminho de equilíbrio fiscal. É nesse sentido que nos posicionamos favoravelmente.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com base no artigo nº 119 do Regimento Interno, peço a inclusão e, se possível, a inversão da pauta para votação do Projeto de Lei Complementar nº 33, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – É o próximo item de pauta, Deputado Rodrigo Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para declaração de voto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para coadunar com a fala do Deputado Chico Leite. Tive que contrariar inclusive a orientação do Líder. É uma forma de dar confiança ao governo no sentido de que as coisas melhorem no ano que vem.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu gostaria de fazer uma retificação. O Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2015, foi aprovado com 19 votos “sim” e 5 ausências.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só que incluísse extrapauta os itens que acordamos no Colégio de Líderes e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

que não estão aqui. Não os estou vendo. São eles: PL 826/15, PL 824/15, PL 829/15, PL 833/15, PL 834/15, PLC 18 e 46.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A Deputada Celina Leão reassume a Presidência daqui a pouco e deixo isso para ela.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. que pudesse distribuir a pauta, porque eu pedi a inversão e não sabia que era o próximo item da Ordem do Dia. Se V.Exa. puder pedir para a Assessoria de Plenário distribuir os itens extrapauta para que possamos acompanhar, agradeço a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acato o pedido do Deputado Rodrigo Delmasso e peço para a Assessoria de Plenário distribuir a pauta aos Deputados que assim requererem.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a tramitação em conjunto do PL 133/15 e do PL 826/15.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Como já disse, o que vocês estão apresentando como pedidos, eu já vou devolver a Presidência à Deputada Celina Leão...

DEPUTADA LILIANE RORIZ – O senhor acata ou não?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Vou devolver a Presidência à Deputada Celina Leão.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 33, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "define parâmetros de uso e ocupação do solo para as Quadras QE 38, QE 44, QE 48, QE 50, QE 52, QE 54, QE 56 e QE 58, do Setor Residencial Indústria e Abastecimento – SRIA II, da Região Administrativa do Guará – RA X". (Pausa.)

Já foi aprovado na CDESCTMAT e na CCJ. Não há emenda de plenário. Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	54



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 33/2015	DATA: 15/12/2015
AUTORIA: ( X ) PODER EXECUTIVO	
TURNO: 1º ( X ) 2º ( ) RED. FINAL ( )	

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JOE VALLE	PDT	1					
8	JUAREZÃO	PRTB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
19	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					1
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			23	0	0	1	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
23	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
1	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
23	QUÓRUM VOTANTE

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA SANDRA FARAJ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 23 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 33, de 2015.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu queria olhar para os moradores que estão ansiosos para chegarem as suas residências, adentrarem e construírem suas casas. Esse projeto foi delineado, trabalhado na gestão anterior do Governador Agnelo, e o projeto tem uma particularidade muito grande, que é possibilitar o acesso aos terrenos por meio das cooperativas dos grupos organizados.

Aqui cabe fazer o registro que a Deputada Sandra Faraj fez à Teresa, pela sua história de luta, e a muitas outras senhoras que ali trabalharam, como a D. Graça – eu me lembro de algumas pessoas que foram pioneiras nesse processo. Mas eu quero ser absolutamente honesto com vocês. Essa vitória de vocês é uma vitória de seus filhos, mas também é um compromisso de não entregar nas mãos daqueles que têm a verdinha – e a verdinha é atrativa. O Guará é extremamente valorizado. Outros programas no Guará não existirão. Então, eu quero alertar vocês. Eu dou o voto, mas é um voto de confiança naqueles que querem construir um projeto para sua família, para os seus filhos, para que eles sejam os herdeiros.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso para declaração de voto.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero primeiramente agradecer à Deputada Sandra Faraj, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; ao Deputado Bispo Renato Andrade, Líder da Minoria; ao Deputado Julio Cesar, Líder do Governo; ao Deputado Chico Vigilante, Líder do PT; ao Deputado Chico Leite, Líder da Rede; ao Deputado Agaciel Maia, Líder da Maioria e Líder do seu bloco; ao Deputado Prof. Israel, que também é Líder; ao Deputado Wellington Luiz, Líder do PMDB; e à Presidente da Casa.

No sábado, à tarde, nós tivemos uma reunião lá no Guará para tratar exatamente desse projeto, Deputada Liliane Roriz. Eu pedi, liguei para cada Líder de bloco e para os Presidentes das Comissões. Quero agradecer ao Deputado Cristiano Araújo, que é o Presidente da Comissão da qual eu sou Vice-Presidente. Todos eles foram sensibilizados para colocarmos esse projeto na votação de hoje.

Eu quero dizer que eu sou vizinho dessas quadras. Eu moro na Colônia Agrícola Bernardo Sayão, que é vizinha das Quadras 38, 58 do Guará. Eu vi a D. Teresa, por diversas vezes, em algumas reuniões, chorando. Isso é uma luta, como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

disseram aqui, de vinte anos, Deputado Wasny de Roure. Inclusive a filha da D. Teresa tinha 5 anos. Ela estava na reunião hoje e já está com 25 anos de idade.

Eu acredito que isso vai destravar aquelas cooperativas que ganharam a licitação da Codhab e que estão autorizadas a construir as suas casas dentro da legalidade.

Quero aqui anunciar também e dizer que fiz uma ligação ao Presidente da Codhab, Gilson Paranhos, porque alguns contratos vão vencer agora em janeiro. Ele se comprometeu, Deputado Wasny de Roure, Deputado Bispo Renato Andrade, a prorrogar os contratos para que todos possam, justamente, cumprir os prazos estabelecidos pela Codhab. E o Governador do Distrito Federal – eu liguei para o Serginho – se compromete em sancionar esta lei ainda nesta semana.

Mas eu queria fazer um pedido ao Líder do Governo, Deputado Julio Cesar. E eu queria fazer um pedido a S.Exa., Deputado Julio Cesar. O que essa comunidade quer é que o Governador vá lá nas áreas 38, 58 e sancione o projeto de lei junto com esse povo, porque isso é uma conquista do povo, uma sensibilidade do Governador. Então, eu quero pedir a V.Exa. que verifique na agenda do Governador, se neste sábado ele pode ir ao Guará sancionar esse projeto de lei na presença de todos os moradores que vão ser beneficiados com esses parâmetros.

Parabéns a vocês. Essa vitória é de cada um de vocês. E que Deus abençoe. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Para completar, agradeço à Teresa, que é uma guerreira. Ela não desistiu nunca. Parabenizo todos os moradores do Guará, o Deputado Rodrigo Delmasso, morador do Guará também, pela força. No domingo ele fez uma reunião com os moradores. A Administração está na responsabilidade do Deputado Rodrigo Delmasso. Vocês, moradores, estavam ansiosos, e agora essa vitória está concretizada na Câmara Legislativa. Parabéns!

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa., a exemplo dos anos anteriores – estamos nos aproximando das 19h –, que votássemos o Orçamento em primeiro turno – a Lei Orçamentária Anual – para o próximo ano, deixando como última matéria da noite a votação em segundo turno. É uma tradição na Casa. O Orçamento está pacificado, não há problema nenhum a respeito. Portanto, eu peço a V.Exa. que votemos em primeiro turno o projeto de lei orçamentária para 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vou explicar uma coisa para o pessoal que está na galeria. Nós não entramos ainda na pauta de Deputados. Um projeto de lei de minha autoria está esperando desde o começo, como também o projeto da Deputada Liliane Roriz. Estamos ainda na pauta do Executivo. Nós vamos entrar na pauta dos Deputados, só que está havendo um desencontro sobre o que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

foi aprovado no Colégio de Líderes e o que foi acertado. Eu vou suspender a sessão por cinco minutos, para definir com clareza a pauta. Eu acho que isso é importante, para que a gente possa organizar a votação e ser exatamente o que foi definido no Colégio de Líderes.

Não entramos ainda na votação de projeto de nenhum Deputado. O que nós votamos foi projeto do Executivo. Há projetos, inclusive de minha autoria, que estão esperando para serem votados, estão na fila, como também o da Deputada Liliane Roriz. Só quero dar uma explicação a vocês. Eu vou suspender a sessão por cinco minutos para organizar aqui, junto com o Colégio de Líderes.

Antes, porém, eu gostaria de falar que nós recebemos na Presidência da Câmara o nosso Secretário André Lima. Eu quero chamar os moradores do Lago Sul que estão presentes, a Associação dos Moradores. Fizemos o acordo de não incluir para votação o Projeto de Lei nº 737. Nós fizemos o acordo com o Secretário, que fez também o compromisso conosco de as audiências públicas acontecerem no mês de fevereiro para frente, de fevereiro para março, época em que a Câmara Legislativa estará em funcionamento. Em contrapartida, nós retiramos de votação o Projeto de Lei nº 737.

Agradecemos ao Secretário. Nós entendemos o compromisso do Governo do Distrito Federal com o meio ambiente. Os moradores estavam ansiosos porque começaram outras derrubadas no dia de hoje. Retiramos de pauta e firmamos aqui um pacto de confiança. Peço o apoio do Deputado Cristiano Araújo. A Associação de Moradores está aqui e, se quiserem, podem discutir com S.Exa., para que a gente possa encaminhar a matéria.

Nós vamos suspender a sessão por cinco minutos.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu queria falar para o Alexandre, que esteve para entrar no plenário, que ninguém realmente entra no plenário sem terno. Se alguém estiver sem terno no plenário, por favor, peço que se retire porque é regra da Casa.

Quando o Deputado Joe Valle fez a colocação, há um espaço especial, junto com a imprensa, para poder acompanhar o Plenário conosco. Eu gostaria de pedir para alguém da Segurança acompanhar o Alexandre até aqui embaixo, e ele pode ficar junto com o pessoal da imprensa. Dentro do plenário, nem Deputado entra sem terno, é o regimento da Casa. A não ser que queiram excetuar o regimento, nenhum Deputado entra sem terno.

Eu gostaria de chamar o Alexandre para entrar. No primeiro momento, quando o Deputado Joe Valle falou comigo, eu mandei dar a volta, entrar ali e ficar no lugar da imprensa. Pode entrar, sim, com certeza. Só não pode entrar no plenário sem terno, ninguém pode. Se houver alguém sem terno – eu não estou identificando, acredito que não haja ninguém –, pode entrar e ficar junto com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

assessoria de imprensa, que está sem terno. Excetuar, eu não excetuo para Deputado, para ninguém.

DEPUTADO JUAREZÃO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PRTB. Sem revisão do orador.) – Eu perdi até meu lugar de sentar, porque há muita gente aqui dentro.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vou pedir um favor a todas as assessorias que estiverem no plenário: deixem os espaços livres para os Deputados. Fiquem à direita, à esquerda, no fundo do plenário, e deixem o trânsito livre para os Deputados.

Outra coisa: para não haver constrangimento, a cadeira é exclusiva do Parlamentar. Não pode sentar na cadeira de Parlamentar quem não é Parlamentar. Vamos evitar o constrangimento de termos que pedir para alguém se levantar. É regra básica. Peço que todo mundo fique no canto ou no fundo, a fim de deixar o plenário livre para os Parlamentares.

Suspendo os trabalhos por cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h53min, a sessão é reaberta às 19h02min.)

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Julio Cesar a secretariar os trabalhos da Mesa.

Enquanto a Deputada Celina Leão está dando uma entrevista, vamos continuar com os próximos itens de pauta. Depois, acata-se ou não a questão de ordem de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 47, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a racionalização no ajuizamento de execuções fiscais e regula a inscrição e cobrança da dívida ativa do Distrito Federal".

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Eu também estou na mesma expectativa de vocês: terminar a votação dos projetos do Executivo e entrar na pauta dos Deputados e, assim, chegar ao PDL nº 53. (Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Não esqueça V.Exa. que eu fiquei com agruras ao lado de V.Exa. numa emenda. Portanto, eu queria usar desse crédito que gerei para lembrar a V.Exa. – quem estava presidindo era a Deputada Celina Leão – que ela acatou a solicitação de votarmos o Orçamento em primeiro turno, deixando-o como última matéria do segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Sou devedor de V.Exa. e não teria como pagar, mas, se já houve o acordo, nós vamos colocar em votação daqui a pouco, Deputado Agaciel Maia.

Vamos terminar a votação.

Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças com emendas. Foi apresentada uma emenda na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e uma emenda de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre o projeto e sobre as emendas.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas da Comissão de Constituição e Justiça e a emenda de Plenário. (Pausa.)

Quanto às emendas apresentadas por mim ao Projeto de Lei Complementar nº 47, de 2015, como sou o autor, estou retirando essas duas emendas, a de nº 8 e a de nº 9, já que houve consenso entre a Procuradoria e o representante do setor produtivo. Isso é em nome do consenso. Peço para esta Casa sempre se pautar pelo consenso. (Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se de parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre emendas apresentadas na CCJ e no plenário.

Quero alertar o governo de que – nas negociações e emendas que são de mérito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – só vou aceitar desta vez, porque foi feito um acordo, mas não conversaram com a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Como a Dra. Paola está aqui e concorda com as emendas, vou convalidar esse acordo, mas, na próxima vez que houver um acordo do governo sem ouvir a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, vou rejeitar, porque são emendas de mérito. Se rejeitadas pela Comissão em plenário, não tem quem possa recorrer. Então, faço essa recomendação. Já é a segunda ou a terceira vez que isso acontece. Só estou alertando que essa é a última vez.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 47, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a racionalização no ajuizamento de execuções fiscais e regula a inscrição e cobrança da dívida ativa do Distrito Federal".

Foram apresentadas as seguintes emendas: Emenda Modificativa nº 2, da CCJ, que acato; Emenda Aditiva nº 3, da CCJ, que acato; Emenda Aditiva nº 4, da CCJ, que acato; Emenda de Redação nº 5, da CCJ, que acato; a Emenda Supressiva nº 6, da CCJ, que acato; a Emenda nº 7, que foi retirada; e as emendas do Deputado Bispo Renato Andrade, que foram apresentadas em plenário e também foram retiradas.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lideranças dos segmentos presentes, em primeiro lugar, quero começar pelo que o Deputado Agaciel Maia falou aqui e que está sendo corriqueiro nesta Casa.

Já alertei o Deputado Chico Leite na legislatura anterior: todas as emendas de mérito têm de ser feitas, encaminhadas e protocoladas na comissão de mérito. Quero alertar isso aos colegas porque isso é regimental. Ou, se não, o Regimento deve ser rasgado, Sra. Presidente. Um dos dois. Não cabe à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças apreciar uma matéria da sua comissão que, no mérito, foi deliberada em outra comissão. Ela tem que considerar prejudicada a emenda.

Eu quero alertar os colegas Deputados de que nós temos que corrigir os nossos vícios para o bem desta instituição, não é para o Deputado Wasny de Roure. Eu estou fazendo um papel aqui muito desconfortável. Como é a primeira legislatura para muitos colegas, eu quero falar com absoluto respeito, mas com a devida transparência, porque esses artifícios só prejudicam a história da Casa e a consolidação da imagem da instituição. E é nesses pequenos detalhes. Então, eu alerta para esse primeiro problema.

Segunda questão: eu recebi, no meu gabinete, uma representação da Procuradoria para discutir o PLC nº 47. Eu considerei extremamente importante porque, como eu já disse aqui da tribuna desta Casa, o Governador Rollemberg estava muito preocupado, quando recebeu o governo, com o rombo que havia. O pior é o rombo notoriamente consolidado, que são 15 bilhões, 16 bilhões de reais, que, a princípio, é gerenciado pela Procuradoria.

Estamos aí todos nós assistindo, a olhos vistos, um rombo, um saque da população. A olhos vistos! Tanto é verdade que pouquíssimos esforços têm sido



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

feitos. Eu, inclusive, tenho batido aqui contra o Refis. Cheguei a votar por duas vezes, pois considero uma política antipedagógica para a responsabilidade tributária.

Eu considero o projeto uma tentativa de resgate de parte dessa receita: 15 mil reais para os tributos indiretos e 5 mil reais para os tributos diretos, que são o IPTU, o IPVA etc.

Agora, Sra. Presidenta, a proposta prevê que 10% desse recurso vão para o fundo pró-jurídico. E agora, com outro projeto, apresenta-se uma partilha desse recurso com a Secretaria da Fazenda. Inclusive, o PLC nº 47, quando chegou a esta Casa, chegou com absoluto desconhecimento da Secretaria da Fazenda. Fui eu que alertei o Secretário da Fazenda numa audiência que tinha coincidido com a chegada desse projeto. Naturalmente, todos que acessam o *site* acompanham isso, mas só para dizer que essas coisas prejudicam.

O Governador Rollemberg mandou um projeto de lei. Está aqui o Secretário Pedro Meneguetti. Ele vai lembrar disso. O primeiro projeto praticamente que o governo mandou estabelecia que todos os recursos de fundo fossem canalizados para a conta única, ou seja, o governo acabava com todos os fundos. É verdade ou não é verdade, Deputados? É verdade ou não é verdade? Agora, o Governador Rollemberg apresenta – inclusive no outro projeto, não nesse – um reforço dessa política dos fundos.

Eu estou estarecido, Deputado Chico Leite, da base do Governador Rollemberg. Votamos inclusive um PL que trata do remanejamento dos fundos, na semana passada. Eu, que tinha votado anteriormente, entendo que era para praticamente acabar com as políticas de fundo. Ao mesmo tempo, o governo já vem com outro projeto de fundo.

Eu acho que o governo tem que resolver o que ele quer da vida. O governo tem que dizer qual é o seu projeto de sociedade. Vai continuar ou vai encerrar as políticas de fundo? É verdade ou não é verdade, colegas? É verdade ou não é verdade? Na semana passada, votou um projeto em que transfere todos os recursos de fundo para pagamento de pessoal, Deputada Liliane Roriz. Não é verdade? E agora o que está fazendo? Reforça um fundo e depois vem com outro projeto que cria outro fundo. Aí é uma outra discussão que vamos colocar.

Eu acho que o governo tem que estabelecer uma política de coerência, de trato com a coisa pública, tem de saber o que ele quer da vida. Isso é fundamental antes de expor esta Casa a votar um projeto sem saber exatamente o que pretende apresentar à sociedade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade, eu não ia discutir, mas fui citado duas vezes pelo nobre Deputado Wasny de Roure e acho que até em respeito a ele tenho que vir ao microfone.

Tenho dito na Comissão de Constituição e Justiça, muitas vezes, que nós não podemos trabalhar sobre emendas de mérito. Tenho votado e tenho perdido. É um colegiado. Temos que ter a nítida compreensão de que ganha a maioria.

Por isso que o voto é aberto. É por isso que fizemos aquela emenda em 2006. A nossa Casa Legislativa foi a primeira a ter todas as manifestações abertas, ostensivas, de maneira que o Deputado Wasny de Roure pode ficar tranquilo. Tenho feito esse debate há treze anos, não apenas quando fui presidente ou vice. Quero primeiro deixar isso registrado em ata. Nessa, especificamente, eu fui contrário e perdi por 3 a 1. Nessa, especificamente, da lavra da Deputada Sandra Faraj.

Agora, aqui a gente dá o parecer, a gente se manifesta, procura articular, mas a gente não pode querer ser proprietário da verdade. Esta é uma Casa que reúne tendências das mais variadas. Temos que compreender o outro. Não podemos achar que somos proprietários da verdade.

A outra observação que o Deputado Wasny de Roure fez foi acerca dos fundos. Concordo com o Deputado Wasny de Roure. A minha impressão é de que o caminho para um orçamento equilibrado é exatamente não ter vinculações orçamentárias. De maneira que as prioridades são manifestadas com o efetivo investimento dos governos. Prioridade não é discurso, Sr. Presidente. A fala engana, ilude. Prioridade é ação, atitude. É assim que se demonstra o que é mais importante. Então, não vamos demonstrar vinculando orçamento.

O Deputado Wasny de Roure disse que eu era da base do Governador Rodrigo Rollemberg. Eu sou independente desde que o Governador era do meu partido. Os colegas me viram muitas vezes atuar aqui. E continuarei sendo. Eu, Deputado Wasny de Roure, fico tranquilo. Jamais darei uma palavra e mudarei de opinião. Jamais votarei de maneira diferente de um governo para o outro, como muita gente que, quando é do partido do governador, vota de um jeito e, quando é desagradado por alguma atitude do governador, vota de outro. Este é o problema grave: a coerência, maior patrimônio de um ser humano.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado. V.Exa. foi bom no seu esclarecimento, porque eu também tinha o mesmo pensamento do Deputado Wasny de Roure.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas foi aprovado com a presença de 21 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação a esse projeto de lei, há uma emenda de minha autoria. Salvo engano, é a Emenda nº 1. Eu gostaria que ela fosse retirada, por favor.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

Foi apresentado destaque às Emendas nºs 1 e 7. Nesse sentido, coloco em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 47, em primeiro turno, ressalvados os destaques. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	64



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 47/2015	DATA: 15/12/2015
AUTORIA: ( X ) PODER EXECUTIVO	
TURNO: 1º ( X )      2º ( )      RED. FINAL ( )	

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JOE VALLE	PDT	1					
8	JUAREZÃO	PRTB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
11	LIRA	PHS				1		
12	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	1					
17	RICARDO VALE	PT		1				
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				1		
19	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			21	1	0	2	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
21	VOTOS SIM
1	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
2	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
22	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA LILIANE RORIZ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Foi apresentado destaque às Emendas nºs 1 e 7.

Passa-se à votação, em separado, das Emendas nºs 1 e 7, de autoria do Deputado Julio Cesar e Deputado Prof. Israel, apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 47, de 2015.

Emenda nº 1. Adiciona-se o parágrafo único ao art. 3º do Projeto de Lei Complementar nº 47, de 2015. Art. 3º, parágrafo único: “Fica concedido o prazo de seis meses, após a efetiva notificação, para a quitação do débito ou apresentação de comprovante de pagamento previamente inscrição do nome do devedor ou cadastro de inadimplentes.” (*sic*)

Emenda nº 7, de autoria da Deputada Sandra Faraj. “Suprima-se o inciso V e VII do art. 2º da Lei nº 2.605, de 18 de outubro de 2000, que se pretende alterar pelo art. 8º do Projeto de Lei em epígrafe, renumerando-se os demais.”

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão as Emendas de nºs 1 e 7 destacadas para votação em separado.

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação, em separado, das emendas apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 47, de 2015.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que forem contrários às emendas permaneçam como estão; os que as aprovam queiram manifestar-se. (Pausa.)

As emendas estão rejeitadas com a presença de 22 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir os nossos Deputados do Colégio de Líderes para votarmos agora o Projeto de Lei nº 816, de 2015, que se refere aos auditores, uma vez que já votamos o dos procuradores. É bom lembrar que, na reunião do Colégio de Líderes,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

achávamos que estava tudo neste projeto, por isso não falamos nada, mas é necessário votar esse projeto separadamente. Peço autorização para procedermos à votação agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Já que votamos um da procuradoria, que votemos então o outro. Peço essa gentileza ao Deputado Agaciel Maia. Logo em seguida, votaremos o Orçamento. Logicamente, a questão de ordem foi acatada pela Deputada Celina Leão, preciso ouvir V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou falar exatamente nessa linha. No Colégio de Líderes, detectamos, eu e o Líder, Deputado Julio Cesar, que foi extremamente sensível, que os projetos, apesar de serem vinculados, naquele momento não estavam.

A assessoria de S.Exa. percebeu isso. Portanto, gostaria de solicitar a V.Exa. e aos Líderes que o próximo item de pauta seja exatamente o Projeto de Lei nº 816. Até porque eles começaram a tramitar juntos, nada mais justo do que o próximo item de pauta ser esse projeto. Gostaria de solicitar que se proceda dessa forma. Peço um pouquinho de sensibilidade em relação a esse pobre Deputado da Oposição, que nem tem mais voz nesta Casa.

Muito obrigado, Presidente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Depois desse choro do Deputado Wellington Luiz, levando em consideração a similaridade dos assuntos, mesmo a Deputada Celina já tendo deferido a votação do PLOA como próximo item de pauta, não vão ser dez minutos ou quinze minutos a mais ou a menos que vão nos atrapalhar. Portanto, abro mão e deixo que seja o item seguinte ao projeto que V.Exa. sugeriu votar, bem como o Deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado pela gentileza de vocês.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quantos projetos de Deputados ainda serão votados hoje?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Quarenta e oito, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Solicitei a inclusão do PLC nº 5 em pauta. Ele foi inserido? Retirei três projetos para que ele fosse incluído em pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Vou pedir que verifiquem, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Se o projeto não foi ainda incluído em pauta, solicito a V.Exa. que defira a inclusão desse projeto na pauta. É o único cujo direito de votação reivindiquei.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não tenho ainda a resposta, Deputado Chico Vigilante.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 49, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 761, de 5 de maio de 2008, que ‘cria o Fundo Penitenciário do Distrito Federal – FUNDF e dá outras providências’”.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já existe um consenso com relação a essa questão do Fundo?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não. Na realidade, para votação agora seria o outro da Procuradoria.

No Colégio de Líderes, houve esse acordo para votação do Fundo Penitenciário, Deputado. Só estão sendo colocados aqueles que tiveram acordo.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – É porque eu recebi um pedido do Presidente da Ordem para não votarmos. Eu recebi uma mensagem do Presidente da OAB/DF para que não fosse colocado em votação hoje, em função, evidentemente, de alguma contribuição que ele queira dar.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até por uma questão de cuidado, essa colocação do Deputado Raimundo Ribeiro nos remete a uma cautela, porque, no que foi acertado hoje, Deputado Raimundo Ribeiro, faltava-nos informação. Inclusive, quando fui questionado, eu disse que não conhecia a matéria mesmo sendo ligado à segurança pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

Então, V.Exa. trazer essa informação é bom, porque a gente tem um cuidado maior. Eu não estou confortável para votar, porque eu não sei do que se trata. O acordo foi em cima de algo que nós não conhecemos. Se existe um pedido da Ordem dos Advogados, que, certamente, deve ter se aprofundado na matéria, é importante, então, que a gente tenha um cuidado maior.

Eu peço à nobre Presidência que retire esse projeto, pelo menos momentaneamente, atendendo ao pedido do nobre Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o projeto que está sendo discutido é o Projeto de Lei nº 816?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Ainda não. É o do Fundo Penitenciário.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Porque o Projeto de Lei nº 816 foi votado hoje na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, então eu peço, se ele não estiver incluído na pauta, para que o inclua, porque foi votado hoje na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, inclusive a pedido do Líder do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acatando a solicitação dos Deputados Wellington Luiz e Raimundo Ribeiro, nós retiramos, momentaneamente da votação o projeto que trata do Fundo Penitenciário.

Passamos ao próximo item da pauta, o da Defensoria.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 816, de 2015, que “institui o Fundo da Receita Tributária do Distrito Federal – Pró-Receita”.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós estamos criando um acordo com os moradores do Lago Sul e do Lago Norte e tivemos uma ampla discussão com os Deputados Joe Valle, Cláudio Abrantes, Chico Leite, Luzia de Paula, Cristiano Araújo e Robério Negreiros, que participaram desse acordo, e com os moradores que também estão aqui, com a associação de moradores.

Qual é o pedido e o compromisso? Nós vamos retirar de votação o Projeto de Lei nº 737. Não apresentaremos nenhum outro projeto, na confiança de que o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

Governo do Distrito Federal vai continuar as derrubadas limitadas a 30 metros, ou seja, continuam as derrubadas e a desobstrução da orla do Lago, mas limitadas a 30 metros até fevereiro, quando nós vamos fazer as audiências públicas, na segunda quinzena de fevereiro.

Esse é o compromisso que foi feito, aqui avalizado pelo Secretário, por todos os Deputados que estão aqui, pelos moradores que estão aqui, porque nós entendemos, Sr. Presidente...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Pessoal, deixa eu só colocar uma questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu peço ao pessoal que, por favor, deixe a Deputada terminar de falar. Por gentileza.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Pessoal, é só um minuto.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Só um minutinho, por favor. Vamos esperar a Deputada falar, logo em seguida...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Pessoal, se a palavra de um Secretário e de cinco Deputados que estão aqui testemunhando for quebrada, eu vou convocar a Câmara Legislativa nas férias. Ok? Por quê? Porque a palavra do Secretário tem que valer, a palavra do Governador tem que valer, e a dos avalistas, que são os Deputados Distritais que estão aqui, tem que valer. Tenho certeza de que, se eu convocar a Câmara Legislativa nas férias, todos os Deputados que estão aqui virão para dar apoio a essa solução.

O que acontece, pessoal? Nós podemos radicalizar, sim, e aprovar o projeto; amanhã o Ministério Público pede inconstitucionalidade, isso pode ser votado nas férias e vocês estarão descobertos.

Qualquer acordo acho melhor do que uma radicalização, porque alguém pode sair perdendo. Neste momento acho que é importante a gente encaminhar um acordo. Há aqui o compromisso do Governador. Eu falei com o Governador e com o André para que isso possa acontecer, e acredito que qualquer acordo é melhor do que o embate. Nós temos aqui, como avalistas, os Deputados e, se isso acontecer, nós vamos convocar a Câmara Legislativa.

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Não, pessoal, nada. Não mexer...

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Não, não. Quem está sem já recuou. Pessoal, o acordo foi para estabilizar o que está derrubado, parar e não avançar, e ninguém voltar. Até a gente fazer as audiências públicas. Em fevereiro, nós vamos poder fazer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

essa discussão ampla, discutindo se é 100 metros, se é 50 metros, se é 80 metros. Mas isso será em fevereiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, só uma questão de esclarecimento: se os termos são praticamente os do projeto, por que a necessidade disso?

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Não são?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Não são. Deputado Raimundo Ribeiro, é esse o problema. Nós gostaríamos de discutir o projeto, mas ele é amplo, tem muitos aspectos que precisam ser discutidos ponto a ponto, porque ele envolve todos os parques do DF. É essa a nossa discussão. A gente não pode aprovar uma lei somente para o Lago Sul e para o Lago Norte. Então, nós construímos um projeto desses, no último dia de votação sem discutir com a Secretaria é algo muito difícil.

Imaginem: eu sou uma frequentadora de parques. As pessoas estão colocando que a gente vai proibir a entrada em parques, proibir equipamento público. Eu jogo futevôlei em quase todos os parques. Então não é essa a verdade. A gente vai precisar até esclarecer que essa não é a verdade.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Só quero alertar para tomarem cuidado porque quem está fazendo as ações lá é a AGEFIS – Agência de Fiscalização. A Agefis assumiu o compromisso aqui, com esta Casa, de não fazer derrubadas, e não cumpriu. Um compromisso assumido aqui pelo Secretário é importante, mas é preciso ligar para a Bruna, porque ela não cumpre acordo. A Bruna não cumpre acordo, ok?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Deputado Ricardo Vale, já foi feita essa ligação para ela. Deputado Ricardo Vale?

(Manifestações na galeria.)

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Gente, é o seguinte, nós estamos em processo de votação. Vou ouvir apenas mais o Deputado Cláudio Abrantes e a Deputada Liliane RORIZ, e voltaremos à votação. Podemos reabrir o diálogo daqui a pouquinho. Mas estamos em processo de votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Eu só queria parabenizar a Deputada Celina Leão por esse encaminhamento. Ela está corretíssima de dar esse encaminhamento, com essa clareza dos fatos.

Além disso, acho que seria importante nós avaliarmos o Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2015, para que isso cesse até que as coisas sejam solucionadas.

Eu apoio a decisão da Deputada Celina Leão e dos demais colegas.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero esclarecer ao nobre Deputado Ricardo Vale que as derrubadas estão sendo feitas pela Agefis, mas a pedido do IBRAM – Instituto Brasília Ambiental. Então, quem coordena esse processo é o Ibram, e nós temos aqui o Secretário do Meio Ambiente, que fez um compromisso, já conversou...

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, então já foi feito o compromisso com o Governador, com o Secretário de Meio Ambiente, com o Ibram e com vários Deputados. As pessoas dizem que é mentira, mas estão pedindo o voto do Deputado para apoiar o projeto. Nós estamos fazendo uma construção para que o projeto não abranja todos os parques, para que seja um consenso da sociedade.

Temos aqui a associação de moradores, que esteve aqui, ouviu. Temos o Executivo, por meio do Secretário de Meio Ambiente. Este coordena o Ibram – volto a dizer que as derrubadas são feitas sob a coordenação do Ibram. E temos esta Casa, cujos Deputados estão empenhados em achar uma solução que atenda aos moradores do Lago Sul, do Lago Norte, de Planaltina, de Brazlândia, de onde há parque, que atenda a todas as pessoas que querem usar os parques.

Então, nós precisamos ter esse entendimento. A Deputada Celina Leão colocou muito bem e, a partir disso, nós estamos fazendo o encaminhamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

A última pessoa que vou ouvir sobre esse tema é o Deputado Wellington Luiz. Logo em seguida, retornamos ao processo de votação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sinceramente gostaria de acreditar nisso. O problema é que hoje de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

manhã, enquanto discutíamos nesta Casa a questão do Lago e de outras derrubadas, os tratores estavam a toda a velocidade nos parques do Lago.

Então, é muito difícil acreditar num governo em que, enquanto o Governador promete uma coisa, os seus subordinados fazem outra totalmente diferente. A minha opinião é de que é preciso colocar esse projeto para votar, dar tranquilidade a essa população. É preciso cumprir o acordo com os Deputados. Eu, sinceramente, não consigo dormir tranquilo, porque acordos feitos por esse governo não são cumpridos.

(Palmas.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Gente, por favor. Eu vou ouvir o Deputado. Eu disse que aquela seria a última fala, mas ainda há pouco cortei a fala do Deputado Prof. Reginaldo Veras, e eu não seria descortês com S.Exa. de novo. Então, vamos ouvi-lo.

É bem verdade tudo isso, mas eu espero que, dessa vez, se a Bruna não ouvir o Governador, este a exonere. Que ele tenha a coragem de fazer isso, já que ela tem descumprido todos os acordos feitos com esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos um rito na Casa. O projeto de lei que está em discussão e cuja relatoria a Deputada Sandra Faraj está esperando para fazer é um projeto que trata dos auditores. O projeto dos parques não está em discussão.

Então, acho bom a gente encerrar este debate e dar continuidade, para que a Deputada Sandra Faraj faça seu parecer.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, só um minuto.

Por favor, eu gostaria que vocês ouvissem os Deputados. O Deputado Prof. Reginaldo Veras pediu a palavra. Ainda há pouco eu fui descortês com S.Exa. e não lhe cedi a palavra. Estou cedendo a palavra agora e gostaria que vocês prestassem atenção no que S.Exa. vai dizer.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, eu vou fazer aqui as vezes do Deputado Agaciel Maia. Nós temos um rito na Casa. Neste momento, nós estamos discutindo o projeto dos auditores. Está lá a Deputada Sandra Faraj esperando para fazer o seu parecer. O projeto dos parques, neste momento, não está em discussão. A gente está antecipando algo que nem na pauta ainda está. Então, ou cheguem a um acordo e o colocam ou não na pauta, ou interrompamos esse debate neste momento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Então, eu vou encerrar o debate. Retorno ao processo de votação em acatamento ao pedido de V.Exa., que é muito importante para nós.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas lembro a V.Exa. que, dentro do rito das matérias orçamentárias, ficou acordado que depois – nós cedemos para que houvesse a votação desse item – nós temos o Projeto de Lei nº 647, de 2015, que é o do PPA – Plano Plurianual; o Projeto de Lei nº 648, de 2015, que é o Projeto de Lei Orçamentária Anual; e o Projeto de Lei nº 810, de 2015, que trata das metas fiscais. Que a gente possa votar em primeiro turno e esperar a última votação para fazer a votação dessas matérias orçamentárias.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Então, peço a Deputada Sandra Faraj para proferir o parecer pela Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 816, de 2015.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	74



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PARECER Nº \_\_\_\_\_, de 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei nº 816/2015, que *“institui o Fundo da Receita Tributária do Distrito Federal – PRÓ-RECEITA.”*

**Autor: Poder Executivo**

**Relatora: Deputada SANDRA FARAJ**

## I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, por meio da Mensagem nº 287/2015-GAG, o Projeto de Lei nº 816, de 2015, que institui o Fundo da Receita Tributária do Distrito Federal – PRÓ-RECEITA.

O art. 1º prevê que a instituição do PRÓ-RECEITA esta conforme a LC nº 292/00.

Já o art. 2º aduz que o fundo tem por finalidade o aparelhamento, a modernização, o incentivo e o gerenciamento das atividades de fiscalização, lançamento e cobrança administrativa, promovendo, dentre outras ações: aperfeiçoamento, desenvolvimento e manutenção da infraestrutura física e tecnológica de uso da Subsecretaria da Receita – SUREC; aquisição de bens e serviços; qualificação profissional dos servidores da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal; aperfeiçoamento dos processos de trabalho e da gestão dos recursos físicos e humanos e realização de outras atividades relacionadas aos objetivos do Fundo.

Por sua vez o art. 3º prevê a forma como os recursos financeiros do PRÓ-RECEITA produto de arrecadação terá como receitas.

O art. 4º prevê que os recursos arrecadados serão depositados no Banco de Brasília – BRB, em conta com a denominação de Fundo de Receita Tributária do Distrito Federal – PRÓ-RECEITA e serão movimentados pelo órgão gestor do Fundo.

O art. 5º prevê que na gestão dos recursos do fundo, serão observados as normas gerais sobre a execução orçamentária e financeira, inclusive as relativas ao controle e à prestação de contas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	75



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



Por seu turno, o art. 6º será constituído o Conselho de Administração do Fundo, composto por: Secretário de Estado de Fazenda; Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Fazenda; Subsecretário da Receita; Subsecretário da Tecnologia da Informação e Comunicações; Subsecretário de Administração Geral; dois coordenadores da Subsecretaria da Receita, com mandato anual, em sistema de rodízio; do Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, Representante indicado pelo SINDIFISCO, dentre seus filiados e um representante indicado pelo SINAFITE, dentre seus filiados. Prevê ainda, que o Conselho de Administração será exercida pelo Secretário de Estado de Fazenda do DF e, na sua ausência, pelo Secretário Adjunto de Estado de Fazenda do DF ou pelo Subsecretário da Receita do DF.

Já os arts 7º, 8º e 9º trazem em seu bojo, respectivamente, as competências do Conselho de Administração do Fundo.

O art. 10 veda a remuneração, a qualquer título, pela participação do Conselho de Administração do PRÓ-RECEITA, a qual será considerada prestação de serviço público de natureza relevante.

Por fim, o art. 11 prevê o prazo de 90 dias para instalação do Fundo.

Os artigos 12 e 13 tratam, respectivamente, das cláusulas de vigência e revogação das cláusulas.

Encaminhada à Comissão para exame, a proposição não recebeu emendas até esta data.

É o Relatório.

## II – VOTO DA RELATORA

Ab initio, merece registro que incumbe, privativa e terminativamente, a esta C.C.J. exercer o juízo da proposição acima elencada quanto à admissibilidade, constitucionalidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, conforme o determinado pelo artigo 63, I, do Regimento Interno desta Casa.

A matéria insere-se dentre as matérias de Normas Gerais de Direito Financeiro, previstos na Lei federal nº 4.320/64.

Em análise ao projeto, verifica-se que foi eleito o expediente legislativo correto, bem como observada a competência para iniciativa de lei.

Portanto, meu entendimento é de que não há óbice jurídico ao presente projeto, cabendo à apreciação do mérito da matéria aos nobres pares para sua aprovação ou reprovação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	76



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



O projeto obedece aos requisitos de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade nas proposições, não apresentando nenhum vício de ordem formal ou material, e não encontrando óbices à aprovação, sendo entendimento estar dito projeto apto à votação.

Verificamos que a proposição esta de acordo com as condições e os requisitos para instituição e funcionamento de fundos, observados os princípios estabelecidos na LODF e na legislação federal, conforme previsto na Lei Complementar nº 292/2000.

Importante destacar que a competência para a apresentação de projetos dessa natureza é exclusiva do Poder Executivo por se tratar, eminentemente, de matéria de gestão administrativa, a teor do que dispõe o artigo 149, § 12, da LODF.

→ Especificamente **sob o aspecto de admissibilidade**, a interpretação sistemática das normas constitucionais leva à conclusão de que este projeto deve ser de iniciativa exclusiva do Governador, pois além de dependerem de autorização legislativa, os fundos devem estar compreendidos na lei orçamentária anual, cuja iniciativa também é dele, nos termos dos artigos 71, VII e o art. 100, VI, da Lei Orgânica do DF.

Assim, cabe ao chefe do Poder Executivo o exercício da direção superior da Administração Distrital, inclusive no que tange à decisão sobre a destinação dos recursos públicos, que também é manifestada pela regulamentação de um fundo especial.

Ante o exposto, somos no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, pela **ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Lei nº 816/2015.

É o voto.

Sala das Comissões,

DEPUTADO  
*Presidente*

DEPUTADA SANDRA FARAJ  
*Relatora*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	77

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer da CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para discutir.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputada Sandra Faraj, V.Exa. disse 416 ou 816?

DEPUTADA SANDRA FARAJ – PL nº 816, de 2015, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Está certo.

Sr. Presidente, veja bem, nós votamos o PLC nº 47 de maneira bastante correta. A Casa está encaminhando de maneira sucessiva esse projeto, que é fruto de uma negociação feita entre os procuradores e os auditores da Receita do Distrito Federal.

O programa que se propõe – o Pró-Receita, o fundo que está se criando – agora já ocorreu em tempos passados, sem ser na forma de fundo. Entretanto, eu acho que, até de forma correta, quando se estabelece os recursos financeiros que irão compor o Pró-Receita...

No inciso I, não tenho nenhuma dificuldade, porque, a exemplo da Procuradoria, a Receita, que também trabalha no processo da fiscalização das cobranças, tem toda uma participação nesse processo, eles têm que ter um envolvimento no que diz respeito ao montante de recursos. Quanto é o percentual, eu não sei; no da Procuradoria, está definido 10%.

Entretanto, Sr. Presidente, vou votar numa expectativa de que, naquilo que diz respeito a composição da receita desse fundo, seja dado um maior detalhamento por parte das autoridades fazendárias do Distrito Federal, porque apenas se mencionou uma enormidade de recursos previstos no processo da formação da Receita do Distrito Federal. Citam-se aqui: contribuições; subvenções; auxílios da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios. Depois, fundações; empresas públicas. No inciso III, doações de pessoas físicas e jurídicas; dos organismos públicos e privados, nacionais e internacionais; recursos resultantes de celebração de contratos, convênios, consórcios... Ou seja, há citação de uma enormidade de fontes de recursos, sem que se diga exatamente os parâmetros quantitativos de cada um deles.

Eu vou votar favorável, mas quero alertar que esse fundo precisa ter uma definição.

Por último, no meu argumento, eu quero lembrar que o governo, quando encaminhou, esse último projeto do remanejamento, se não me engano, Deputado Bispo Renato Andrade, ele excluiu o Pró-Jurídico. Deveria fazer agora com o Pró-Receita também. Não adianta nada, vota-se aqui um fundo e, amanhã, o governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	78

remaneja o recurso. Essas coisas mal resolvidas, muitas vezes, trazem enormes consequências.

Eu espero que o Secretário da Fazenda faça essa explicitação e conseqüentemente o fundo seja, de fato, um fundo e não um fundo de araque, como está acontecendo com relação aos demais fundos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continua em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 816, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção dos Parlamentares, em nome do Deputado Agaciel Maia, e falo mais como Presidente deste Parlamento.

Nós recebemos um ofício – e eu faço um apelo ao Igor, que é o secretário parlamentar – do Ministério Público, uma recomendação por escrito, para que não fosse aprovada nenhuma renúncia nem aumento de despesas. Porém, há um item de um projeto do Executivo em que há várias renúncias.

Na dúvida, hoje, fiz um telefonema ao Ministério Público para perguntar se as renúncias que já haviam sido aprovadas – e há várias gratuidades no meio disso, de deficientes e tal – têm a mesma interpretação. E a resposta que eu tive é que sim. Então, o Deputado Agaciel Maia, que é o relator da CEOF, sofre uma responsabilidade muito grande com a aprovação de projetos desse tipo e de outros que estiverem na pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	79

Eu já pedi para a assessoria levantar quais são os projetos que nós temos que podem ter ou renúncia ou aumento de receita. Estes, com certeza, passam pela CEOF – foi por isso que mandaram para o Deputado Agaciel Maia. Todos os Deputados que estiverem relatando projetos na CEOF ou pela CEOF ou votando na CEOF têm que, de uma certa forma, ter esse cuidado, porque nós podemos sofrer uma ação de improbidade administrativa, uma vez que isso foi recomendado e assinado. Ou seja, na CEOF, esse tipo de projeto terá que ser rejeitado, se quisermos entender a recomendação. É essa a minha interpretação.

Então, eu gostaria de dividir isso com os colegas, para que a gente não venha a ter um problema futuro. Ou retirar de pauta, se for a decisão do Executivo também, para depois tentar uma recomendação mais clara, porque ela está bem abrangente e é difícil.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero ouvir o Deputado Chico Leite, que é Procurador, é especialista.

Foi feita uma recomendação pelo Ministério Público de maneira detalhada e fundamentada em cima do desajuste fiscal que estamos enfrentando hoje. Na recomendação do Ministério Público, ele se dirige ao Deputado Agaciel Maia, como Presidente da Comissão, dizendo que, em caso de aprovação de renúncias fiscais ou de qualquer outro projeto que aumente despesas sem a contrapartida de aumento de impostos, nós seremos enquadrados na lei de improbidade administrativa – os Parlamentares que votarem favoravelmente, a começar pelo Presidente da Comissão.

Ora, eu pedi para a Presidente da Casa, Deputada Celina Leão, que ligasse no Ministério Público para entender a amplitude, o espectro dessa recomendação. O mais grave, Deputado Chico Vigilante, é que o Ministério Público pede que, no dia 31 de dezembro, nós encaminhe todos os projetos votados nesta Casa, para que ele analise e, em caso de descumprimento daquela recomendação, que ele abra ação de improbidade administrativa.

Eu mandei esse texto para todos os gabinetes com antecedência, assim que recebi. Tenho conversado com o Deputado Wasny de Roure, com o Deputado Chico Leite – e quero ouvi-los atentamente –, e com a Deputada Celina Leão, que acaba de ligar para o Ministério Público. Eles disseram: “É isso mesmo. Se aprovarem alguma renúncia fiscal, mesmo de caráter de prorrogação, vocês estão sujeitos à ação de improbidade”.

Eu não poderia deixar de alertar a Casa, porque há projeto, inclusive, do governo. Eu tirei, hoje, todos os projetos de Deputados que estavam tramitando na Comissão, para eu poder fundamentar. Como há projetos do governo, eu tinha a obrigação de alertar os colegas da Casa que, se houver decisão de se votar o projeto, os que votarem favoravelmente estão sujeitos a isso. Foi colocado por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	80

escrito, e a Deputada Celina Leão acaba de ligar agora, também. Foi confirmado: estarão sujeitos a responder ação de improbidade administrativa.

Eu e o Deputado Wasny de Roure, hoje, na Comissão, não votamos um projeto do governo que concedia benefícios fiscais, mas, como ele está em plenário e está na pauta, eu pedi à Deputada Celina Leão – para não parecer que é alguma invenção da cabeça do Deputado ou coisa dessa natureza – que fizesse a consulta. S.Exa. acaba de se pronunciar em plenário dizendo exatamente isso, que o Ministério Público já dá o indicativo de que, em caso de se aprovar qualquer projeto de renúncia fiscal ou aumento de despesas sem a contrapartida de criação de imposto correspondente, quem votar favoravelmente vai responder por ação de improbidade administrativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu gostaria de informar a vocês que eu vou limitar o tempo, senão a gente vai passar a noite todinha aqui.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Tudo bem, Deputado. V.Exa. está correto.

Deputado Bispo Renato Andrade, Srs. Deputados, eu acho que é importante resgatar a recomendação do Ministério Público. É uma recomendação. Uma coisa é a previsão na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias –, na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101, que é absolutamente previsível e tem todo o amparo legal.

O que tem acontecido é que eu – inclusive, tenho sido mal interpretado por alguns colegas por fazer esse papel antipático. Alguns Deputados até chegaram a me nomear “líder do governo” na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, porque passei a cobrar essas informações e a previsibilidade – fundamental nos dois instrumentos – para efeito de renúncia fiscal. Quer dizer, a gente dá uma de chato para tentar defender um colega e, agora, o próprio Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é cobrado por parte do Ministério Público.

O que está acontecendo? O Ministério Público está dizendo: os Deputados não obedecem às previsões estabelecidas na LDO e na Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, eu acho que não é que nós não devamos ter projetos, nós só temos que ter a devida instrução no processo e as previsões como a lei prevê.

O Ministério Público não está errado. Ele apenas tem que ter claro que também, para ele, exige-se a mesma cobrança. São essas as colocações. Sou solidário ao Deputado Agaciel Maia, porque é uma situação de constrangimento. Hoje, na Comissão, nós tivemos em condições de votar alguns projetos de renúncia fiscal, sem o devido e necessário tratamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	81

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria de expressar que, na minha avaliação, assiste razão ao Deputado Agaciel Maia e ao Deputado Wasny de Roure.

É preciso que tenhamos muita cautela, não apenas pela responsabilidade política, mas o Ministério Público, encarregado da preservação da ordem pública, enviou de fato a recomendação – aqui a numeração está ilegível – de 7 de dezembro de 2015. No meu gabinete, eu recebi cópia ainda ontem.

A recomendação tem por teor o que declinou a Deputada Celina Leão, mas nomeia como destinatários o Governador Rodrigo Rollemberg, o Secretário de Fazenda, Dr. Pedro Meneguetti; a Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, Leany Barreiro de Sousa Lemos; e o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia. De maneira que, não apenas por uma questão de responsabilidade política, mas também para atender a essa recomendação. Qual é o problema da recomendação? É que, feita com fundamento legal, a sua desobediência importa em conseqüências administrativas, civis e penais. De maneira que eu queria que a gente tivesse uma cautela acerca desses temas.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Olha, para ficar bem claro para as Sras. e os Srs. Deputados, que esse documento chegue às mãos dos Parlamentares, para que todos possam votar em cima do que determina. Que ele chegue às mãos de todos os Parlamentares.

DEPUTADO CHICO LEITE – Presidente, eu recebi em meu gabinete ontem. A minha impressão é de que foi a Presidência que mandou. Ou foi a Presidência da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, não foi?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Ah, sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – É para que todos os Parlamentares tenham em mãos o documento, Deputado Chico Leite. Nós estivemos na reunião do Colégio de Líderes, ouvimos isso do Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

O Líder do Governo está fazendo aqui um pedido do Deputado Agaciel Maia. Como já havia um pedido acatado pela Presidente Deputada Celina Leão, que fosse votada agora a LOA, esse é o próximo item de pauta. Se não, vamos retornar às votações.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	82

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu requeiro de V.Exa. a informação com relação ao requerimento que fiz para a inclusão do PLC nº 5 na pauta. Já está incluído?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Mais uma vez, eu havia me esquecido. Eu estou pedindo para averiguar agora. V.Exa. me desculpe.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Coloca as matérias... Todas as solicitações de sobrestamento feitas pela Mesa, mesmo depois do acatamento da questão de ordem, eu fiquei pacientemente aguardando e ainda estou. Eu peço a V.Exa., pela gentileza e fidalguia que V.Exa. tem, que coloque os três projetos que tratam do ordenamento orçamentário em pauta, por favor. É só o primeiro turno, com a condição de só votar depois de votar tudo em segundo turno.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o primeiro turno da LOA não foi votado ainda não?

A segunda questão é a seguinte: por que nós não votamos o primeiro turno de todos os projetos, Presidente, e convocamos sessão para amanhã, às 9h da manhã?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Havendo acordo dos Líderes, não vejo dificuldade nenhuma.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Peço a V.Exa. que sujeite isso ao Plenário, tendo em vista que há muita gente no recinto e que está muito tumultuada a sessão.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Às 9h da manhã, não?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que fosse feita a leitura de um requerimento de minha autoria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	83

que protocolei agora há pouco e peço também que inclua na pauta, pois ainda não foi incluído, o PLC nº 5, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Ok.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Presidente, o que eu iria falar – até porque os moradores do Lago Sul estavam aguardando isso – é que a Câmara Legislativa também irá promover audiências públicas em fevereiro sobre o respectivo tema, com a presença do Secretário, e nesse acordo de confiança. Nós, este Poder Legislativo, temos mecanismos também para agirmos, se o acordo não for cumprido. Ainda acreditamos, e estamos dando esse voto de confiança. Agradecemos a presença do Secretário André. É o nosso compromisso, Sr. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço à Presidente Celina Leão, se for possível, que essas audiências públicas sejam feitas no âmbito da Câmara Legislativa, na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, até porque essas pessoas confiam nesta Casa. Então, é importante que sejam feitas aqui. O Executivo, lamentavelmente, já deu mostras de que tem atropelado os moradores, a sociedade. Portanto, é importante que sejam feitas aqui, neste âmbito.

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que seja incluído na pauta o Projeto de Lei nº 153, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Ok.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou apoiando a proposta do Deputado Cristiano Araújo, de a encerrarmos com a votação em primeiro turno da Lei Orçamentária Anual e voltarmos amanhã de manhã, para votar tudo que tem que ser votado amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu consulto os Líderes, porque há muitos projetos do governo para serem votados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	84

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria sugerir não só a votação da LOA. Temos aqui projetos do Executivo, acho que mais uns seis ou sete. Votaríamos todos os projetos do Executivo, mais a LOA, e aí, sim, poderíamos voltar amanhã. Aí eu concordo. Há créditos muito importantes para votarmos no dia de hoje.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer ao pessoal na galeria que não tem nada a ver com o projeto deles. É apenas porque, a cada hora, estão sendo incluídos mais projetos na pauta, Deputado Julio Cesar, e não está havendo controle do que está sendo incluído. Sem prejuízo, para não irmos até 3h da manhã e saírem aquelas atrocidades que, às vezes, saem aqui na madrugada. Viríamos amanhã e concluiríamos a votação dos projetos do governo e dos Deputados também, sem prejuízo.

Meu segundo pedido à Mesa Diretora – até peço aos líderes da Rede que se manifestem – é quanto à questão desse acordo que foi firmado com o Secretário André Lima com relação ao PL 737. Peço que a audiência pública seja realizada aqui na sede do Poder Legislativo, haja vista que a comunidade tem confiança neste Poder e pediu que ela fosse feita aqui. Não vejo prejuízo em ser feita no auditório desta Casa, para mim não há problema. Eu gostaria que os líderes da Rede se manifestassem, assim como o Líder do Governo, sobre se a reunião poderia ser feita no âmbito do Poder Legislativo.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria de corroborar a sugestão dos nobres colegas para suspender a sessão e darmos continuidade amanhã pela manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vamos continuar a pauta de votação.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria de refazer minha colocação: vamos votar todos os projetos do pessoal que está esperando na galeria. Após atendê-los – quero até me desculpar, porque de maneira alguma ignorei a presença de vocês, a gente quer votar os projetos de vocês –, suspendamos a sessão para dar continuidade amanhã.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	85

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, pelo Bloco Força do Trabalho, eu sou contrário à interrupção da sessão, porque nós fizemos todo um esforço, que começou com a reunião de Líderes hoje pela manhã, depois continuou na reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças até 2h da tarde.

Estamos aquecidos para fazer essa votação. Amanhã alguns Parlamentares já programaram viajar, porque estava previsto o encerramento hoje. Então, mesmo se houver essa suspensão da sessão e convocação para amanhã, eu quero dizer a V.Exa. que sou contrário e que não tenho condições de estar presente amanhã pela manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera a redação dos arts. 4º, 6º e acrescenta o art. 9º – A, da Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000, que institui a outorga onerosa da alteração de uso do Distrito Federal”, e do art. 8º – A, da Lei nº 1.170, de 24 de julho de 1996, que institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no Distrito Federal, e dá outras providências”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Projeto de Lei Complementar nº 5, de minha autoria, está tramitando aqui desde fevereiro. Esse projeto do governo chegou depois. Aqui temos a tradição de todos os projetos que estejam tramitando serem apensados aos que venham. Eu fiz um requerimento para que meu projeto fosse apensado, para que a gente os votasse juntos. Entretanto, está entrando o Projeto de Lei Complementar nº 32 e o meu não está junto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Nós vamos votar o de V.Exa. logo após votarmos esse, Deputado. O projeto de V.Exa. será votado logo após votarmos esse. Votaremos o de V.Exa. É o próximo.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, especificamente me referindo à proposta que o Deputado Cristiano Araújo fez há pouco, eu quero concordar com S.Exa. no sentido de fazermos audiências públicas em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente e com os Parlamentares aqui, na Casa Legislativa. Eu quero concordar com a sugestão, Sra. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	86

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vamos ver como está a tramitação do projeto. Onde está o processo? A assessoria da Deputada Sandra Faraj está com o PLC nº 32? Não?

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer uma sugestão. Pelo que estou vendo aqui, não vai acontecer sessão amanhã, nós vamos terminar hoje. Uma série de pessoas vieram aqui, interessadas na votação de alguns projetos. Eu acho mais importante votarmos os projetos dos quais as pessoas estão precisando, do que os projetos do governo. Faça uma inversão de pauta, selecione os projetos do pessoal que está esperando aqui, porque não podemos deixá-los esperando até 3h, 4h da manhã.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Rafael Prudente, nós temos aqui o Projeto de Lei nº 809, o Projeto de Lei Complementar nº 33, o Projeto de Lei nº 53 e o Projeto de Lei nº 653. O problema, Deputado, é que, se abirmos... Vou consultar o Plenário. Nós estamos na votação dos projetos do Executivo. Se eu abrir para a votação dos projetos de Parlamentares, que são todos que estão aí, eu tenho que abrir para todos os Parlamentares. Ok?

Eu vou fazer o seguinte acordo: nós vamos votar esse da ODIR – Outorga Onerosa do Direito de Construir – e da ONALT – Outorga Onerosa de Alteração de Uso, que o Deputado Julio Cesar leu, depois vamos suspender a pauta do Executivo e entrar na votação dos projetos dos Parlamentares.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço que não sejam deixados para depois o Projeto de Lei nº 823, de autoria do Poder Executivo, que trata de um crédito para pagamento dos garis, que já até se foram, e o projeto do pessoal do SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, que está com horas extras atrasadas desde julho. Esse é de relevante interesse.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, para votarmos o segundo turno, temos que fechar esta sessão e abrir outra, mas nós vamos votar.

Estou questionando aos líderes se podemos votar este projeto lido pelo Secretário e depois retornar à pauta de votação. (Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	87

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, há uma hora e meia, V.Exa. havia deferido a votação de três projetos que fazem parte do ordenamento orçamentário, que precisa ser votado em primeiro turno e que só pode ser votado como última matéria da sessão. São eles: Projeto de Lei nº 647, o PPA; Projeto de Lei nº 648, o PLOA; e Projeto de Lei nº 810, que trata das metas fiscais.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nosso papel é ser porta-voz, o que neste caso muito me honra. Tenho recebido pedidos constantes das pessoas para que a audiência pública com relação a criação do parque seja feita nesta Casa. Pediram-me isso porque confiam nesta Casa. Então, solicito a V.Exa. que empenhe a palavra a eles e que, em fevereiro, seja feita a audiência pública. Eles querem ouvir isso de V.Exa., porque, em V.Exa., eles confiam, e muito.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Faremos a audiência pública nesta Casa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, alguns moradores dos Lagos Sul e Norte estão presentes, e o Secretário já deu ok sobre a audiência pública. O Líder da Rede também já se pronunciou que quer fazer a audiência nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero agradecer, de forma muito especial, ao Deputado Cristiano Araújo, que teve o bom senso de abrir mão do projeto de lei, ao Deputado Rafael Prudente e ao Deputado Robério Negreiros, que partiram para o entendimento. Acreditamos que vamos ter uma saída coletiva de tudo isso.

Consulto os líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos vetos constantes nos itens 1 a 143 da Ordem do Dia e votar as demais proposições da Ordem do Dia. (Pausa.)

Não há manifestação em contrário.

Item nº 201:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 647, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019”.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	88

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o Projeto de Lei nº 647, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019”.

Sra. Presidente, nos termos do art. 64 do Regimento Interno, é competência da CEOF analisar o PPA. Estando todo o processo, inclusive relatórios parciais, já aprovados, sou de parecer favorável à admissibilidade e aprovação nos termos da proposta encaminhada pela CEOF a este Plenário.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 647, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 202:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 648, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2016”.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 648, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2016”.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na proposta orçamentária, nós rejeitamos todas as emendas de Parlamentares que excedessem o valor de 2% da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	89

reserva de contingência, que é 18 milhões de reais de emendas que cada Deputado vai ter em 2016. Fizemos isso por um simples fato: nem esta Relatoria, Sra. Presidente, apresentou qualquer emenda que desequilibrasse essa harmonia entre um valor apresentado por um Deputado – seja ele da comissão ou não – e pelos outros.

Portanto, eu sou de parecer favorável ao projeto, nos termos aprovados pela CEOF. Eu sei que existem algumas emendas destacadas. Eu quero alertar o Plenário para o seguinte: a apresentação de emendas por Deputados em caráter individual significa dizer que o Deputado tem os 18 milhões dele e mais a emenda que ele apresenta em plenário. Então, fica desigual o tratamento, e nós tínhamos construído um tratamento isonômico. As únicas emendas que nós aprovamos foram as da Mesa Diretora, o que já é uma tradição da Casa, mas, individualmente, nós não acatamos nenhuma emenda de Deputado.

Portanto, as emendas destacadas, se forem aprovadas em plenário, vão proporcionar que alguns Deputados tenham valores superiores aos dos outros, quebrando, assim, o estabelecido por esta Relatoria de que as emendas dos Deputados seriam todas tratadas igualmente.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui resgatar um princípio que precisa ser restabelecido nesta Casa.

Tenho o maior respeito pelo meu colega Relator. Eu até quero dizer aqui que tenho uma certa inveja e quero confessá-la. Eu estou no quinto mandato nesta Casa e, se há algo que eu nunca consegui, foi presidir a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Esta oportunidade teve o Deputado Agaciel Maia, pela qual eu o cumprimento, exatamente por ter acesso e prioridade nas relatorias.

Entretanto, cumprimentando o colega, eu quero, *data venia*, discordar dele, até porque, assim como ele é Relator Geral, eu fui Relator Setorial. É bem verdade que o Deputado Agaciel Maia se absteve na votação do meu relatório e na dos outros colegas relatores, inclusive o Deputado Rafael Prudente, aos quais S.Exa. rejeitou. É bem verdade que duas emendas da Defensoria Pública e uma da Polícia Civil, especificamente, ele acolheu na forma de subemenda, de um conjunto de aproximadamente vinte emendas, com valores simbólicos.

Ora, a Mesa Diretora encaminhou à Mesa e foi acolhida. Agora, o Relator Setorial foi rejeitado. É certo que o governo encaminhou um ofício dizendo... Mas é a opinião do governo. Ou nós votamos com a devida autonomia ou vamos ficar brincando de fazer relatório.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	90

Então, *data venia*, colega Deputado Agaciel Maia, eu queria fazer um apelo a V.Exa.. Que V.Exa. restabelecesse essas emendas. Primeiro, porque, no que diz respeito à Defensoria Pública, o governo terá que mandar. O que nós estamos fazendo é dar desdobramento aos compromissos previamente estabelecidos. Além disso, as negociações da Polícia Civil se encontram no Ministério do Planejamento, e a negociação da Polícia Federal, até em função dessa operação Lava Jato, está mais que consolidada. Vão levar sim, e naturalmente há o princípio da isonomia da Polícia Civil com a Polícia Federal.

Então, eu quero pedir para o colega Deputado Agaciel Maia rever o seu parecer. Foram feitos, Sra. Presidente, destaques. Um até não foi nem promovido por mim. Parece-me que foi a Deputada Sandra Faraj quem apresentou destaque. Eu apresentei o da Polícia Civil, e um conjunto de Deputados apresentou o da Defensoria Pública. Portanto, caso o colega não reveja o seu parecer, eu vou pedir que esse destaque seja apreciado no plenário desta Casa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as duas emendas de plenário.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas de plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 648, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2016”.

Deputado Rodrigo Delmasso, eu adotei um procedimento... Eu estou com duas emendas da Presidente para execução de obras. Cada Deputado tem 18 milhões. A partir do momento em que eu acato emendas individuais, um vai ter 18 milhões, outro vai ter 30 milhões, outro vai ter 35, outro vai ter 160 milhões. Eu dou tratamento diferenciado aos Deputados que nenhum membro da Comissão... Eu rejeitei as emendas do Deputado Wasny de Roure, rejeitei as emendas do Deputado Rafael Prudente. Ao acatar emendas, inclusive para obras e outros elementos, eu estou somando ao valor de 18 milhões que cada Deputado tem, e assim ele passa a ter um valor diferenciado dos outros.

Todas as demandas encaminhadas a mim, eu não apresentei emendas exatamente para ter condições de dizer que todos os Deputados têm 18 milhões. Portanto, eu não vou aceitar nenhuma que tenha mais que esse valor. Então, é esse o entendimento que foi feito.

Por mais que seja ruim rejeitar emendas dos próprios colegas, quero dizer que eu rejeito a emenda da Deputada Celina Leão apresentada em plenário, as duas emendas que não foram numeradas: uma emenda no valor de 2 milhões e 400 mil, outra de 41 milhões e outra de 43 milhões, assinada por vários Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	91

Portanto, mantenho a minha posição de que cada Deputado só pode ter 18 milhões, nos termos da Lei Orgânica, que estabelece os 2% de reserva de contingência.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Meu dileto colega Relator, eu queria ponderar algo a V.Exa.

A emenda, Sra. Presidenta, eu assinei, mas é um pedido formal do Diretor da Defensoria Pública, que se encontra aqui. Não é minha, não. Eu apenas assinei acolhendo na condição de Relator Setorial. Em nada está aditando aquilo que cada Deputado tem de 18 milhões. Eu não vou ter um tostão a mais de recursos no Orçamento indicado na forma de emenda. Tanto é verdade que o Deputado Agaciel Maia também acolheu a solicitação do Tribunal de Contas. Eu não acho que a emenda seja de S.Exa. enquanto recursos para obras ou para qualquer outra coisa. Então, vamos separar as coisas. A da Polícia Civil, quem apresentou foi o sindicato. A da Defensoria Pública, quem apresentou foi a Defensoria, não fui eu, não. Eu apenas assinei, porque era Relator Setorial. Foi essa a atitude que eu tive no projeto. Então, eu me considero nas mesmas condições do Deputado Agaciel Maia, porque S.Exa. acolheu a da Mesa, acolheu a do Tribunal de Contas; e eu acolhi a da Defensoria e a da Polícia Civil. Só isso.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wasny de Roure, eu também quero me somar a V.Exa. Discordo do meu colega Deputado Agaciel Maia. Também acolho, da mesma forma que V.Exa., tanto para a Polícia Civil quanto para a Defensoria Pública.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu acho que nós estamos diante não é de uma questão política, porque, quando eu boto um valor de obras ou quando eu faço uma destinação de uma verba que não seja institucional – do Tribunal de Contas, que vem institucionalmente, ou da Câmara Legislativa, que só pode ser pela Mesa Diretora –, é muito diferente de eu fazer verbas individuais. Se eu boto 400 mil reais de obras, pode ser onde quiser. Qual é a diferença? Também em uma administração de qualquer cidade, não é o Deputado que está fazendo, é o Executivo. Então, eu poderia fazer isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	92

Antes, qual era o procedimento? Eu preciso deixar isso claro para a Mesa. O procedimento era que 2% da reserva de contingência se destinavam a emendas dos Deputados. Hoje são 18 milhões para 2016. O que acontecia? O relator dava 5 milhões ou 7 milhões para cada Deputado. Do que sobrava, de 7 para 11, ele fazia a destinação como bem queria. Nós acabamos com isso, Presidente. O Relator está falando porque S.Exa. não apresentou uma única emenda pessoal que não sejam os 18 milhões que cada um tem.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu já pedi para retirar as emendas de Sobradinho. Agora eu queria fazer um apelo sobre a emenda da Defensoria. O que acontece? Não estamos falando hoje de ampliação, mas o que aconteceu na Defensoria foi um corte do que eles já têm de orçamento anual. Não estamos falando de remanejamento.

Para V.Exas. terem noção, a Câmara Legislativa também teve um corte, mas, como nós temos a prerrogativa parlamentar, nós apresentamos uma emenda e retornamos o nosso orçamento à forma original. É essa a emenda da Defensoria Pública. Inclusive estamos pedindo o destaque e o apoio dos Deputados na votação dessa emenda, porque ela só retorna o orçamento da Defensoria para a normalidade.

Outra coisa, Deputado Wellington Luiz, esse orçamento, eles resolveram cortar. O corte foi muito ruim. Cortaram na carne fraca que cuida da população pobre do Distrito Federal, que é a Defensoria Pública.

A emenda da Defensoria é só no sentido de garantir o mesmo orçamento que eles já têm há vários anos. Eles não estão pedindo ampliação de orçamento. Como este Poder não aceitou reduzir o orçamento, é justo que a Defensoria também não aceite ter redução de orçamento.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu queria corroborar com o discurso do Deputado Wasny de Roure, da Deputada Celina Leão e da Deputada Liliane Roriz e dizer que eu sou a favor dessa emenda para a Defensoria Pública sim. Eles já vêm construindo isso. Realmente não é um a mais, é manter um direito que já é deles. Então, eu sou favorável e estou junto nessa peleja da Defensoria, porque não adianta ficarmos sem defensor público na nossa cidade.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, dentro dessa linha que V.Exas. colocaram, já protocolamos uma emenda de 9 milhões e 900 visando à contratação desses servidores no ano que vem, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	93

são extremamente importantes não só para os quadros da Defensoria, mas também para o atendimento dessa comunidade mais carente, como V.Exa. bem disse.

Da mesma forma, lembro que há um destaque à emenda ao Projeto de Lei nº 648. Eu gostaria que fosse lembrado, ressaltado.

Obrigado, Presidente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, não só corroboro as palavras já ditas pelos Deputados aqui. Isso é uma obrigação nossa. Se não podemos mexer no orçamento, se só podemos dar a nossa contribuição colocando os nossos 18 milhões de emendas parlamentares? Para que esse projeto vai passar pela Câmara Legislativa, se nós não podemos fazer as alterações que são de necessidade da população do Distrito Federal?

Então, fica aqui o meu pedido para que os demais pares possam se sensibilizar e votar a favor dessa emenda do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero somente corroborar todos os pronunciamentos feitos aqui, no tocante à Defensoria Pública.

Tive a honra de ser estagiário e colaborador da Defensoria Pública e lá, convivendo com a população mais pobre, aprendi, efetivamente, o exercício do direito. Acho que o que estamos instituindo é uma questão de justiça, principalmente para com os mais necessitados. Portanto, o nosso posicionamento também é a favor dessa emenda da Defensoria Pública.

Agora eu gostaria de fazer um apelo. Temos, sim, um pedido da categoria da Polícia Civil do Distrito Federal, que também precisamos olhar com muito carinho. Hoje a Polícia Civil passa por um processo de desmonte, por uma dificuldade imensa de efetivo e, além de tudo isso, é uma categoria que está desmotivada pela falta de políticas para os policiais civis.

Temos também uma emenda que abre a possibilidade, como há vinculação na área federal, com a Polícia Federal, de termos esse espaço também para, em se concretizando na Polícia Federal, atender a essa necessidade da Polícia Civil.

Entendemos a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal e toda a crise que está sendo posta, mas existem categorias, existem profissionais que precisamos olhar. Volto a dizer que a Polícia Civil passa por um momento crítico, por que nunca passou na sua história, inclusive com a possibilidade de fechar unidades. Os policiais estão desmotivados, e vamos ter um crescimento negativo. Precisamos dar a esses policiais pelo menos uma expectativa de melhoria de condições de trabalho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	94

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, hoje a sociedade cobra uma resposta da Polícia Civil. No entanto, nosso quadro hoje é menor do que o de 1993.

Há um problema. O Sr. Governador mandou, nesse Orçamento, um aumento para a Polícia Civil de apenas 3%; mas mandou 10% para a PM e 15% para o Corpo de Bombeiros. Está correto, mas mandar para a Polícia Civil 3% é uma covardia, é uma falta de zelo, é falta de compromisso com a instituição.

Então, esses 43 milhões ainda são esmola, ainda é muito pouco diante do que precisamos. É necessário que esta Casa dê uma resposta, é necessário que esta Casa aprove isso. E ainda é um décimo do que a gente precisa.

Quero conclamar os meus pares a nos ajudarem a aprovar esses 43 milhões. No ano que vem, que se façam os remanejamentos necessários. Isso é muito pouco diante do que é necessário.

Muito obrigado, Presidente.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu queria, diante deste plenário, agradecer a visita que a Polícia Civil fez ao meu pai. Muito obrigada! Fiquei muito feliz.

Estou defendendo vocês, como ele sempre defendeu.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Retorno a palavra ao Relator, para refazer o parecer.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, chega às minhas mãos mais uma emenda. Quando foram apresentadas emendas, pelo Deputado Rafael Prudente e pelo Deputado Wasny de Roure, sobre a Defensoria e sobre a Polícia, eu fui ao gabinete dos Deputados explicar que não poderia acatá-las, porque estamos dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Como eu iria acatar emendas para contratação, nos valores especificados, se já extrapolamos o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal? Eu seria irresponsável. Foi essa irresponsabilidade que botou o Governo do Distrito Federal no caos em que está.

Conversei com o Ricardo, da Defensoria, e expliquei. Fiz um acordo para abrir uma janela dentro dos itens de pessoal, no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada uma, na condição de que, se o governo fosse aumentando a sua arrecadação, fosse também agregando valores, suplementando aqueles valores ao limite que o possibilitasse fazer as contratações quando estivesse fora da Lei de Responsabilidade Fiscal. O aumento de despesas que fizemos aqui, por emenda de Parlamentar,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	95

sendo que hoje estamos extrapolando a Lei de Responsabilidade Fiscal, será o mesmo que jogar para a plateia.

Infelizmente, fiz o que tecnicamente tinha de ser feito. Abri, em cada elemento de despesa, um valor simbólico, e disse que, a partir do momento em que o governo começar a ter superávit de receita, nós iríamos brigar. E este Deputado vai lutar para que, na suplementação, sejam agregados valores, a fim de que vocês tenham condições de atingir seus objetivos.

Mas, a partir do momento em que a Lei de Responsabilidade Fiscal está extrapolada e estamos impedidos de fazer contratos, esta relatoria, se fosse leiga no assunto, poderia acatar as emendas. Seria muito mais fácil para mim. Sou a favor de todas as emendas da Defensoria desde 2011, mas estamos dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se eu acatasse uma emenda, dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fazer mais contratações, seria um insulto, e acho que a Defensoria não iria querer que eu fizesse isso.

Portanto, quero dizer a V.Exa. que sou pela inadmissibilidade das emendas, porque a gente deve aprender com os erros. Nessa brincadeira de votarmos a toque de caixa e de votarmos projetos sem estudá-los aqui, Deputado Chico Vigilante...

Foi por isso que votamos um crédito extraordinário hoje, no valor de 1 bilhão e 300 milhões, para cobrir um rombo orçamentário. Eu não vou fazer isso. Posso ficar mal perante os colegas, posso ficar mal perante vocês que estão aí, mas vocês são esclarecidos. Se fosse alguém não esclarecido, tudo bem. Mas como, Deputado Juarezão, vou dar um parecer favorável à contratação, sendo que estamos extrapolando a Lei de Responsabilidade Fiscal?

Portanto, sou pela inadmissibilidade e pela rejeição das emendas.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CEOF.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 648, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	96

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Foi apresentado destaque das Emendas nºs 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690 e 691.

Consulto os Líderes se podemos realizar... (Pausa.) Eu gostaria de pedir ao Líder do Governo, ao Deputado Agaciel Maia...

Eu vou entrar no próximo item da pauta, porque há muitas emendas destacadas para se analisar uma por uma, a fim de que a gente não corra o risco de votar as coisas aqui... Então, eu vou passar para o próximo item de pauta. A gente parou a votação no destaque. Vou retornar ao destaque assim que houver um acordo dos Parlamentares aqui com a Liderança do Governo.

Solicito o apoio da Secretária Leany, do Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, do Líder do Governo e dos Deputados que pediram destaque das emendas para discutirem isso rapidamente para a gente voltar para esse processo de votação.

Passamos ao próximo item.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera a redação dos arts. 4º, 6º e acrescenta o art. 9º – A, da Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000, que institui a outorga onerosa da alteração de uso do Distrito Federal", e do art. 8º – A, da Lei nº 1.170, de 24 de julho de 1996, que institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no Distrito Federal, e dá outras providências".

Solicito à Relatora, Deputada Telma Rufino, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Cadê o processo, pessoal, para a Deputada Telma Rufino relatar?

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos, porque nós não temos condições de trabalhar deste jeito, pessoal. A assessoria não consegue trabalhar.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 20h54min, a sessão é reaberta às 20h56min.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	97

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, mais uma vez, eu queria pedir a V.Exa. que consultasse os líderes partidários e os próprios Deputados no sentido de nós votarmos o primeiro turno do orçamento, os projetos que estão acordados com o governo, reorganizássemos a pauta para amanhã e convocássemos a sessão para as 9h para fazermos as votações seguidas. Não há a menor condição. Há quatrocentas pessoas dentro do plenário, cada uma pedindo o projeto de uma forma. Eu não estou entendendo a sessão. Acredito que ninguém está entendendo o que está sendo feito.

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sem prejuízo da votação de vocês.

DEPUTADA CELINA LEÃO – O pedido do Deputado Cristiano Araújo foi acatado.

Consulto aos Líderes se há acordo para a gente organizar, terminar a votação dos projetos que estão acordados em primeiro turno, acordar o segundo turno e decidir sobre a continuidade da pauta para amanhã.

Consulto, pela Liderança do Bloco Amor por Brasília, o Deputado Rodrigo Delmasso. A pergunta é a seguinte: vamos terminar de votar alguns projetos que estão na pauta de hoje, alguns mais e vamos continuar a votação amanhã às 9h? Eu estou consultando aos líderes se há acordo neste encaminhamento.

Pela Liderança do Bloco Amor por Brasília, há acordo.

Pergunto ao Deputado Chico Vigilante se há acordo pelo Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, o PLC nº 5 será votado hoje, né?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Sim.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sendo assim, temos acordo. Tranquilo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Prof. Israel, pela Liderança do Bloco Sustentabilidade, Trabalho e Solidariedade.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sem acordo, Sra. Presidente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sem acordo ou tem acordo, quer votar hoje?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Não há acordo.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, existem processos que eu ouvi que logicamente estavam com os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	98

relatores, e, na correria aqui, temos emendas não numeradas. A gente não sabe quais são as emendas existentes.

Então, não há condição nenhuma de nós votarmos. Logicamente, a gente respeita o que dá para votar aqui hoje. Eu não tenho condição nenhuma porque a minha assessoria está perdida, eu estou perdido, há vários Deputados perdidos, mas não é culpa nossa. Eu acho que a pauta se desorganizou. Eu acho que ela precisa se organizar, e amanhã a gente fica aqui o horário que for. Agora, ficar até de madrugada numa confusão dessas, não tem condição mais, não.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Robério Negreiros.

Encaminhamento do Deputado Wellington Luiz, pelo Bloco Parlamentar, Democrático e Trabalhista.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sim.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Deputado Wellington Luiz, ok.

Deputado Agaciel Maia, pelo Bloco Força do Trabalho.

Eu estou consultando os Parlamentares, porque os Deputados estão solicitando que se votem alguns projetos hoje, em primeiro turno, e que retornemos amanhã às 9h.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, eu sou contra. Não sei se é o caso de alguns Parlamentares, mas já estava marcado para eu ficar aqui até de madrugada e viajar amanhã. Eu não estarei aqui, se a maioria decidir isso. Eu acho que nós estamos aqui, já começamos desde manhã, vamos até a hora em que terminar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Deputado Bispo Renato Andrade, pela Liderança da Minoria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Há acordo para deixar para amanhã, às 9h da manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Leite, pela Liderança da Rede.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, nós temos acordo. Agora, precisa começar às 9h da manhã para ver se a gente consegue terminar e precisa ver se não aparece nada de novo, de maneira que a gente vote o que já tenha sido debatido.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok.

Deputado Julio Cesar, pela Liderança do Governo.

DEPUTADO JULIO CESAR – Eu gostaria que fosse votado tudo hoje, a gente veio preparado para isso. Eu acho que é de suma importância – e é tradição – a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	99

gente continuar. A minha opinião é que a gente possa, no dia de hoje, terminar todos os trabalhos, porque a gente tem compromisso. Eu, realmente, não poderei estar aqui amanhã. Já vim preparado para ficar aqui até às 3h ou 4h da manhã; mas, amanhã, não posso ficar.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Eu estou encaminhando no sentido de organizar os trabalhos, porque há emendas sendo apresentadas aqui no plenário da Casa que nem passaram pela Mesa Diretora, mas estão sendo consignadas em projetos. Isso é para preservar o próprio governo, Deputado Julio Cesar. Está impossível tocar a sessão.

Há quatrocentas pessoas dentro do plenário com quatrocentos interesses divergentes. Está complicado. Seria importante, então, organizar, porque a toda hora vem um pedido, uma demanda, tanto de Parlamentar como do governo. Isso é precaução e lisura até para com os projetos do governo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Cristiano Araújo, vamos agora ver se a Deputada Telma Rufino está pronta para relatar. A gente vai entrar na votação desse projeto e, depois, vou suspender a sessão por cinco minutos para a gente entrar em discussão.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Queria reforçar o pedido dos colegas para a gente reorganizar a pauta e dar continuidade amanhã. Já são 9h da noite, são 21h.

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Nós vamos votar o de vocês. Calma. Fazemos isso sem prejuízo à galeria, levando em consideração os interesses da galeria, mas é importante a gente reorganizar a pauta e dar continuidade amanhã, Sra. Presidente.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria de votar hoje, até porque o pessoal deve estar com muita fome aí. Se for possível atender...

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	100

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, tendo em vista que não há acordo para encerrar e voltar amanhã, eu retiro o apoio à sugestão de encerrarmos. Vamos tocar até a hora em que terminar.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, já estamos aqui discutindo esse assunto há uns quarenta minutos. Eu acho que a gente pode tocar direto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Aprovado o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. Foram apresentadas dez emendas de plenário. A Comissão de Assuntos Fundiários deverá se manifestar sobre elas. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Eu faço um apelo aqui. Por que V.Exas. não apresentam as emendas no segundo turno, para que a gente possa aprovar o projeto, pelo menos, em primeiro turno, para agilizar? É um pedido meu. Quem apresentou as emendas apresente em segundo turno, para que a gente possa votar o projeto, sem as emendas, e pôr o assunto em discussão.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu estou vendo que há uma dificuldade de alguns Deputados ficarem, porque têm compromissos, o que a gente entende perfeitamente. Não queremos que ninguém fique com compromissos pendentes. Por mim – e eu submeto isso aos colegas –, se a gente não votar hoje, como amanhã há dificuldade, podíamos marcar para a próxima terça-feira. A gente volta. A gente vai ficar aí mesmo. Terça-feira a gente volta, faz a sessão e continua. E não se encerra o ano legislativo. Eu estarei aqui em Brasília. É bom que, se houver mais projeto do governo, a gente, até lá, pode apresentar.

(Pausa.)

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	101

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, se o Líder do Governo se posiciona assim, eu também me coloco à disposição desse entendimento do Líder.

(Pausa.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, um exemplo do que está acontecendo: a emenda da Defensoria já foi rejeitada, mas a Defensoria está aí ainda.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Eu estou dizendo que as pessoas não estão acompanhando o que está acontecendo no plenário, o que está sendo votado, nem os próprios Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu entendi, Deputado. Inclusive eu sou favorável ao acatamento de V.Exa. O que eu gostaria de fazer? Foi o que eu pedi para a assessoria. A gente vê quais são os projetos de interesse das pessoas que estão na galeria – de autoria de Parlamentares –, faz uma pauta resumida para votar esses projetos somente em primeiro turno e, amanhã, a gente continua a votação. Eu também sou favorável a isso. Eu acho que nós temos que organizar a Casa. Não se justifica, Deputado Cristiano Araújo! Até porque, com os projetos dos Deputados, 80% da pauta já estava limpa. A maioria dessa demanda é de projetos do Executivo. Eu também sou favorável a que a gente possa votar amanhã. Mas estamos vendo se fazemos um acordo para respeitar o pessoal que está aí na galeria e votar os projetos de interesse deles.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Só para ressaltar, são 62 projetos de Parlamentares, ainda.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, podemos passar para outro item da pauta?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 745, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício de 2016".

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	102

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, enquanto os colegas debatem, eu queria, primeiro, fazer o registro da presença do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Conselheiro Renato Rainha, e do nosso colega ainda há pouco, o Conselheiro Dr. Michel. Seja bem-vindo entre nós, a Casa é sempre sua, V.Exa. sabe disso.

Presidente, agora eu quero dar uma boa notícia a todos os colegas, aos presentes. Hoje, na revista *Veja*, na coluna *Radar on-line*, anuncia-se, com muita felicidade, que o Ministério Público Federal já colheu em todo o Brasil... E aqui eu quero registrar a participação efetiva do Deputado Rodrigo Delmasso nessa campanha, além de todos os outros colegas que têm se empenhado na coleta de assinaturas para a criação da Frente Parlamentar contra a Corrupção. Quero anunciar, Presidente, que hoje se registra a coleta de 1 milhão de assinaturas para as Dez Medidas contra a Corrupção.

É muito importante fazer esse registro. É uma vitória do Brasil, neste momento. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu quero parabenizar V.Exa. por essa luta. O Deputado Rodrigo Delmasso também fez uma audiência pública sobre o tema aqui na Casa. Quanto mais Parlamentares estiverem empenhados nesse debate, com certeza, é bom para o Brasil, para a cidadania. Parabéns, Deputado, pelo registro.

Em discussão, o Projeto de Lei nº 745, de 2015, em primeiro turno.

O projeto foi acordado pelo Colégio de Líderes. Ele está sendo votado conforme o substitutivo da Deputada Sandra Faraj. Foi acatado o substitutivo da Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 810, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 5.389, de 13 de agosto de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências".

Eu gostaria de pedir para a assessoria dar uma olhada nesses projetos da galeria, enquanto terminamos de votar a pauta do Executivo, para entrarmos em votação nessa outra pauta, por favor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	103

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, qual é o item que V.Exa. colocou em discussão aí?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ele ainda não leu... Qual é o item, Deputado?

DEPUTADO JULIO CESAR – Item nº 9, Projeto de Lei nº 810, de 2015.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Parece-me que foi pulado o nº 809, não é isso? O projeto da CEB. O pessoal da CEB está aqui aguardando já tem um tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O que acontece? O pedido do Deputado Cristiano Araújo...

Deixem-me fazer uma retificação aqui. Muitos Deputados não querem permanecer e muitos querem permanecer. Mas eu quero fazer uma retificação aqui. Muitos projetos do Executivo que esta Casa está fazendo um esforço extraordinário para votar hoje chegaram ontem. Alguns projetos físicos sequer chegaram aqui ainda ao plenário.

Então, não é uma desorganização da Casa, é uma desorganização até do Poder Executivo, que manda, de última hora, para a Casa. Quero fazer esse registro aqui, entendeu? Por isso que, às vezes, a gente pula um projeto, porque o projeto físico não está aqui, está na Comissão, está em algum lugar. Nós estamos tentando organizar a pauta.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente Deputada Celina Leão, na verdade, esse projeto de alienação de participação acionária da CEB não chegou hoje nem ontem. Já está há alguns dias na Casa. Há mais de quarenta servidores da CEB aqui desde cedo, está toda a diretoria da empresa aqui também. O sindicato está aqui também.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu já o solicitei para a assessoria. Estou falando de modo geral, não estou falando especificamente do projeto da CEB.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sim, eu gostaria que mantivesse isso aí.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu vou fazer o seguinte, Deputado. O Deputado Julio Cesar já leu um. Solicito que o próximo item seja o da CEB, ok? Porque é um projeto do Executivo e está na pauta para votação.

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Calma, pessoal. Ele está na pauta. É projeto do Executivo, da CEB. Nós estamos na pauta do Executivo, não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	104

entramos em pauta de Deputados Distritais ainda. A pauta do Executivo já está aqui, é extrapauta, foi lida no começo, e o projeto da CEB está incluso. Não entramos ainda em projeto de Deputado. O projeto da CEB não é de nenhum Deputado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, da mesma forma, o Projeto de Lei nº 726/2015, que fala sobre o polo atrativo de trânsito. Caso seja possível encontrá-lo no meio dos projetos, seria importante. Obrigado, Presidente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – É o seguinte, Presidente, eu gostaria de me penitenciar aqui. Eu cometi um erro pedindo a retirada do PLC nº 49, de 2015, que trata do Fundo Penitenciário, mais especificamente que apenas acompanha a situação de fato. Ou seja, como hoje a Sesipe está sob a alçada da Secretaria de Justiça, então, está se transferindo a administração da Secretaria de Segurança para a Secretaria de Justiça. Eu gostaria de pedir a gentileza de recolocá-lo na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Foi apresentada uma emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 810, de 2015.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, para emitir parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a emenda.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 810, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 5.389, de 13 de agosto de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências".

No âmbito da CEOF, sou de parecer favorável à emenda apresentada em plenário, bem como pela admissibilidade e aprovação. Esse é o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	105

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados. Houve 2 votos contrários do Deputado Bispo Renato Andrade e Deputado Rodrigo Delmasso.

Em discussão, o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados. Houve 2 votos contrários.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 809, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza a alienação de participações acionárias da Companhia Energética de Brasília em empresas de gás, geradoras de energia elétrica e dá outras providências".

Aprovado parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito a Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, a Companhia Energética de Brasília, como bem sabemos, passa por momento bastante difícil no que diz respeito à sua saúde financeira. Fato que até, inclusive, comprometia a qualidade de serviços por ela prestado à população do Distrito Federal.

A CEB está tendo dificuldade para atender às exigências de eficiência da Agência Nacional de Energia Elétrica, correndo por isso o risco de não ter o seu contrato de contenção mantido. Visto mesmo, encontra-se apenas prorrogado atualmente, havendo, portanto, a necessidade de encaminhamento de medidas que visem o seu fortalecimento econômico e financeiro, de maneira que a empresa volte a conquistar regularidade junto ao órgão nacional, o que implica obviamente em serviço de qualidade oferecidos à sociedade brasiliense.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	106

A CEB não pode contar com o aporte de recursos oriundo do Tesouro do Distrito Federal para sanear seus problemas financeiros. Mesmo porque as finanças do Governo do Distrito Federal encontram-se, também, em situação calamitosa. Por conta disso não resta outra saída para a mencionada companhia que não seja alienar sua participação acionária em outras empresas das quais detém o controle acionário, no caso da Companhia Brasileira de Gás, bem como nas demais participações societárias em geradoras de energia elétrica.

Assim sendo, mesmo diante dessa triste realidade que a venda de ativos da CEB possa garantir a sua sobrevivência, não nos resta alternativa que não seja a de nos manifestar pela aprovação, na forma do substitutivo anteriormente aprovado em outra comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu quero cumprimentar por esse projeto exatamente na forma do seu substitutivo. O substitutivo direciona os recursos para três áreas: primeiro, investimento na empresa; segundo, direciona para amortização da dívida acumulada, que tem sido a principal causa de dificuldades financeiras da CEB; e em terceiro lugar, para pagamento dos tributos, sobretudo do ICMS.

Isso foi construído coletivamente. Houve uma audiência na última semana. Portanto, esse projeto, no meu modo de entender, está em condições de ser votado, diferentemente de um outro que trata de venda de ações sem ter um programa prévio de recuperação das empresas. Por isso, eu e a nossa bancada votaremos favoravelmente ao relatório, nos termos do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apenas para contribuição. Nós estivemos na audiência pública feita na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e até em entendimento junto ao sindicato – e eu acho que a classe pode ter certeza absoluta que é quem representa a categoria –, ele se mostrou favorável. Atendendo a categoria, nossa bancada também vai votar favoravelmente, respeitando o entendimento dos trabalhadores.

Gostaria de aproveitar para pedir a V.Exa. que seja retificado meu voto no projeto anterior, o Projeto de Lei nº 810, porque o meu voto é contrário. Eu não estava aqui e foi computado como voto favorável. No entanto, o meu voto é contrário ao Projeto de Lei nº 810.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	107

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu não poderia deixar de cumprimentar a direção da CEB, que já vem trabalhando num esforço muito grande de recuperar a empresa. Os trabalhadores entenderam a necessidade de a empresa vender essas ações, vender essas empresas menores. Portanto, eu acho que a CEB, a partir dessa votação aqui – quero cumprimentar todos os Deputados também –, vai se tornar uma empresa ainda mais forte, mais pujante, e vai prestar o grande serviço social que ela presta para a nossa população.

Então, está de parabéns a direção da empresa e estão de parabéns os trabalhadores e esta Casa, por entenderem que esse projeto é extremamente importante para o futuro dessa empresa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na realidade, eu era inicialmente contra esse projeto, tendo em vista a inclusão nele de uma subsidiária, que é a CEB Gás.

A CEB Gás, à época, foi criada para comercializar o gás aqui no Distrito Federal, principalmente o gás para os carros. Hoje, com o Presidente da CEB, junto com os trabalhadores, a pedido do Deputado Ricardo Vale, eu revi o meu posicionamento, porque, segundo informações do próprio Presidente, o gasoduto que iria passar em Brasília – e aqui eu quero fazer um pedido – parou em Paulínia e não vai mais passar no Distrito Federal, fazendo com que a nossa população perca mais um fator de combustível, que seria o gás nos postos.

Deputado Chico Vigilante, o senhor sabe que, em São Paulo, alguns postos de gasolina têm lá o gás para os carros automotivos. E o gás é muitas vezes mais barato para a utilização, principalmente, pelos trabalhadores que usam o carro, como os taxistas.

Inicialmente, eu era contra esse projeto, fiz um questionamento à época ao Presidente da CEB, pedindo algumas coisas, e o Presidente da CEB prontamente respondeu. Hoje, na hora do almoço, avalei, revi o meu posicionamento e agora defendo a aprovação desse projeto com a CEB Gás e a CEB Lajeado.

Era isso aí que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, estão presentes o Presidente do Tribunal de Contas e o Conselheiro Michel. Gostaria de pedir a inclusão como item extrapauta da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 34, do Tribunal de Contas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Continua a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	108

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero discutir o projeto da CEB.

Na verdade, esse projeto é fruto de um entendimento entre os trabalhadores, o governo e a empresa. Nós preparamos um substitutivo, que foi acatado por todos Deputados. Portanto, é um substitutivo da Casa, mas negociado com os trabalhadores e com a direção da CEB. Por isso, nós estamos votando a favor.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer da Comissão de Assuntos Sociais permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rodrigo Delmasso para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rodrigo Delmasso, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre o projeto e sobre o substitutivo.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo foi instada a dar parecer ao Projeto de Lei nº 809, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza a alienação de participações acionárias da Companhia Energética de Brasília em empresas de gás, geradoras de energia elétrica e dá outras providências".

O projeto foi encaminhado pelo Poder Executivo por meio da Mensagem nº 289, e com base no art. 69, *b*, do Regimento desta Casa, a CDESCTMAT deve se pronunciar sobre a venda dessas ações. A Companhia Energética de Brasília encaminhou exposição de motivos inserida no referido projeto de lei, utilizando como justificativa que essa seria uma das ações para recuperação financeira da Companhia Energética de Brasília, conforme apresentado na exposição de motivos.

Tendo em vista que este projeto visa o restabelecimento financeiro da CEB e principalmente para que a CEB não venha acabar no Distrito Federal, voto pela aprovação do referido projeto de lei na CDESCTMAT, na forma do substitutivo apresentado pelos Deputados Agaciel Maia, Julio Cesar e Wasny de Roure.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	109

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Os próximos projetos a serem apreciados serão os de interesse das pessoas que estão na galeria.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, como Presidente da Frente Parlamentar de Cultura Popular, venho fazer um apelo aos nobres Deputados para que deem uma atenção especial ao pessoal do samba, porque, em 2016, muito provavelmente não haverá carnaval, uma atividade cultural, em Brasília. Então, quem puder apoiar o projeto ou destinar emendas parlamentares para o carnaval de Brasília em 2016 será muito bem-vindo.

Agradeço desde já. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 809, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza a alienação de participações acionárias da Companhia Energética de Brasília em empresas de gás, geradoras de energia elétrica e dá outras providências".

Considerando a incapacidade financeiro-orçamentária do Tesouro em realizar aportes na *holding* para imediata injeção de recursos na concessionária, a alternativa viável para levantar os recursos necessários para controlar o endividamento, bem como para os elevados investimentos que a distribuidora terá que realizar com vistas à prorrogação da concessão e cumprimento das condicionantes, é a alienação de ativos da Companhia Energética de Brasília.

Quanto à admissibilidade da proposição, restam atendidos o art. 71, VII, e o art. 100, VI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tratam da prerrogativa do Governador do Distrito Federal para a iniciativa de leis complementares e ordinárias.

Estou apresentando emenda para garantir o envio do cronograma financeiro à Câmara Legislativa do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	110

Ante o exposto, somos, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 809, de 2015, nos termos do substitutivo apresentado na CEOF e com a emenda de relatora.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados. (Pausa.)

Pessoal, houve uma emenda da CCJ. Vamos ter que lê-la. Como é uma emenda da CCJ, terá que ser dado parecer em todas as outras Comissões: CAS, CDESCTMAT e CEOF.

Solicito à relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais à subemenda da relatora da CCJ.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à subemenda aditiva, de autoria da Deputada Sandra Faraj, ao Projeto de Lei nº 809, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza a alienação de participações acionárias da Companhia Energética de Brasília em empresas de gás, geradoras de energia elétrica e dá outras providências".

Sra. Presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela admissibilidade da referida subemenda aditiva.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Rodrigo Delmasso, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo à subemenda da relatora da CCJ.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	111

Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo à emenda apresentada pela relatora da CCJ, a Deputada Sandra Faraj, ao Projeto de Lei nº 809, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza a alienação de participações acionárias da Companhia Energética de Brasília em empresas de gás, geradoras de energia elétrica e dá outras providências".

Tendo em vista que ela não mexe em nada no mérito do referido projeto e é extremamente meritória, porque coloca o Poder Legislativo na sua função de fiscalização, somos pela aprovação da referida emenda apresentada pela eminente relatora, Deputada Sandra Faraj.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a subemenda da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à subemenda aditiva, de autoria da Deputada Sandra Faraj, ao Projeto de Lei nº 809, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza a alienação de participações acionárias da Companhia Energética de Brasília em empresas de gás, geradoras de energia elétrica e dá outras providências".

Mais uma vez, trata-se de uma emenda de mérito apresentada pela CCJ. Eu estou contando quantas emendas de mérito a Deputada Sandra Faraj apresentou na CEOF, para eu apresentar a mesma quantidade lá na CCJ.

Vou acolher a emenda, apesar de as exigências da Aneel – foi um erro do Presidente da CEB – serem dez vezes mais detalhadas do que está apresentado nessa emenda, como estamos aqui para darmos celeridade às votações, eu sou de parecer favorável à admissibilidade, acatamento e aprovação da emenda.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	112

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 809, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 22 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Eu gostaria de lembrar aos Deputados que nós estamos entrando, excepcionalmente, na votação dos projetos de Parlamentares que têm mobilização do plenário. Faremos isso em respeito às crianças que estão aqui no plenário e ao pessoal do 635.

(Manifestação da galeria.)

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “suspende por seis meses as ações de controle e ocupação do solo urbano nas áreas que especifica”.

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo deverá proferir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo...

(Pausa.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, qual é o encaminhamento? Eu não entendi.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Nós estamos relatando pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	113

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “suspende por seis meses as ações de controle e ocupação do solo urbano nas áreas que especifica”.

Sra. Presidente, pela Comissão de Meio Ambiente, sou favorável ao PDL nº 53, de 2015.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “suspende por seis meses as ações de controle e ocupação do solo urbano nas áreas que especifica”.

Sra. Presidente, colegas Parlamentares, eu estou há treze anos nesta Casa, e uma das tarefas mais inglórias de todas as que temos aqui é o controle da constitucionalidade das leis. Ao ser franco e coerente, ao seguir os fundamentos jurídicos, nós acabamos atraindo antipatia.

Tenho dito a vários colegas, tenho pedido a eles – assim como o Deputado Agaciel Maia, há pouco tempo, fez um apelo quanto ao Orçamento –, tenho pedido aos colegas que, naqueles casos em que, às escâncaras, deparamo-nos com a inconstitucionalidade, com processos de inadmissibilidade, procure não fazer, porque, na minha avaliação – sinceramente, Sra. Presidente –, isso leva falsas expectativas às pessoas, isso é efetivamente venda de ilusão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	114

Eu tenho me manifestado em todos esses processos. Presidente, eu sou daqueles que, entre a antipatia ou a simpatia circunstancial e o princípio, eu fico com o princípio, porque o princípio é eterno. Sai governo, entra governo, sai posição de origem, de religião, muda e, na realidade, quem tem o princípio e quem o segue sempre vai ter confiança.

Neste caso, Presidente – me permita dizer –, sob o ponto de vista do mérito, é claro que somos absolutamente contra qualquer tipo de ação contra a lei. Não admitimos. Essa é uma hipótese sobre a qual nós todos, nesta Casa, temos nos amparado.

Nós não temos aqui admitido e temos protestado em todas as ocasiões em que os agentes públicos possam, sob o pretexto de cumprir a lei, violá-la, afrontar direitos, mas não é possível, Presidente, que se empregue um instrumento legislativo incabível – absolutamente incabível – para criar, com isso, falsas expectativas nas pessoas, esperança do que o instrumento legislativo não leva.

Então, Presidente, ao passo que afirmo a V.Exa. e aos colegas, a todos que estão presentes, que estaremos sempre atentos, alertas, para não permitir a violação da lei, nesse mesmo passo, eu preciso dizer a V.Exa. que o projeto é inadmissível, porque não pode um Parlamentar praticar atos, propor a prática de atos que são, na realidade, corolário do poder de administrar.

Entre o princípio e a simpatia, eu prefiro ficar com o princípio, Presidente. Portanto, manifesto-me pela inadmissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CCJ.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

Pessoal, pessoal, calma. Deixa a Deputada Liliane Roriz discutir.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu não estou aqui por oportunismo, não. Sobre essa lei, Deputado Chico Leite, consultei muitos juristas, alguns até conhecidos de V.Exa.

Não defendo grilagem no Distrito Federal, não é bem essa a questão. A questão é que se suspenda a derrubada daquelas casas passíveis de regularização. Acho que isso está claro. E o que está claro também, Deputado, é que essas famílias... Acredito que elas sabem muito bem que não estou aqui para defender coisa errada, de forma alguma. Aquilo que já está transitado em julgado na Justiça tem que ser cumprido. E, ainda mais, acredito que o governo, o Governador Rodrigo Rollemberg tem essa sensibilidade. Quando ele enviar a LUOS para esta Casa, saberemos o que é possível regularizar.

Eu não sou oportunista, não. Muito pelo contrário, sou uma pessoa muito justa. Acho que tenho que ser justa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	115

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 2 votos contrários.

Conforme o art. 63, § 1º, do Regimento Interno desta Casa, abro prazo de cinco dias para recurso, porque o projeto foi rejeitado pela CCJ.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria de requerer a V.Exa. que, como o debate é feito em plenário, a votação fosse nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, a votação já foi feita. Quero esclarecer que a solicitação de votação nominal tem que ser feita antes da votação. Depois da votação, pedir para fazer uma segunda votação nominal... Se houver dúvida quanto ao *quorum*, quanto...

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que, na Comissão, a matéria foi declarada inadmissível, foi rejeitada, é possível retirar o projeto? Não é melhor?

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero insistir com V.Exa. para que, já que o debate é feito em plenário, façamos a votação nominal com encaminhamento.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, deixe-me ouvir o restante dos Deputados, porque a votação já passou.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu estava seguindo a mesma linha do Deputado Julio Cesar. Acho que o projeto é muito importante. Não sei se ainda é possível retirá-lo, para que se possa discuti-lo e apresentá-lo em outro momento, para que não se perca o projeto. Não sei se é possível isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	116

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deixe-me só explicar algo regimental. Isso teria que ter sido feito antes da votação. Como o projeto já foi votado e o parecer foi pela inadmissibilidade, ele não pode ser retirado de pauta, ele foi considerado inadmissível. Abri o prazo de cinco dias para recurso. A Deputada Liliane Roriz terá prazo para recorrer, e o recurso virá ao plenário.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Eu acho então que, nessa linha, para que o processo não se perca, deve-se abrir o prazo de cinco dias para apresentação do recurso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acatei já a questão de ordem da... Aliás, inclusive eu abri a questão de ordem. Como Presidente, não posso requerer recurso. Quem deve requerê-lo é a própria Deputada Liliane, que está defendendo a proposta, ou outro Parlamentar.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero me apegar ao Regimento. O resultado, depois de proferido, e já foi proferido por V.Exa., tem que ser respeitado. Não há como ser alterado, não há como voltar atrás, não há como ser questionado. É simples.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero fazer um apelo à Deputada Liliane Roriz. A Presidenta está concedendo um prazo regimental de cinco dias para V.Exa. recorrer. Se é que posso dar um conselho a V.Exa., eu queria dizer o seguinte: esta sessão vai terminar hoje. Quando chegar o dia 1º de janeiro, V.Exa. reapresenta o projeto. Reapresenta no dia 1º de janeiro, e aí tem o tempo todo para debater.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite, para discutir.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, para que fique clara a posição, a Deputada Liliane Roriz pode interpor o recurso hoje e o Plenário julgar o recurso. É perfeitamente possível.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na verdade, primeiro, eu gostaria de parabenizar a Deputada Liliane Roriz por apresentar esse projeto.

Eu sou Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Todos vocês sabem que nós viemos acompanhando as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	117

ações da Agefis desde o início desse governo, a forma truculenta, que nós já cansamos de denunciar aqui.

É lamentável, Deputada Liliane Roriz, V.Exa. ter que apresentar um projeto como esse, porque todos os Deputados aqui já pediram o bom senso do governo, do Governador para que S.Exa. pare. Talvez seis meses sejam muitos dias, mas, como nós pedimos aqui trinta, quarenta ou sessenta dias, não custava nada, até para que os órgãos do governo, como a Sedest e outros, pudessem fazer um trabalho social nessas comunidades e ver onde essas famílias se enquadram.

Como o governo, a própria Agefis e a diretora não querem dar esse tempo para o governo e para esses órgãos, eu acho que o seu projeto é extremamente oportuno. Como o parecer da Comissão foi contrário por questões jurídicas, e não políticas... Porque, politicamente, eu sei que quase todos os Deputados aqui gostariam que esse governo parasse com essas derrubadas, inclusive já pediram. Como, politicamente, ele ainda precisa ser discutido melhor e juridicamente há uma série de questões, eu sugiro que V.Exa. realmente entre com um recurso e que nós possamos, num debate ainda com o governo, ver a possibilidade de o governo cessar essas derrubadas, talvez não por seis meses, mas por alguns dias. Aí é uma decisão política que o Governador tem que ter. O Governador precisa ter moral sobre a Agefis, sobre a diretora, porque a diretora parece que manda muito mais do que o Governador.

Então, eu me solidarizo com esse projeto, eu me solidarizo com essas famílias que estão sendo maltratadas, que estão sendo desrespeitadas em seus direitos humanos.

Quero que V.Exa. entre com um recurso para que possamos discutir isso melhor e, de forma política, tentemos convencer o Governador e a Sra. Bruna a reverem essa forma de derrubar essas residências.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só para esclarecer aqui, eu não sei se os demais Deputados entenderam como eu. Esse projeto foi rejeitado e não vai para votação. É isso?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Foi rejeitado e não vai para votação, porque ele foi considerado inadmissível pela CCJ.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria apenas de deixar claro que a Comissão por que passou a matéria, a CDESCTMAT, analisa o mérito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	118

Na proposta que o Deputado Ricardo Vale diz, todos os Parlamentares estão lutando justamente pelo bom senso do governo. Não adianta a CCJ – Comissão de Constituição e Justiça, como diz o Deputado Chico Leite, com a proficiência que tem como jurista, enganar a população com um projeto, como às vezes a gente fala, de “eu vou para a galera”, com todo respeito à autora do projeto.

A Comissão de Constituição e Justiça não analisou o mérito. Foi apenas a questão de que há um vício. Aprovar isso e depois ter o decreto... O Ministério Público entrar na Justiça e esta declarar isso inconstitucional é muito ruim. Não adianta enganarmos vocês. Os Parlamentares estão com vocês, mas votar algo aqui só para ficar bonito não adianta.

Quero dizer que, no mérito, sou favorável e acho que o que foi decidido pela Casa, no parecer do Deputado Chico Leite, refere-se ao vício de iniciativa. Mas estou na luta com vocês e tenho participado, com vários Parlamentares aqui, da luta contra as atrocidades que o governo tem feito com a falta de diálogo. Não existe nada que um governo possa fazer sem diálogo prévio e respeito ao ser humano, que é o mais importante.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, vamos nos acalmar!

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, acredito...

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Assim, vou suspender a sessão. Vou suspender a sessão!

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, acredito que o PDL tem boas intenções, até porque nós, inclusive V.Exa., estivemos em diversas reuniões com o Governador, para solicitar que se suspendessem as derrubadas. Acredito que precisamos, obviamente, mais uma vez, buscar esse bom senso do governo, para que se implemente uma política habitacional séria no Distrito Federal.

Estamos aqui com o Secretário de Habitação, o Tiago, e acredito que isso só vai acabar, Deputada Liliane Roriz, quando aquilo que seu pai, quando foi governador, fez, que era, primeiro, regularizar os assentamentos, como aconteceu com a Ceilândia.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Temos uma servidora desta Casa que foi governadora, Deputado Prof. Reginaldo Veras, e também coordenadora da CEI – Comissão de Erradicação de Invasões, de onde nasceu a Ceilândia, para quem conhece um pouco da história.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	119

Acredito que o governo precisa ter uma política de regularização séria. Como? Quem está em área indevida precisa ser removido, mas não pode ser deixado ao relento. Aqueles, como eu disse, que foram enganados por grileiros... O grileiro precisa ir para a cadeia. É preciso que se coloque a polícia na rua, para prender os grileiros.

Para concluir, digo mais: existem, sim, algumas pessoas, a grande maioria delas, que são compradoras de boa-fé. Os grileiros, muitas vezes utilizando documentação falsa, venderam esses terrenos para essas pessoas. Então, quero aqui também fazer um apelo a toda a população do Distrito Federal: se você conhece um grileiro, denuncie, porque o que acaba com a nossa cidade é o crescimento desordenado.

Deputada Liliane Roriz e Deputada Celina Leão, existe a minha solidariedade ao espírito do decreto legislativo. Precisamos coibir a grilagem que acontece no Distrito Federal e, com isso, chegar a um meio termo.

Obrigado.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, não tenho alternativa a não ser recorrer, tendo em vista que não tive apoio dos Deputados. Agora, o meu coração está machucado, está dolorido, porque o meu pai foi um homem que fez a maior reforma urbana do mundo, sem violência. Não derrubou uma casa. Eu lamento, fico triste. De forma alguma – quero deixar claro –, defendo a grilagem, mas acho que tem de ser dado um basta a esse excesso de poder da Agefis.

Então, meus amigos, estou aqui, vou recorrer e, em janeiro, na volta dos nossos trabalhos, que a gente possa reaver...

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero fazer uma observação para as famílias que estão aqui.

Deputada Liliane Roriz disse que vai recorrer do recurso. Há um outro projeto muito importante também, da Deputada Telma Rufino, que exige a notificação. Ele deve ser discutido também nesta Casa. É uma pauta que também pediram.

Item nº 13:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 833, de 2015, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$1.590.000,00 (um milhão quinhentos e noventa mil reais)”.

Tramitação concluída. Apresentadas nove emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	120

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, como esse item não estava no Colégio de Líderes, tenho dúvidas sobre do que se trata.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Então, vou passar para o Projeto de Lei nº 635, que está no cronograma previsto.

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, não aceito desacato a Parlamentar. Esta Casa tem que ser respeitada. Vocês têm direito de se manifestar democraticamente. Vou chamar a segurança se houver esse tipo de desacato. Não aceito desacato a nenhum Parlamentar que está aqui.

Passo a Presidência à Deputada Sandra Faraj, porque o Projeto de Lei nº 635 é de minha autoria.

(Assume a Presidência a Deputada Sandra Faraj.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Item nº 186:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 635, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que “altera a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que ‘dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal’ e dá outras providências”.

Aprovado o parecer favorável da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, a Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, há o Projeto de Lei nº 958, de 2012, que também fala do mesmo tema e sobre o qual há uma emenda tanto minha, quanto do Deputado Rodrigo Delmasso. Se formos votar o Projeto de Lei nº 635, de 2015, é interessante que haja também a votação desse projeto de lei que trata aparentemente da mesma matéria. Seria injusto votarmos um projeto e deixarmos o outro de lado. Ele tem uma emenda tanto minha, quanto do Deputado Rodrigo Delmasso. Por que a gente vai aprovar um e não vai aprovar o outro, não é?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	121

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputado, qual é o número do projeto?

DEPUTADO JULIO CESAR – Projeto de Lei nº 958, de 2012. Originalmente, era da Deputada Eliana Pedrosa. Há aqui um substitutivo que assinamos eu e o Deputado Rodrigo Delmasso. Fui Relator na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Não vi nenhum tipo de problema, apenas acho que seria injusto se a gente não aprovasse também esse projeto de 2012.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Nós não temos objeção nenhuma. Inclusive, acho que são projetos até bem diferentes. Eu só gostaria de fazer o registro – já havia até discutido com o Deputado Rodrigo Delmasso sobre S.Exa. estar na autoria conosco – de que devemos discutir, porque há grandes diferenças entre os projetos. Não sei se seria o mesmo projeto. Talvez, devêssemos colocar os dois projetos para serem votados. Deputado, V.Exa. acha que são idênticos?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, considerando que há dois projetos de matérias similares, ao que parece, e haja vista que não há consenso aqui na Casa para tratá-los, por que a gente não adia a análise desses dois projetos? Fica a dica, Sra. Presidente.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu acho muito prejudicial deixarmos para votar em outro dia. Então, ou a gente vota individualmente os dois projetos ou faz a união dos dois. Eu quis prestigiar as duas categorias aqui.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria sugerir uma coisa, conforme já foi conversado: que façamos o apensamento dos dois e trabalhemos aqui em segundo turno aprovando uma emenda substitutiva que irá aglutiná-los num só. Eu acho que isso é importante, porque atende a todos, não só um ou outro, mas a todos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	122

DEPUTADA CELINA LEÃO – Vou pedir à minha assessoria e à assessoria do Deputado Rodrigo Delmasso para construirmos um substitutivo para o segundo turno. A gente vai apensar em primeiro turno e construir um substitutivo em segundo turno para tornar o projeto mais claro.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Perfeito. A minha sugestão é que, neste primeiro turno, se apensem os dois e os aprovemos apensados. No segundo turno, a gente faz o substitutivo.

DEPUTADA CELINA LEÃO – É bom explicar, Deputado Rodrigo Delmasso, que o projeto de minha autoria só define que, nas licitações futuras, esteja garantido o espaço para as cooperativas, que, de certa forma, hoje, não recebem o subsídio do governo e têm conseguido sobreviver. Não consigo entender como os empresários do transporte público recebem um subsídio altíssimo e não conseguem sobreviver com suas empresas.

Então, o meu projeto de lei é específico, ele só garante que as próximas licitações que forem abertas no Distrito Federal terão um espaço específico também para as cooperativas. Eu acho que é 5% ou 10%, não estou lembrada do texto agora. O outro projeto de V.Exa., e, inclusive, da Deputada Eliana Pedrosa, é um pouco mais amplo. Por isso, eu gostaria de discutir um projeto em segundo turno mais claro, porque há muitos Deputados que têm dificuldade de votar um projeto sem entender o que está votando.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Por isso, é importante o apensamento dos dois, para que a gente possa fazer uma emenda – vou aqui inventar um termo que não existe regimentalmente – substitutiva aglutinativa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu tive o cuidado de ler os dois projetos. Do meu ponto de vista, a melhor coisa para esses projetos é votá-los separadamente: votar o projeto de V.Exa. e colocar o outro. Colocar os dois projetos juntos vai criar problema. Portanto, essa é a sugestão que eu faço.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Eu gostaria de informar que esse apensamento, Deputado Julio Cesar, Deputado Rodrigo Delmasso, não é possível porque o Projeto de Lei nº 958 já está com tramitação concluída.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu queria fazer um encaminhamento para que o Deputado Rodrigo Delmasso e o Deputado Julio Cesar subscrevessem o Projeto de Lei nº 635, e que ele não fosse somente meu – este projeto que vai ser apreciado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	123

Nós vamos votar os dois, mas quero que o Projeto de Lei nº 635 seja meu, do Deputado Julio Cesar e do Deputado Rodrigo Delmasso, dividindo a autoria. Não se pode apensá-los porque a tramitação está concluída. A autoria do Projeto de Lei nº 635 fica sendo minha, do Deputado Rodrigo Delmasso e do Deputado Julio Cesar. Eu gostaria de pedir para a Assessoria de Plenário fazer a correção.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Nós estamos encaminhando. Vou passar a palavra ao Relator. A Presidência vai voltar para a Deputada Sandra Faraj, mas quero informar que nós estamos aprovando um substitutivo do Projeto de Lei nº 635 com a minha autoria, do Deputado Julio Cesar e do Deputado Rodrigo Delmasso. Em seguida, vamos votar o outro também. Estamos votando os projetos separados porque a tramitação foi concluída. Regimentalmente, não podemos juntar os projetos. Vamos votar um e depois o outro.

(Assume a Presidência a Deputada Sandra Faraj.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 635.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero aqui, antes de mais nada, parabenizar a Deputada Celina Leão pelo projeto apresentado. Tenho certeza de que, com a mesma felicidade que tenho agora de votar esse projeto, corroboram a minha satisfação o Deputado Bispo Renato Andrade, a Deputada Sandra Faraj, o Deputado Raimundo Ribeiro.

Somos membros da CPI e vemos o sofrimento dessas cooperativas com a falta de oportunidades. Com esse projeto, a gente dá oportunidade para que, nas próximas licitações, eles tenham condições iguais de participar com os demais concorrentes.

Parabéns, Deputada. Parabéns a vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 635, de 2015.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	124

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria saber de V.Exa. se posso fazer uma consulta aos Líderes para votarmos um projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputado Julio Cesar, qual o projeto de lei?

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, é o Projeto de Lei nº 833. Eu queria saber de todos os Líderes se há acordo para que a gente possa votar hoje esse projeto, que é o crédito que se abre para o zoológico. Nesse crédito, há várias emendas de Deputados, como da Deputada Luzia de Paula, do Deputado Cláudio Abrantes. Eu gostaria de saber se há acordo com os Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Solicito aos Líderes que se manifestem.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu concordo com a votação. Trata-se de ajuste de créditos de final de ano para o fechamento do exercício. Eu concordo com V.Exa.

Eu gostaria, dentro da matéria, aproveitando a oportunidade, de parabenizá-los pela votação dos projetos das cooperativas. Em 2011, eu apresentei o primeiro projeto. A ex-Deputada Eliana Pedrosa tinha apresentado um, poucos dias antes, então, eu dei preferência a ela. Não sei se o Roberto Pica-Pau está aqui no plenário, mas ele é testemunha de que eu fui o primeiro Deputado a apresentar projeto nesse sentido. A ex-Deputada Eliana Pedrosa tinha apresentado um projeto mais complexo e – algumas pessoas que estão no plenário são testemunhas disto – ela pediu para tramitar o processo dela em preferência ao meu. Eu o fiz, Deputada Celina Leão, e sempre reconheci que a democratização desse processo é justa. Então, o projeto que V.Exa. e os demais Deputados apresentam hoje é correto, é necessário. Portanto, eu sou de parecer e voto favoráveis.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, acho que é extremamente importante resgatar, a despeito da ausência, a Deputada Eliana Pedrosa.

Eu comentava com o Deputado Agaciel Maia que, num momento extremamente hostil, difícil, quando Brasília enfrentava uma série de casos de insucesso – até com efeito no sistema bancário aqui do Distrito Federal –, esses guerreiros sobreviveram e articularam n reuniões. Inclusive, estive na Secretaria de Transportes para fazer a defesa de um projeto de apoio ao sistema de integração.

A Deputada Eliana Pedrosa, de maneira inteligente, apresentou o projeto, resgatou esse trabalho, pois tentaram imputar a esse segmento de trabalhadores a criminalidade. Posteriormente, aí já numa fase bastante recente, V.Exa., Deputada Celina Leão, estabelece uma cota para o sistema de cooperativas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	125

Eu também concordo com alguns Deputados que entendem que são matérias absolutamente distintas, apesar de falarem para o mesmo público, de legislarem sobre o mesmo público, porque, depois, virão a questão do número de assentos e uma série de alternativas, questões tributárias, que têm que ser tratadas com a contribuição que o Parlamentar deu no seu devido espaço.

Portanto, quero aqui parabenizar as duas proposições. Que elas tramitem de maneira autônoma, porque representam contribuições distintas, ainda que para o mesmo setor.

Concluo a minha palavra parabenizando aqueles que, de maneira heroica, responsável, têm batalhado o processo da sua sobrevivência. Espero que o governo tenha sensibilidade para fazer essas negociações e a complementação necessária.

Parabéns à Deputada Celina Leão; aos Deputados Julio Cesar e Rodrigo Delmasso, que complementaram o trabalho; e também à Deputada Eliana Pedrosa, que não se encontra presente, mas a quem faço meu reconhecimento. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure. Consulto os Líderes sobre a questão do Projeto de Lei nº 833.

Deputado Wellington Luiz?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Aproveitando, parabéns ao Roberto e a toda a equipe pela luta de vocês. É uma merecida vitória. Parabéns a todos os Deputados, à Deputada Celina Leão, ao Deputado Rodrigo Delmasso, ao Deputado Julio Cesar. Parabéns pelo trabalho.

Há acordo, sim, porque, dentro desse projeto, vários Deputados têm emendas. Então, por esse motivo, nós somos favoráveis.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputado Rodrigo Delmasso, há acordo para votar o crédito do Projeto de Lei nº 833?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Ok.

Deputado Prof. Israel, há acordo?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só um questionamento: esse crédito é o do Jardim Botânico e do Fundo de Desenvolvimento Rural, não é isso?

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Do zoológico e...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	126

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Não é zoológico. É Jardim Botânico, salvo engano, não é isso? Jardim Botânico de Brasília e Fundo de Desenvolvimento Rural. Então, há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputado Prof. Israel? (Pausa.)

Da minha parte, há acordo, como Vice-Líder.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede. Sem revisão da oradora.) – Pela Rede, nós somos favoráveis ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputada Luzia de Paula, ok.

Deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É o crédito que o Deputado Julio Cesar acaba de pedir?

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Sim.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Estou de acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Pelo Deputado Chico Leite, já respondeu a Deputada Luzia de Paula.

O Deputado Julio Cesar foi quem propôs.

Ok, acordo feito. Pode ser votado.

Voltamos agora ao Projeto de Lei nº 635, de 2015.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 635, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que “altera a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que ‘dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências’”.

Sra. Presidente, trata-se do substitutivo ao Projeto de Lei nº 635, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, do Deputado Rodrigo Delmasso e do Deputado Julio Cesar.

Antes até de proferir o voto, eu gostaria de registrar que há coisas que acontecem no Distrito Federal que são inexplicáveis e que, com o tempo, vai se tentando corrigir. Uma delas é essa diferença odiosa que se estabeleceu no transporte público do Distrito Federal. Eu nunca vi essa história de que uns podem e outros não podem ter acesso à tarifa técnica ou tarifa... Não interessa o apelido que se dê. O que importa é que todos que prestam o mesmo serviço devem receber a mesma remuneração.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	127

Sendo assim, esse substitutivo corrige, em parte – ainda não é total, mas corrige, pelo menos, em parte –, aquilo que deveria ter sido corrigido há muito tempo. Aliás, não deveria nem ter sido criada essa discriminação odiosa.

Pela Comissão de Constituição e Justiça, verifica-se que não há qualquer óbice à admissibilidade do projeto, razão pela qual somos de entendimento de que deva ser admitido na forma do substitutivo, da emenda modificativa.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 635, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, nós vamos votar o projeto da Defensoria. Nós só estamos esperando porque ainda não há acordo sobre as emendas, ok?

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem partido. Sem revisão da oradora.) – Vamos votar o Projeto de Lei Complementar nº 32?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É esse que vai ser lido.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 833, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$1.590.000,00 (um milhão quinhentos e noventa mil reais)”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	128

Tramitação concluída. Apresentadas nove emendas de plenário, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, depois desse que a Deputada Sandra Faraj está relatando, até por isonomia, vamos votar então o PL nº 809 na sequência, até para liberarmos também esse outro pessoal que está na galeria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a questão de ordem de V.Exa., Deputado Julio Cesar. Solicito que se organizem, pois será o próximo.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 833. Este é o projeto sobre o qual o Deputado Julio Cesar fez a questão de ordem, parece que houve acordo com vocês.

A Presidência informa que há nove emendas de plenário.

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Um se votou; o outro, ainda não se votou.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Pare emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 833, de 2015, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$1.590.000,00 (um milhão quinhentos e noventa mil reais)”.

Foram apresentadas emendas.

Emenda Modificativa nº 1, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que remaneja recurso dele próprio no valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Emenda Aditiva de Plenário nº 2, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que remaneja R\$587.000,00 (quinhentos e oitenta e sete mil reais).

Emenda Aditiva nº 3, de autoria do Deputado Juarezão, que remaneja R\$445.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais).

Emenda Aditiva nº 4, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que remaneja recursos no valor de R\$1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais).

Emenda Aditiva nº 5, da Mesa Diretora.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	129

“Insira-se o art. 3º, renumerando-se os demais. (...)

§ 3º. Mediante autorização expressa da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, mediante ato próprio, após o encerramento do segundo período da sessão legislativa ordinária de 2015, para reforço exclusivamente das dotações de pessoal, encargos sociais e benefícios a servidores, utilizando-se como fonte de recurso os saldos dos empenhos não utilizados no orçamento das unidades orçamentárias do Poder Legislativo.

§ 4º. Mediante solicitação da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, deverá o Poder Executivo prometer alterações orçamentárias nos respectivos órgãos, via decreto, no prazo de dois dias úteis.”

A emenda é justificada para que seja possível se fazer, via atos do Poder Executivo, alterações orçamentárias necessárias no orçamento da CLDF em período em que não há mais votação de projetos de leis orçamentários.

Emenda Aditiva nº 6, no valor de R\$13.000.000,00 (treze milhões de reais). A emenda é apresentada pela Mesa Diretora. A Câmara faz esses remanejamentos no valor de 13 milhões.

Emenda Aditiva nº 7. Trata-se de mais uma alteração de texto.

“Insira-se o art. 4º, renumerando-se os demais.

Art. 4º – Aos créditos incluídos ou suplementados no orçamento das unidades orçamentárias do Governo do Distrito Federal, com recursos oriundos do cancelamento de dotações da Câmara Legislativa do Distrito Federal, não se aplica:

I – o disposto no Decreto nº 36.755, de 16 de setembro, ou outro que vier a sucedê-lo; e

II – às dotações do Grupo 3 – Outras Despesas Correntes, relacionadas a serviços de engenharia, o disposto no art. 4º e o disposto no inciso II do art. 6º do Decreto nº 36.684, de 6 de novembro de 2015.”

Com a presente emenda, objetivamos assegurar que as contribuições dadas pela CLDF para o esforço fiscal do GDF sejam utilizadas para o pagamento imediato dos débitos regularmente apurados.

Emenda Aditiva nº 8, de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Emenda nº 9, de autoria do Deputado Julio Cesar, de R\$100.000,00 (cem mil reais.)

Sra. Presidente, nos termos do art. 64, II, do Regimento Interno, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, sou de parecer favorável à admissibilidade e à aprovação das respectivas emendas. Depois algumas precisam de esclarecimento sobre a finalidade, que eu não consegui entender – o meu conhecimento não atingiu tal nível.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	130

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, quero cumprimentar a Mesa Diretora pela devolução de parte dos recursos de uma emenda que me parece ser de 13 milhões. Mas há uma emenda, Sra. Presidenta, sobre a qual eu preciso de um esclarecimento. A Emenda nº 7, da Mesa Diretora, transfere para o Governo do Distrito Federal, mas não dá para entender por que ela não saiu junta – saiu separada, se está no esforço coletivo ou se tem um direcionamento específico para ela. Eu não entendi.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Deputado Julio Cesar que esclareça o Deputado Wasny de Roure sobre a emenda da Mesa Diretora em que foi feito o remanejamento.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – É a Emenda nº 7, Deputado Julio Cesar, é uma emenda da Mesa Diretora no valor de um milhão e meio e que eu não consegui entender.

DEPUTADO JULIO CESAR – Vou pedir para o assessor vir aqui agora explicar para V.Exa., Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu agradeço, Deputado Julio Cesar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 833, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera a redação dos arts. 4º, 6º e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	131

acrescenta o art. 9º – A, da Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000, que ‘institui a outorga onerosa da alteração de uso do Distrito Federal’, e do art. 8º – A, da Lei nº 1.170, de 24 de julho de 1996, que ‘institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no Distrito Federal, e dá outras providências’.

Aprovado o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. Foram apresentadas dez emendas de plenário, e a CAF deverá se manifestar sobre elas.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça também deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas de nºs 1 a 13.

Solicito à Relatora, Deputada Telma Rufino, que emita o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem partido. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre as emendas apresentadas ao PLC nº 32, de 2015.

No mérito, manifestamos o voto pela aprovação, acatando as Emendas nºs 4, 5, 7, 9, 10 e 12. As Emendas nºs 8, 11 e 13 foram retiradas. A Emenda nº 6 está prejudicada, na forma da Subemenda nº 2, nesta Comissão de Assuntos Fundiários.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CAF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe relator para proferir parecer sobre o projeto e as emendas ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, designo o Deputado Julio Cesar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. Esse é o projeto que trata de Odir e Onalt.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao PLC nº 32, de 2015.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	132

Somos pela admissibilidade, na forma do parecer que foi realizado pela brilhante Deputada Telma Rufino na Comissão de Assuntos Fundiários. Acompanho o relatório de V.Exa., que está de parabéns. Parabéns, viu, Deputada?

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao PLC nº 32, de 2015.

O Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2015, atende aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não havendo óbice à sua aprovação. Assim, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10 e 12.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que retifique o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao PLC nº 32, de 2015.

Retificando o parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2015, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	133

projeto com as Emendas nºs 4, 5 e 7, bem como as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10 e 12 (*sic*).

Esse é o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado.

Solicito ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, designo o Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Vigilante, que emita o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

(Assume a Presidência o Deputado Cristiano Araújo.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao PLC 32, de 2015.

O parecer é pelo acatamento do parecer das demais Comissões. Portanto, é pela admissibilidade na sua íntegra, com as emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	134

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	135



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 32/2015	DATA: 15/12/2015
AUTORIA: ( X ) PODER EXECUTIVO	
TURNO: 1º ( X )      2º ( )	RED. FINAL ( )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JOE VALLE	PDT	1					
8	JUAREZÃO	PRTB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
19	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			22	0	0	2	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
22	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
2	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
22	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA SANDRA FARAJ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	136

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado em primeiro turno o PLC nº 32, de 2015.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço a V.Exa. a votação agora do Projeto de Lei Complementar nº 5.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Claro, nós vamos votar o PLC de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de saber se podemos votar rapidinho mais dois itens do governo, até porque o pessoal da Caesb está aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deixe-me só cumprir um compromisso aqui, Deputado, porque compromisso tem de ser cumprido. Vamos votar o projeto dos meninos ali, para desocuparmos a galeria. O projeto da Defensoria, a gente pede mais um tempinho, porque ele tem muitas emendas juntas.

Em respeito ao Presidente do Tribunal de Contas, que hoje suspendeu a sessão, quando a Câmara Legislativa foi até lá, nós vamos entrar agora na PELO nº 34, para homenagear o Deputado Dr. Michel também. O Presidente do Conselho do Tribunal de Contas e o Deputado Dr. Michel estão aqui desde 3h da tarde.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 34, de 2015, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que “dispõe sobre a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal, acrescentando artigo e revogando o § 2º do art. 111 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, designo o Deputado Robério Negreiros.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	137

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 34, de 2015, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que “dispõe sobre a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal, acrescentando artigo e revogando o § 2º do art. 111 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Sra. Presidente, agradeço a designação da relatoria. É muito confortável votar essa matéria, até mesmo porque já havia uma proposição que acabou sendo, infelizmente, arquivada. Ela trata justamente de um problema que esta Casa já teve no passado, quando a nossa procuradoria não era a Procuradoria da Câmara Legislativa. Quem fazia esse papel era a própria Procuradoria do Distrito Federal. Às vezes há conflitos de interesse. Cada Casa, para manter a independência, tem que ter sua procuradoria. Nada mais justo que o Tribunal de Contas do Distrito Federal também tenha uma procuradoria própria.

Como não há nenhuma mácula à Lei Orgânica do Distrito Federal, à questão de admissibilidade da Constituição, meu voto é pela admissibilidade da PELO nº 34, de 2015. É o voto, Sra. Presidente.

(Pausa.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, até para que não haja nenhum tipo de discussão, porque a proposição veio do Tribunal, a assessoria me alertou para que oito Deputados assinem essa proposta, para sanar qualquer tipo de discussão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu assino também.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Por eu ser Relator – vou designar na CPELO o Deputado Rodrigo Delmasso para relatar –, peço ao Deputado Rodrigo Delmasso que não assine também, porque será relator na CPELO.

(Pausa.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Há um projeto em que houve acordo, o Projeto nº 812, e que ainda não foi votado. Podemos apreciá-lo só para adiantarmos o processo de votação?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	138

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, estamos votando um projeto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Queria só corrigir a questão do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Retificando, a autoria da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 34 é de vários Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que retifique o parecer.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, trata-se de parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 34, de 2015, de autoria de vários Deputados, que “dispõe sobre a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal, acrescentando artigo e revogando o § 2º do art. 111 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Quero parabenizar a secretaria da Mesa pela orientação dada, que não permitiu que houvesse qualquer tipo de mácula.

Meu parecer é pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 34, de 2015, de autoria de vários Deputados.

É o meu parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator da Comissão Especial de análise da Proposta de Emenda à Lei Orgânica, Deputado Robério Negreiros, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, por eu já ter sido Relator na Comissão de Constituição e Justiça, designo o Deputado Rodrigo Delmasso para relatar o mérito.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Rodrigo Delmasso, que emita o parecer da Comissão Especial sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	139

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a Comissão Especial de análise da Proposta de Emenda à Lei Orgânica foi instada a fazer avaliação no mérito da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 34, de 2015, que “dispõe sobre a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal, acrescentando artigo e revogando o § 2º do art. 111 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

A referida Proposta de Emenda à Lei Orgânica foi assinada por 8 Parlamentares e encaminhada pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Renato Rainha, tendo a justificativa de que a criação da Procuradoria no Tribunal de Contas do Distrito Federal seria de suma importância para o bom andamento dos trabalhos desse tribunal.

Quero aqui ressaltar também que o Tribunal de Contas da União já tem uma estrutura parecida que hoje exerce a função de fiscalização das contas do Governo Federal com grande maestria.

Então, quero apresentar o voto favorável da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 34, de 2015, na forma que foi apresentado na minuta pelo egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 34, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	140




CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
PRESIDÊNCIA  
SECRETARIA LEGISLATIVA  
7ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2015

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 34/2015	DATA: 15/12/2015
AUTORIA: VÁRIOS DEPUTADOS	
TURNO: 1º (X) 2º ( )	RED. FINAL ( )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JOE VALLE	PDT	1					
8	JUAREZÃO	PRTB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
19	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			24	0	0	0	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
24	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
0	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
24	QUÓRUM VOTANTE

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA SANDRA FARAJ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	141

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 24 votos favoráveis.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, tendo em vista que há 24 Deputados em plenário, peço a V.Exa. a votação do PLC nº 5.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, não é o projeto do pessoal da galeria, o PL nº 958?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 958, de 2012, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “integra o serviço complementar das linhas do modo rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, os veículos que especifica, e dá outras providências”.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria, dentro das possibilidades, que o próximo item a ser apreciado fosse a PELO nº 31. O pessoal já está aqui há muito tempo, desde o início da tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wellington Luiz, como é uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica, pela tramitação regimental, tem que ser o último item do primeiro turno, entendeu? Por isso eu tenho colocado assim.

O próximo item será o do Deputado Chico Vigilante.

Solicito ao Relator, Deputado Juarezão, que emita o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas apresentadas ao PL nº 958.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Substitutiva nº 1 e à Subemenda Aditiva



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	142

de Plenário nº 2 apresentadas ao Projeto de Lei nº 958, de 2012, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “integra o serviço complementar das linhas do modo rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, os veículos que especifica, e dá outras providências”.

Nos termos do Regimento Interno da Casa, art. 64, aprovo a Emenda Substitutiva nº 1, de autoria dos Deputados Rodrigo Delmasso e Julio Cesar, bem como a Subemenda Aditiva de Plenário nº 2, da Deputada Telma Rufino. Por estar de acordo com o ordenamento orçamentário e jurídico, somos de parecer favorável à admissibilidade e à aprovação do substitutivo e da subemenda da Deputada Telma Rufino.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Designo o Deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Substitutiva nº 1 e à Subemenda Aditiva de Plenário nº 2, de autoria da Deputada Telma Rufino, apresentadas ao Projeto de Lei nº 958, de 2012, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “integra o serviço complementar das linhas do modo rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, os veículos que especifica, e dá outras providências”.

O meu voto é pela admissibilidade das duas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	143

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a instalação de postos de abastecimento, lavagem e lubrificação nos estacionamentos de supermercados, hipermercados, *shopping centers* e similares no Distrito Federal”.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários à Emenda Modificativa nº 1, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, ao Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a instalação de postos de abastecimento, lavagem e lubrificação nos estacionamentos de supermercados, hipermercados, *shopping centers* e similares no Distrito Federal”.

Dê-se à emenda e aos artigos 2º e 3º do projeto de lei complementar em epígrafe a seguinte redação: “Dispõe sobre a instalação dos postos de abastecimento, lavagem e lubrificação nos estacionamentos de supermercados, hipermercados, clubes, *shopping centers* e similares no Distrito Federal.

Art. 2º A edificação de postos de abastecimento, lavagem e lubrificação nos estacionamentos privados de supermercados, hipermercados, clubes, *shopping centers* e similares fica condicionado.

Art. 3º Os postos de abastecimento, lavagem e lubrificação instalados em estacionamentos de supermercados, hipermercados, clubes, *shopping centers* e similares possuirão inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e no Cadastro de Contribuição de Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS distintas às dos estabelecimentos em que se localizam.”

Somos pela aprovação da emenda, Sra. Presidente. É assim que nos manifestamos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	144

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Assuntos Fundiários está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, eu gostaria de fazer apenas uma confirmação: nós votamos o Projeto nº 32, de 2015, em primeiro turno, não foi isso?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É isso, Deputado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, se não me engano, o tema já está incluído e ele cessa justamente um vício de iniciativa, que não pode ser de Parlamentar, apesar de ser bem meritório. Então, já se votou, mas o meu voto seria pela inadmissibilidade em função do vício de iniciativa e também pela prejudicialidade, porque já votamos o projeto em primeiro turno.

O meu voto é bem simples. É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O voto de V.Exa. é pela inadmissibilidade do projeto.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, para discutir.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Peço a atenção de todos os companheiros e companheiras desta Casa, porque esse projeto que proíbe a instalação de postos de gasolina em supermercados é uma emenda de um Parlamentar, o Deputado Agnaldo de Jesus. Portanto, não foi iniciativa do Executivo. Logo, a correção dele não há que ser inadmissível, se estamos corrigindo um erro cometido por um Deputado.

Brasília inteira está de olho nesse projeto. O Ministério Público não irá questioná-lo, temos certeza absoluta. Esse projeto – tenho certeza – vai ser sancionado pelo Governador, e a sociedade vai comparecer para acompanhar isso. Portanto, peço a esta Casa que vote contrariamente ao parecer do Deputado Robério Negreiros. Ele até... Posso revelar aqui. Eu falei: "Robério, eu preciso contar com você." Ele falou: "Nesse, eu não dou conta." Eu falei: "Tudo bem. Respeito a sua..." Agora...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	145

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Deputado Chico Vigilante, eu concordo com a questão dos postos. Acho que chegou o momento de a Casa se manifestar, e espero que os postos façam redução de preço para a sociedade. Em Belo Horizonte, a redução foi pífia depois de um tempo. Já os supermercados, os hipermercados têm um incremento de valorização em seus bens. V.Exa., como eu também, dentro das nossas competências, não tem condição e competência para dispor sobre ONALT, sobre outras medidas que façam a outorga, para definir que haja posto nesses locais.

Conjecturar, dizer que o Ministério Público não vai entrar porque é uma medida... nós acabamos de votar. Veio do governo. É o mesmo tema. Acho que já está exaurida essa questão. E o meu voto não foi de mérito. O meu voto foi igual ao do Deputado Chico Leite, na questão do PDL da Deputada Liliane Roriz. Aqui, estamos debatendo ideias. Nós não estamos debatendo pessoas. Eu não vou entrar nesse tema.

A imprensa já está exaurida sobre essa questão. Não sou amigo de dono de posto. Conheço mais os frentistas, porque tenho que abastecer carros para andar em Brasília. Então, não tenho interesse nenhum. E que o Estado perceba algum tipo de taxa, que é a ONALT, sobre o que nós não podemos dispor, em função desse incremento. Em uma hora dessas, ser dono de supermercado, hipermercado, é bom demais, porque vai ser colocado um posto, vai haver uma atividade comercial dentro de um terreno que, quando eles compraram, não podia haver e, assim, vai existir um incremento. E quem abastece ainda vai poder fazer uma compra, aumentar uma... Eu quero que aumente, para se poder gerar ainda mais empregos no Distrito Federal.

Então, não é nenhuma questão relativa a V.Exa. Discordo de muitas coisas de V.Exa., mas no campo das ideias. Acho que temos de manter o respeito aqui, um com o outro, e o meu voto não foi de mérito, repito. Foi eminentemente no sentido do controle da constitucionalidade. Temos aí o nosso paraninfo da CCJ, que é o Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu só quero dizer a esta Casa que tive toda a paciência de esperar que primeiro se votasse o projeto do governo. A questão do pagamento da outorga onerosa está resolvida. Todos que tiverem de instalar vão instalar e pagar.

A emenda do Deputado Rodrigo Delmasso, que acrescenta clubes... Era um cuidado que tivemos no outro projeto a questão do CNPJ... O CNPJ vai ser separado. Não é o CNPJ do supermercado. É CNPJ separado. Portanto, acho muito ruim que, neste momento...

Discussões acaloradas aqui, a gente tem, sobre vários temas. Agora, acho muito ruim que a gente deixe de votar um projeto da importância desse, que não aprove um projeto da importância desse com uma justificativa que não é real. Quem quiser instalar vai ter que pagar. E é muito bom o que está sendo votado aqui, hoje,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	146

porque aqueles postos que estão ao longo da EPTG – na verdade, são 46 postos no Distrito Federal que se estabeleceram sem nunca pagarem nada – vão ter que pagar agora. Todos aqueles terão que pagar, Deputado Wasny de Roure.

Havia uma prática, Deputada Celina Leão, que não é do seu tempo, nesta Casa, em que a pessoa comprava um terreno que valia 200 mil, transformava-o em posto de gasolina aqui na Câmara Legislativa, ele passava a valer 4 milhões e não se tinha que pagar 1 centavo a mais. Agora vão ter que pagar.

Portanto, eu queria apelar ao Deputado Robério Negreiros para reconsiderar o voto. É o apelo que faço.

(Assume a Presidência o Deputado Cristiano Araújo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, posso falar com muita isenção, porque não recebi doação de posto nem de hipermercado. Não recebi doação de ninguém.

Esta Casa debateu esse projeto algum tempo. Por muitas vezes, por mais meritório que ele fosse... É um projeto meritório. A sociedade espera a votação desse projeto com muita ansiedade, tanto que, rapidamente, quando o Executivo o mandou, ele já entrou em pauta, e foi sanado o vício da inconstitucionalidade.

Entretanto, por mais meritório que o projeto seja, é um projeto que fala sobre terras. Nós estamos legislando sobre terras do Distrito Federal, sobre o uso da terra para o posto de combustível. É a mesma coisa de falar: “você podem, agora, fazer uso da terra para isso, para aquilo”. Isso é prerrogativa de iniciativa do Executivo, tanto que o Ministério Público foi ao gabinete do Governador Rodrigo Rollemberg pedir que o projeto fosse encaminhado à Câmara. Ele sabia que já existia um projeto aqui, mas sabia do vício de inconstitucionalidade do projeto que estava presente aqui na Casa.

Eu acho que é meritório. O Deputado Chico Vigilante tem que ser carregado mesmo pela população do Distrito Federal. Ele lutou muitos anos por isso. Combateu o bom combate. Lutou por isso, mas há de se falar sobre a inconstitucionalidade, sim, do projeto. Nós a estamos discutindo.

Eu votei na Comissão de Assuntos Fundiários o mérito do projeto. Votei favoravelmente a ele. O projeto, na Comissão de Constituição e Justiça, foi rejeitado pela questão da inconstitucionalidade de propormos esse tipo de iniciativa. O projeto votado em primeiro turno foi o do Executivo, porque ele realmente sana a questão.

Tanto faz se se votasse o do Deputado Chico Vigilante em primeiro turno ou o do Executivo em primeiro turno. Contudo, eu acho que, quando você quer fazer uma construção coletiva, precisa-se falar a verdade. A gente precisa colocar a verdade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	147

Para o projeto, quando este já está no plenário, a gente precisa de usar de clareza, Deputado Cristiano Araújo. Eu acho muito meritório. É uma pena muito grande o Governador Rodrigo Rollemberg não poder ter colocado o nome do Deputado Chico Vigilante junto. É uma pena. Eu tenho certeza de que, se fosse a vontade do Governador Rodrigo Rollemberg, ele teria colocado "Poder Executivo e Deputado Chico Vigilante" para que esse projeto fosse votado, para dar o mérito ao Deputado Chico Vigilante. Ele falou isso, inclusive, na televisão.

O Deputado Chico Vigilante foi para toda a imprensa falar sobre o projeto e, por muitas vezes, foi muito injusto com esta Casa, porque acusou vários Parlamentares aqui de participarem do cartel – de forma injusta, pois, quando você acusa dizendo "ah, eu sabia que havia Deputados participando do cartel", você tem que dar nomes e falar o que eles estão fazendo.

Então, eu acho que é muito séria uma votação desse nível. Nós estamos falando sobre a constitucionalidade do projeto. O projeto foi aprovado. Acho que, pelo mérito, o Deputado Chico Vigilante merece todo o nosso aplauso, mas nós estamos falando aqui sobre a constitucionalidade do projeto.

É a essa discussão que eu gostaria de chamar os colegas aqui. Com certeza, o mérito político ninguém pode tirar do Deputado Chico Vigilante, ninguém, porque a autoria foi dele. Ele protocolou o projeto, a autoria é dele. Ninguém vai tirar. As ruas irão falar que o projeto foi de iniciativa do Deputado Chico Vigilante. Isso vai ecoar nos quatro cantos do Distrito Federal.

O Deputado Chico Leite, que é um mestre da constitucionalidade, nem está aqui no plenário mais. Eu até gostaria de ouvir a opinião dele, mas ele não se encontra aqui, porque realmente eu tenho muitas dúvidas, Deputada Liliane Roriz. É difícil a gente falar de peito aberto desse jeito porque, se, no passado, a gente falasse assim, sem ter um projeto do Executivo para resolver a questão, ia ficar parecendo que a gente não queria votar o projeto dos postos de combustível.

Quero parabenizar o Governador Rodrigo Rollemberg, que teve coragem de mandar esse projeto aqui para a Casa, pois muitos governadores tiveram a oportunidade de mandar e não mandaram, mas o Governador Rodrigo Rollemberg teve coragem e mandou o projeto para a Casa. Então, quero parabenizá-lo. Também quero parabenizar o Deputado Chico Vigilante, que batalhou muito, pela iniciativa, mas quero falar que, na questão da constitucionalidade, esse projeto é inconstitucional, tendo sido proposto por Parlamentar.

Se a gente começar a legislar sobre terras, irmãos, nós vamos falar sobre a LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo –, sobre o PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília –, falar sobre outros projetos de lei que legislam sobre terra.

É essa a minha observação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Continua em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	148

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Na legislatura passada, eu levantei justamente – deve estar nas notas taquigráficas – a questão da ONALT – Outorga Onerosa de Alteração de Uso, a constitucionalidade. A Deputada Eliana Pedrosa também citou, naquela ocasião, justamente isso. Chegar a autorizar por autorizar sem uma cobrança efetiva dessa valorização do patrimônio era o que se questionava.

Hoje, é o que a Deputada Celina Leão disse. O Poder Executivo enviou o projeto, e esta Casa o aprovou, por unanimidade, em primeiro turno. Ele está fazendo essa autorização com a cobrança devida da Onalt. Quem quiser colocar o posto no supermercado vai ter que pagar por essa valorização.

O projeto do Deputado Chico Vigilante caiu em relação à questão da constitucionalidade. Parabéns, Deputada Celina Leão, pelo pronunciamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Gente, vamos ser claros. As coisas não são bem assim. Deputado Robério Negreiros, no primeiro turno, o meu projeto foi aprovado aqui com 22 votos. No segundo turno, ele só alcançou 10, e não foi por questão de constitucionalidade, não.

No projeto que o Governador mandou, é preciso que esta Casa tome conhecimento, Deputado Rodrigo Delmasso, para cada estabelecimento que quisesse fazer a implantação, seria necessário mandar um projeto de lei complementar a esta Casa. Vocês sabiam disso? Projeto de Lei Complementar aqui todo mundo sabe o tempo que demora. É isso o que estava no projeto que o governo mandou. É isso o que estava no projeto do Governador.

O que está sendo discutido aqui, neste momento, é a opinião do Deputado Robério Negreiros, que eu respeito. Mas quem tem poder para dizer se é ou não constitucional é a Justiça. Quantos projetos já passaram por aqui, o Ministério Público questionou a constitucionalidade, foi à Justiça, e caíram? Quantos?

Portanto, eu quero pedir a V.Exas., sem medo de constitucionalidade, o voto nominal a esse parecer. Peço a V.Exas. que derrubem o parecer. Vamos abrir um belo debate no Judiciário, se tivermos que debater. Porque isso aqui, se acontecer o que estão querendo que aconteça, vai virar jurisprudência. E aí, Deputada Luzia de Paula, Deputado não vai poder – e já não pode – quase nada. Agora mesmo, nós vimos uma recomendação do Ministério Público para o Deputado Agaciel Maia de que não pode nada. Nós vamos nos abaixar mais ainda?

Eu peço a votação nominal e a V.Exas. peço que não acompanhem o parecer do Deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	149

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

O Deputado Chico Vigilante pediu votação nominal. Nós estamos votando a constitucionalidade pela Comissão de Constituição e Justiça, e o Deputado Robério Negreiros deu parecer pela inadmissibilidade. Quem acompanhar a inadmissibilidade vote "sim". Quem for contrário à inadmissibilidade vote "não".

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu concordo com os argumentos apresentados aqui, mas houve o acordo de cada um dos Deputados escolher um, e o Deputado Chico Vigilante só escolheu esse. Quanto ao destino desse projeto dele, eu concordo que ele não vai prosperar pelos motivos que V.Exa. colocou, mas, em respeito ao que cada colega indicou...

Muitos, eu sei, talvez até os meus, podem cair pela inconstitucionalidade, como já caíram vários nesta Casa.

Nós já votamos esse projeto mandado pelo Executivo. O Deputado Chico Vigilante busca apenas o reconhecimento de uma luta que travou. S.Exa. buscou só esse projeto para ser votado.

Então, pela harmonia da Casa, eu voto "não".

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	150



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 5/2015	DATA: 15/12/2015
AUTORIA: DEPUTADO CHICO VIGILANTE	PARECER DO RELATOR DA CCJ, DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS, PELA INADMISSIBILIDADE DA MATÉRIA
TURNO: 1º ( X )      2º ( )	RED. FINAL ( )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR			1			
3	CHICO LEITE	REDE		1				
4	CHICO VIGILANTE	PT		1				
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			1			
7	JOE VALLE	PDT		1				
8	JUAREZÃO	PRTB		1				
9	JULIO CESAR	PRB				1		
10	LILIANE RORIZ	PRTB		1				
11	LIRA	PHS		1				
12	LUZIA DE PAULA	REDE		1				
13	PROF. ISRAEL	PV		1				
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB			1			
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
17	RICARDO VALE	PT		1				
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
19	RODRIGO DELMASSO	PTN		1				1
20	SANDRA FARAJ	SD			1			
21	TELMA RUFINO	S/ PART				1		
22	WASNY DE ROURE	PT		1				1
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB			1			
24	CELINA LEÃO	PDT			1			
RESULTADO			1	14	6	3	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
PARECER REJEITADO	
1	VOTOS SIM
14	VOTOS NÃO
6	ABSTENÇÕES
3	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
21	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA SANDRA FARAJ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	151

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: o parecer da Comissão de Constituição e Justiça foi rejeitado com 14 votos contrários, 1 voto favorável e 6 abstenções. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para declaração de voto.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, com todo o respeito ao Deputado Robério Negreiros e podendo correr o risco de pecar com o meu rígido controle de Constitucionalidade, votei pelo não.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente para declaração de voto.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em respeito ao parecer do nosso Relator, Deputado Robério Negreiros, que pertence ao nosso bloco, eu me absteve.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso para declaração de voto.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, meu voto foi “não”, e, apesar disso, eu quero rechaçar, veementemente, algumas declarações que o Deputado Chico Vigilante tem feito à imprensa, dizendo, muitas vezes, que o cartel opera nesta Casa. Eu, desde o início do mandato, Deputado Chico Vigilante, disse a V.Exa. que era favorável ao seu projeto, porque entendo que isso, sim, vai gerar uma concorrência. Eu acredito que esse projeto, não só por causa da operação que está acontecendo, é extremamente meritório. No meu entendimento – esse é o meu entendimento –, não há prejudicialidade constitucional.

Eu acho que todos nós somos responsáveis por aquilo que falamos. Então, eu acredito – mais uma vez, eu repito – que o projeto é extremamente meritório, eu defendo o projeto, mas nós não podemos aceitar que acusações infundadas, sem que se apresentem provas, sejam colocadas neste Parlamento ou sejam ventiladas pela imprensa.

Eu quero lembrar o que nós vivemos ontem aqui, quando houve uma acusação muito séria contra a Presidente da Casa. Eu não faço parte de nenhuma facção criminosa. Votei a emenda da reeleição porque acredito nisso. E quero deixar claro, voto nesse projeto porque acredito nele.

Então, eu quero mais uma vez deixar aqui o meu repúdio a qualquer tipo de declaração que for feita por qualquer Parlamentar, principalmente o Deputado Chico Vigilante, que foi à imprensa e inclusive usou essa tribuna acusando a Presidente da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	152

Casa, dizendo que era chefe de uma facção criminosa. Não faço parte – e tenho certeza de que nenhum Deputado aqui faz – de facção criminosa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Rodrigo Delmasso, nem é preciso que algum Deputado fale isso, até porque a minha questão com o Deputado Chico Vigilante eu vou representar no Conselho de Ética.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Quero deixar isso bem claro, Deputada, pelo seguinte: não estou usando isto aqui como um campo de batalha. O projeto é extremamente meritório, e eu não vou usar essa pauta como campo de batalha.

Era só isso, Sra. Presidente, obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu votei em respeito a uma luta. É a terceira vez que eu voto nessa matéria. Há um trabalho sistemático ao longo desses últimos anos do Deputado Chico Vigilante, que foi pioneiro nesse debate. O governo reconheceu algo que o próprio Ministério Público sugeriu, em função da operação. S.Exa. tem um trabalho que vem desde a CPI; portanto, não é desses quatro últimos anos, há todo um trabalho anterior. S.Exa. identificou esse problema.

Eu até reconheço a argumentação proferida pelo Deputado Robério Negreiros e pela Deputada Celina Leão. Fazem sentido esses entendimentos, como também eu entendo que há, nesse momento, Deputada Sandra Faraj, uma luta política na cidade.

Eu tenho citado o exemplo do Deputado Cícero, e falo o nome dele porque ele se tornou conhecido por um único projeto de lei que era inconstitucional, e o País todo se rendeu a ele, que foi sobre o cinto de segurança. Brasília foi pioneira num projeto de lei inconstitucional, virou referência, e todo o Brasil passou a adotar.

Então, essa questão da constitucionalidade é fundamental, não há dúvida nenhuma, mas não é, para mim, algo sacrossanto. Para mim a sociedade muda a Constituição quando lhe interessa. Então, num processo de luta política, havendo legitimidade, eu não tenho dúvida. O problema é haver legitimidade. Portanto, esse é o motivo pelo qual o meu voto foi contrário ao parecer do Relator da Comissão de Constituição e Justiça.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para declaração de voto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apenas faço uma colocação. O meu voto não analisou o mérito, como eu deixei muito claro. Eu analisei a constitucionalidade e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	153

ainda estou convicto disso. Na questão de muitos projetos de Parlamentares, inclusive projetos meus, quando se tem a dúvida, a gente aprova. Depois, que venha o controle da constitucionalidade pelo Ministério Público e pela decisão da Justiça. Mas esta não é uma constitucionalidade qualquer, porque envolve, como a Deputada Celina Leão, questão de terras. Eu não faço projeto envolvendo questão de terras, porque é algo muito sério aqui no Distrito Federal.

Mas eu quero deixar bem claro que não serei contraditório, porque na CCJ não analisei o mérito do primeiro e segundo turno, eu analisei o meu posicionamento na Comissão de Constituição e Justiça. Como não houve unanimidade, porque muitos se abstiveram, mostra que o tema não é pacificado.

E quero deixar bem claro que, já adiantando, como eu disse que era favorável ao mérito, e se passou na CCJ a questão na constitucionalidade, votarei favoravelmente ao projeto. Nós teremos dois projetos aprovados, o do Executivo e o de um Parlamentar, também respeitando o que o Deputado Wasny de Roure falou, essa questão da luta do Deputado Chico Vigilante. Não é esta Casa que vai apagar a luta e, neste caso, de maneira meritória, serei favorável ao projeto.

Era o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia para declaração de voto.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, do alto da minha experiência de 38 anos de Legislativo, em que passei por todas as situações, assisti a muitas coisas.

Estudei a história política brasileira de 1826, quando foram criados o Senado, o Congresso Nacional, as constituições e muitas outras coisas. Vi muitas coisas nos livros. E vi muita coisa, Deputado Joe Valle, também na prática. Vi muitas pessoas fortes à noite e vi muitas pessoas destruídas no outro dia. E muita gente ser bajulada, ser engrandecida e essas mesmas pessoas caírem em desgraça.

Quero fazer um apelo a esta Casa. Todos têm uma posição, e a Deputada Celina Leão é brilhante nisso. S.Exa. sempre se posicionou e sempre respeitamos a posição dela. Ela passou quatro anos apanhando, sendo Oposição, discutindo como uma guerreira e nós sempre reconhecemos essa grandeza da Presidente. Somos apenas 24 Deputados, essa briga não é boa!

Quero fazer um apelo, primeiro, ao Deputado Chico Vigilante e segundo a esta Casa. Que aproveitem este final de ano e esta época de Natal. Quero pedir ao Deputado Chico Vigilante que dê um conceito diferente de facção – pois existe um conceito diferente da palavra. S.Exa. pode ter uma interpretação, mas a interpretação dada pode ser equivocada. E quero fazer um segundo apelo, Deputada Celina Leão, para que votemos a favor do projeto do Deputado Chico Vigilante.

Mas Deputado Chico Vigilante, eu espero que V.Exa. concorde com outro termo conceitual de facção. O que é facção? É um grupo de indivíduos partidários de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	154

uma mesma causa em oposição à de outros grupos. No Império Romano, as facções formavam-se entre os lutadores de circo e seus respectivos torcedores. Mais tarde, formaram-se entre diversos grupos da cidade e do campo, que rivalizavam-se entre si na modernidade. O termo passou a designar uma espécie de que cada grupo antagônico que disputa uma supremacia política. Este é o conceito. Não é o conceito de facção da maneira pseudo, que é utilizado quando se coloca facção como algo envolvido com bandidagem.

Deputado Chico Vigilante, para que eu tenha credibilidade para pedir a esta Casa para fechar a questão do voto favorável ao seu projeto, peço que V.Exa. concorde com esse conceito de facção, não o que os nossos colegas estão entendendo que é.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu ouvi o Deputado Bispo Renato Andrade, o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Chico Leite, o Deputado Agaciel Maia e o Deputado Wasny de Roure.

Talvez eu e o Deputado Agaciel Maia sejamos as duas pessoas aqui que têm mais vivência, não política – ele lá no Senado e eu no sindicato –, mas eu, defendendo o interesse dos trabalhadores, e ele, compreendendo e me ajudando.

Há muita gente que não sabe, mas, uma vez, uma empresa estava para desaparecer, e o Deputado Agaciel Maia, então diretor do Senado, concordou comigo e determinou à doutora Josefina, que era uma brilhante advogada, que pegasse os valores e pagasse diretamente aos trabalhadores, durante três meses, até que ele fizesse uma licitação. Portanto, o meu respeito ao Deputado Agaciel Maia vem desde esse tempo.

Eu convivi aqui durante quatro anos com a Deputada Celina Leão. Ela do jeito dela, e eu do meu jeito. Há outros Deputados por quem tenho um carinho enorme. Ainda agora eu dizia ao Deputado Chico Leite que a gente não consegue ficar com raiva da Deputada Liliane Roriz, da Deputada Luzia de Paula e de outros Deputados.

Se há alguém que quer a harmonia desta Casa, esta pessoa sou eu. Portanto, concordo com a proposição colocada por V.Exa. aqui, que foi fundo, lá no livro romano. Embora pareça, nós não combinamos nada, porque hoje também falei de algo romano. Concordo com a proposição de V.Exa. e vou além. Peço desculpas a qualquer pessoa que se sentiu ofendida com o que eu falei. Portanto, já tenho a unanimidade da Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero agradecer o gesto de V.Exa., Deputado Chico Vigilante. Eu sou uma mulher conhecida pela minha maior característica, que talvez seja revelada pela coragem. E acho que V.Exa. foi muito corajoso também de... A gente, às vezes, é muito nobre quando pede desculpa. Eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	155

aceito o pedido de desculpa de V.Exa. e irei dar um gesto de grandeza como V.Exa. deu. Mesmo sabendo da inconstitucionalidade do seu projeto, vou votar pela aprovação dele, porque V.Exa. teve uma luta em cima disso. Eu acho que todos nós Parlamentares aqui já votamos, muitas vezes, alguns projetos inconstitucionais, mas sempre respeitando a luta dos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro para declaração de voto.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro, eu quero dizer que, na conversa com o Deputado Chico Vigilante, S.Exa. já tinha, inclusive, me pedido apoio ao projeto. Fui até o nebulizador – para quem não sabe, o nebulizador é o lugar onde eu fumo ali fora – e foi o tempo em que se leu aqui o parecer da CCJ, aliás um parecer muito bem feito, muito bem lido pelo Deputado Robério Negreiros, porque não entrou no mérito da questão. S.Exa. apenas analisou os aspectos que devem ser apreciados dentro de uma comissão de constituição e justiça.

Diria que o projeto do Deputado Chico Vigilante padece, neste momento, de dois vícios. O primeiro é a inconstitucionalidade, e o segundo é a perda de objeto, porque o projeto anterior, que foi votado, já contemplaria a situação exposta pelo projeto do Deputado Chico Vigilante, que é um projeto que marcou S.Exa. em vários mandatos.

Então, independentemente, ou sem embargo, ou sem prejuízo do brilhantismo do voto proferido na CCJ pelo Deputado Robério Negreiros, este momento aqui é para analisar mérito. Eu vou, até em homenagem, Deputado Chico Vigilante, ao compromisso que tinha assumido e principalmente a esse gesto de grandeza de V.Exa. em reconhecer o conceito original trazido pelo Deputado Agaciel Maia, já vou antecipar também o meu voto favorável.

Digo-lhe mais: na condição de advogado há 36 anos, tenho consciência de que existem severas restrições à constitucionalidade, mas, ainda assim, acho que neste momento é mais importante homenageá-lo. Por isso antecipo já o meu voto em favor do projeto de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia para declaração de voto.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero encerrar a minha participação somente para concluir, pedindo exatamente por essa grandeza de V.Exa. e do Deputado Chico Vigilante para que a Casa possa votar fechada no projeto dele, em reconhecimento de que possamos manter a harmonia, mesmo com posições e ideais diferentes, para que esta Casa possa caminhar de mãos dadas entre os próprios colegas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Agaciel Maia.  
Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo para declaração de voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	156

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é apenas para fazer constar nas notas taquigráficas que, do ponto de vista do mérito, eu também não encaminhei o projeto da primeira vez porque imagino que o Legislativo não possa legislar sobre ampliação de uso ou mudança de destinação.

Então, do ponto de vista constitucional, eu sou contrário ao projeto. Porém, tendo em vista o gesto do Deputado Chico Vigilante, Deputada Celina Leão, de pedir desculpas pelas palavras ofensivas que dirigiu aos Deputados e à V.Exa., vou votar pela aprovação do projeto no campo meritório.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar para declaração de voto.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu também gostaria neste momento de me dirigir ao Deputado Chico Vigilante, que também nos procurou para que apoiasse o seu projeto.

Na verdade, eu já havia manifestado a minha intenção em apoiá-lo semanas atrás. Mas realmente o dia de ontem é um dia que nós devemos tirar da nossa mente, pelas palavras proferidas pelo nobre Deputado. Estas fizeram com que eu saísse daqui ontem um pouquinho chateado, porque eu nunca imaginei ouvir essa palavra que foi dita aqui ontem para nós Deputados. Até porque o ganhar e o perder faz parte do jogo.

Fiz questão de não votar no momento em que era necessário, até porque havia procurado o Deputado Chico Vigilante. Eu até pedi para que ele tivesse esse gesto, juntamente com o Deputado Wellington Luiz. Na verdade, nós estávamos aguardando que ele procedesse dessa maneira, como na verdade o fez.

Eu quero aqui registrar a minha satisfação em tê-lo como amigo, parceiro, Deputado desta Casa. E quero dizer à V.Exa. que pode contar com o meu voto. Por mais que o projeto seja inconstitucional, o mérito que V.Exa. tem por, durante muito tempo, ter batalhado por esse projeto, é mais que justo.

Então, eu quero parabenizar V.Exa. pela atitude que teve. E pode contar com o meu apoio.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Lira para declaração de voto.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a princípio eu estava contra esse projeto, mas, diante das últimas circunstâncias, e também depois de poder ouvir o Deputado Chico Vigilante e em respeito à pessoa de S.Exa., eu já antecipo o meu voto, que será favorável ao projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	157

Mas eu quero pedir aos nobres Deputados e também a V.Exa. para que possamos dar celeridade à votação dos projetos, porque já estamos na quarta-feira. Espero que possamos sair daqui pelo menos até as 5h da manhã. Está certo? Porque nesse ritmo vamos levar ainda mais umas oito ou nove horas do dia. É isso, Sra. Presidente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade para declaração de voto.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para declaração e voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria, primeiro, de exaltar o gesto de V.Exa. e do Deputado Chico Vigilante.

Há momento da nossa vida que é extremamente desconfortável, Deputado Chico Vigilante – V.Exa. que é meu amigo já de muitas datas. E quando me abstive na Comissão de Constituição e Justiça, Comissão da qual sou membro, eu não me senti confortável em votar “não”, mas também não me senti confortável em votar “sim”; me abstive.

Quero agradecer V.Exa. por esse gesto de extrema grandeza, porque V.Exa. é um homem de gestos nobres, por ter pedido desculpa pelas palavras ditas. Estas nem sempre saem como nós gostaríamos. Quantas vezes nós erramos? Agradecer também à Deputada Celina por ter aceitado esse pedido de desculpas e por ter estendido isso à Casa como todo. Já havia adiantando a V.Exa. que, no mérito, eu votaria esse projeto. Então fica aqui apenas esse registro de agradecimento pelo gesto de grandeza de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz para declaração de voto.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero parabenizar a V.Exa., quero parabenizar...

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, deixa eu explicar uma coisa. A gente está votando, a gente tem que terminar a pauta do Executivo. O da Defensoria só pode ser o último. Quando vocês gritam, os Deputados têm que parar de falar, e demora mais ainda. A gente vai votar.

Deputado Wellington Luiz, prossiga.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, mais uma vez, quero parabenizar V.Exa. e quero parabenizar o Deputado Chico Vigilante. Eu acho que foi uma verdadeira demonstração de maturidade, de grandeza. Eu dizia aqui para o Deputado Chico Vigilante que isso demonstra que nós estamos preparados para enfrentar todas as adversidades. Eu acho que era disso mesmo que se precisava.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	158

Todos nós estávamos prontos para votar um dos projetos mais importantes que esta Casa já enfrentou.

Então eu quero parabenizar o senhor. Eu pedia muito que houvesse esse gesto. Eu acho que o dia de ontem passou, ficou para trás, e essas adversidades nós vamos continuar enfrentando, mas temos que saber enfrentar isso de cabeça erguida. O que ficou para trás ficou.

Parabéns para o senhor, parabéns para a Deputada Celina Leão. É isso mesmo. Quando tiver que pedir desculpas, tem que pedir desculpas, e o senhor fez, pediu desculpas sem qualquer viadagem, é isso mesmo. Parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu não ia falar, mas pedi autorização para falar em respeito a todos os colegas, muito especialmente em respeito à condução que V.Exa. tem dado a esta Casa e em respeito ao Deputado Chico Vigilante e ao Deputado Robério Negreiros, que proferiu um parecer nos moldes do que temos de entendimento. São duas as linhas, eu já tive oportunidade duas vezes de fazer esse debate na CCJ como relator.

Uma diz que há modificação de área, disposição sobre área, ampliação de área e, por isso, como é corolário do poder de administrar, teria que ser iniciativa do Poder Executivo.

Há um outro entendimento – que eu segui, nas duas oportunidades em que fiz o debate – que diz que a Lei Complementar nº 294, que é modificada por esse PLC do Deputado Chico Vigilante, na realidade, impõe uma proibição específica. O que o Deputado Chico Vigilante faz com a sua PELO é retirar a proibição. Então ele não amplia, ele não dispõe, ele retira a proibição apenas. Na nossa avaliação, se houvesse ampliação, aí sim, se estaria dispondo.

Agora eu quero dizer muito especialmente ao Deputado Robério Negreiros, que fez um parecer bem lastreado, que há, de fato, essas duas linhas, de maneira que V.Exa. também teve fundamento para chegar a essa conclusão. Eu tinha, Sra. Presidente, de declarar a minha manifestação, fundamentá-la por respeito a todos os colegas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Conforme o art. 95, XIV, solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para proferir o parecer sobre o voto vencido.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, designo o Deputado Chico Leite para proferir o relatório sobre o voto vencido.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	159

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o voto vencido.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer do vencido da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a instalação de postos de abastecimento, lavagem e lubrificação nos estacionamentos de supermercados, hipermercados, *shopping centers* e similares no Distrito Federal”.

Sra. Presidente, profiro nos termos do fundamento que já declinei aqui. Quer dizer, com a hipótese de apenas retirar, em que ele retira a proibição, o projeto pode ser de iniciativa parlamentar. É nesse sentido que eu me manifesto. Aliás, todas as vezes em que tive qualquer dúvida ou em que havia mais de uma linha, eu sempre me manifestei de acordo com a nossa atribuição, com a nossa iniciativa, com a iniciativa do Parlamento – que já tem as iniciativas tão limitadas pela Constituição Federal.

É assim como me manifesto, Sra. Presidente, pela admissibilidade no voto vencido.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o PLC nº 5, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	160



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 5/2015	DATA: 16/12/2015
AUTORIA: DEPUTADO CHICO VIGILANTE	
TURNO: 1º ( X )      2º ( )	RED. FINAL ( )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JOE VALLE	PDT	1					
8	JUAREZÃO	PRTB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
19	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					1
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNÝ DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					1
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			24	0	0	0	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
24	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
0	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
24	QUÓRUM VOTANTE

  
SECRETÁRIA DA SESSÃO  
DEPUTADA SANDRA FARAJ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	161

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 24 votos favoráveis.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Vamos suspender a sessão por cinco minutos, para organizarmos a pauta de votação.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 0h14min, a sessão é reaberta às 0h27min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está reaberta a sessão.

Item extrapauta nº 10:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 812, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$30.748.666,00 (trinta milhões, setecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 726, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre polo atrativo de trânsito previsto no art. 93 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências”.

(Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu quero fazer um apelo aos colegas Deputados, ao Líder de Governo. Todos sabem que nós trabalhamos de maneira bastante centrada naquela questão da regularização do SAAN. Fizemos audiência, há um trabalho, uma contribuição. Essa receita vai ajudar o governo em matéria de investimentos, vai ajudar o IPTU em matéria de uma receita permanente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	162

Então, faço um apelo aos colegas: se eu puder contribuir de alguma maneira, estou disponível, mas não deixemos de votar o Projeto de Lei Complementar nº 41. Inclusive, fiz emendas de retirada de áreas, mas creio que tudo é passível de diálogo. Eu faço esse apelo, Presidenta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

Tramitação concluída. Foram apresentadas duas emendas de plenário.

A Presidência designa o Deputado Wellington Luiz para emitir parecer sobre as emendas ao projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre as emendas ao projeto.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários à Emenda Modificativa nº 4 e à Emenda Aditiva nº 5, apresentadas ao Projeto de Lei nº 726, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre polo atrativo de trânsito previsto no art. 93 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que ‘institui o Código de Trânsito Brasileiro’, e dá outras providências”.

Somos pela aprovação da Emenda Modificativa nº 4 e da Emenda Aditiva nº 5, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras. É assim que nos manifestamos, nobre Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa ao Deputado Chico Vigilante para emitir parecer sobre as emendas ao projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as emendas ao projeto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo à Emenda Modificativa nº 4 e à Emenda Aditiva nº 5 apresentadas ao Projeto de Lei nº 726, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre polo atrativo de trânsito previsto no art. 93 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	163

setembro de 1997, que 'institui o Código de Trânsito Brasileiro', e dá outras providências".

Sra. Presidente, parecer sobre as emendas de plenário de primeiro turno. Eu vou ler as emendas para que todos os Deputados tenham conhecimento.

Emenda Modificativa nº 4: "Altere-se o art. 7º do Projeto de Lei nº 726, de 2015, com a seguinte redação:

Art. 7º Estarão isentos do pagamento a que se refere o art. 6º os empreendimentos vinculados a programas habitacionais de interesse social e aqueles de propriedade da administração direta da União, dos estados, do Distrito Federal e municípios, excetuando-se aqueles componentes de parceria público-privada – PPP.

§ 1º Na hipótese do *caput*, caso o empreendimento seja enquadrado na exigência do EIV, o empreendedor deverá executar as medidas mitigadoras e compensatórias, além de cumprir as demais determinações contidas em legislação específica.

§ 2º O pagamento a que se refere no art. 6º, nos casos de parceria público-privada, será efetuado pelo setor privado."

Emenda Aditiva nº 5, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, ao Projeto de Lei nº 726, de 2015: "Acrescente-se ao art. 10 do Projeto de Lei nº 726/2015 o parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 10 (...)

Parágrafo único. Na composição do Comitê de Mobilidade Urbana, será assegurado, no mínimo, 1/5 (um quinto) das vagas para representantes da sociedade civil domiciliados no Distrito Federal, que exercerão as suas funções, independentemente de qualquer remuneração."

Sra. Presidente, o nosso parecer é pelo acatamento das duas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre o projeto e as emendas.

Solicitado à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	164

Constituição e Justiça à Emenda Modificativa nº 4 e à Emenda Aditiva nº 5 apresentadas ao Projeto de Lei nº 726, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre polo atrativo de trânsito previsto no art. 93 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que ‘institui o Código de Trânsito Brasileiro’, e dá outras providências”.

Sra. Presidente, as Emendas nºs 4 e 5 atendem os princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não havendo óbice a sua aprovação. Assim, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade das Emendas nºs 4 e 5.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas e o projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece correções da Listagem de Endereçamentos Segundo Parâmetros Urbanísticos – Anexo VII do Plano Diretor Local de Taguatinga, Lei Complementar nº 90, de 1998”.

Conforme acordo celebrado com a Deputada Sandra Faraj, estamos colocando o item em pauta.

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A Comissão de Assuntos Fundiários; a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	165

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu não consegui entender um projeto que ainda não foi apreciado nas Comissões. Eu havia feito uma questão sobre o Projeto de Lei Complementar nº 41, aquele que se refere ao SAAN – Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte – e que tem uma outra parte, que é o fundo garantidor das PPP – Parcerias Público-Privadas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu acho que ele não obteve acordo no Colégio de Líderes para ser votado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Obteve, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O das PPPs não.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu, então, não entendo por que não. Eu gostaria de saber por que não há acordo para se votar aquele projeto. Acho que precisa ter informação. Se o Colégio de Líderes tem uma opinião, acho que é bom informar o que é de interesse. Para esse ou aquele Deputado, se vota. Contudo, outros que estão acompanhando o debate são excluídos do processo. Eu quero entender esse tipo de coisa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wasny de Roure, V.Exa. sabe que tenho o maior respeito por V.Exa. Hoje, como era o último dia, eu não convidei só os Líderes, convidei os Deputados para participarem. Sentimos a ausência da Liderança do bloco do PT, mas a gente não pode também prejudicar...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, eu tinha uma audiência com o Secretário Júlio, às 9h da manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acho que o questionamento, Deputado Wasny de Roure, não é por não saber, até mesmo porque o Colégio de Líderes...

Ou o Líder de V.Exa. deveria ter ido ou deveria ter sido convocado o Vice-Líder para passar o aconteceu no Colégio de Líderes. Contudo, acho que não nos custa nada discutir com os Líderes qual foi o problema do projeto – entendeu? – e não reclamar do Colégio de Líderes.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Na realidade, Deputado Wasny de Roure, o Projeto de Lei nº 738 tinha duas situações. A sua ementa, no *caput*, falava sobre a questão de alienação de terrenos e, no seu descritivo, se colocava no meio a questão do fundo garantidor das PPPs e outras coisas. Eu, inclusive, levantei essa situação, pois, na minha avaliação, são duas coisas distintas. O fundo garantidor de PPP tem que ser por uma lei, e a questão de avaliação dos terrenos, por outra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	166

Na época em que foi levantado isso, o governo se comprometeu a fazer o desmembramento e mandar para a Câmara Legislativa dois projetos. Tanto, que mandou para cá o projeto dos terrenos, mas não mandou o projeto do fundo garantidor das PPPs. Foi essa a discussão que, inclusive, eu levantei no Colégio de Líderes e a maioria dos membros foram favoráveis em não ter acordo para o Projeto de Lei nº 738, de 2015.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Eu queria só dizer que, quanto ao Projeto de Lei Complementar nº 41, estou solicitando agora sua inclusão na pauta, para que a gente possa votá-lo no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Houve acordo após o Colégio de Líderes?

DEPUTADO JULIO CESAR – Acabamos de acertar os entendimentos e vamos votar o Projeto de Lei Complementar nº 41. Está bom, Deputado Wasny de Roure?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência designa a Deputada Telma Rufino para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Telma Rufino, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre o PLC nº 46, de 2015.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	167



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Comissão de Assuntos Fundiários - CAF



PARECER Nº /2015 - CAF

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS sobre o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 46, de 2015, que *"Estabelece correções da Listagem de Endereçamentos Segundo Parâmetros Urbanísticos - Anexo VII do Plano Diretor Local de Taguatinga, Lei Complementar nº 90/1998"*.

**Autor: Poder Executivo**

**Relatora: Deputada Telma Rufino**

## I – RELATÓRIO

O projeto, ora submetido à análise desta Comissão, corrige a listagem de "Endereçamentos Segundo Parâmetros Urbanísticos" do Anexo VII, do Plano Diretor Local de Taguatinga, Lei Complementar nº 90, de 12 de março de 1998, na forma das planilhas anexadas à proposição, e convalida os atos administrativos adotados e publicados pelo Poder Executivo, de 12 de março de 1998 até a data de publicação desta Lei Complementar.

Seguem as costumeiras cláusulas de vigência e revogação.

Por meio da exposição de motivos nº 390.000.025/2015 – GAB/SEGETH, esclarece o Senhor Secretário de Gestão do Território e Habitação – SEGETH, que o projeto tem o propósito de estabelecer parâmetros urbanísticos aplicáveis aos endereços em comento, para que a Administração seja dotada de parâmetros técnicos e jurídicos para a convalidação, análise e aprovação de projetos.

Ressalta que, além dos erros materiais do Anexo VII detectados à época, durante o processo de análise e tramitação dos projetos arquitetônicos nas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	168



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Comissão de Assuntos Fundiários - CAF



Administrações Regionais, foram também constatadas incoerências em usos e em índices urbanísticos no citado anexo.

A exposição de motivos também esclarece que a minuta do PLC foi submetida em consulta pública, realizada pela SEGETH em 29/09/2015, e que a minuta foi aprovada na 50ª Reunião Extraordinária do CONPLAN, realizada em 22/10/2015.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

A proposição foi distribuída em regime de urgência à Comissão de Assuntos Fundiários – CAF, e à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ.

É o breve Relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 68, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à Comissão Assuntos Fundiários- CAF analisar e emitir parecer sobre o mérito de proposições que versem sobre aquisição, administração, utilização, alienação de bens públicos, plano diretor de ordenamento territorial e planos diretores locais, parcelamento do solo e política fundiária.

A proposição aqui analisada versa sobre a definição de parâmetros de uso e ocupação do solo para as cidades de Taguatinga e Águas Claras, consoante planilha anexa à proposição.

Em relação ao Anexo I do PLC, observa-se:

**1 – Lotes a incluir na listagem de Endereçamento Segundo Parâmetros.**

(o Anexo VII do PDL encontrava-se incompleto, lotes que não constavam da listagem e por conseguinte não possuíam parâmetros urbanísticos);

**2 – Correção na indicação de categoria de lote por uso na coluna "Tipo de Lote por Uso".**

(recategorização do uso do solo nos lotes indicados, em conformidade com a vizinhança);



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	169



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Comissão de Assuntos Fundiários - CAF



**3 – Restrição de 2 domicílios na coluna "Quantidade de Domicílios".**

(adequação de lotes unifamiliares que não tinham a indicação de "2 domicílios");

**4 – Indicação de (-) na coluna "Quantidade de Domicílios".**

(adequação de lotes de habitação coletiva que estavam descritos como "2 domicílios");

**5 – Correções de endereçamento.**

(endereços incompletos, errados ou com lotes a mais);

**6 – Incluir "Isento" na coluna "Taxa de Permeabilidade".**

(a norma anterior – NGB, permitia aos citados lotes 100% de ocupação no Térreo, e isenção da taxa de permeabilidade);

**7 – Retirar "Nota 3" na coluna "Observações".**

(indicação indevida da "Nota 3 – não serão computadas no cálculo da área de construção, as áreas do pavimento térreo ocupadas com uso comercial, em até 50% da área do lote");

**8 – Incluir "Nota 3" na coluna "Observações".**

(ausência da indicação da "Nota 3 – não serão computadas no cálculo da área de construção, as áreas do pavimento térreo ocupadas com uso comercial, em até 50% da área do lote");

**9 – Incluir "Nota 2" na coluna "Observações".**

(ausência da indicação da "Nota 2 – lotes destinados a quiosque ...");

**10 – Incluir afastamento ou faixa *non aedificandi*, na coluna "Afastamento".**

(ausência da indicação de exigência de faixas *non aedificandi* para passagem de redes e de serviços públicos);

**11 – Incluir "Isento" na coluna "Estacionamento".**

(ausência da indicação de isenção de estacionamento para os casos previstos no art. 85 do referido PDL);



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	170



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Comissão de Assuntos Fundiários - CAF



Ressaltando que os Coeficientes de Aproveitamento para os lotes constantes no PLC foram modificados pela SEGETH, em conformidade com o Anexo V, da Lei Complementar nº 803/2009 – PDOT, atualizada pela Lei Complementar nº 854/2012.

Salientamos que, na citada audiência pública da SEGETH, realizada em setembro de 2015, o representante da Comissão de Assuntos Fundiários desta Casa, solicitou a inclusão nos documentos técnicos do PLC, de uma tabela comparativa dos lotes com a situação atual e com a situação proposta, para facilitar o entendimento e agilizar a tramitação. A sugestão foi acatada pelos técnicos da SEGETH, porém não foi incorporada ao projeto em comento.

Lamenta-se também que a minuta deste Projeto de Lei Complementar esteve à disposição para apresentação desde a reunião do CONPLAN realizada em outubro de 2015, e que, somente em 9 de dezembro tenha sido protocolada nesta Casa.

Para concluir, a definição dos parâmetros urbanísticos propostos pelo PLC ocorre pela ausência de uma Lei de Uso e Ocupação do Solo, ainda em Estudos Preliminares pela SEGETH, sem equipe ou grupo de trabalho definidos ou data para a conclusão dos estudos, apesar de haver tramitado nesta Casa o PLC 79/2013, que *"Aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS, nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências"*.

A definição presente no PLC é necessária para a continuidade da implantação de novos empreendimentos e para a segurança jurídica das edificações que obtiveram Alvará de Construção e carta de Habite-se.

Feitas essas breves considerações, somos finalmente pela **APROVAÇÃO**, no mérito, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2015, no âmbito desta Comissão de Assuntos Fundiários, *A CATANDO O PARECER DA CCS,*

Sala das Comissões, em

Deputado .....  
PRESIDENTE

  
Deputada **TELMA RUFINO**  
RELATORA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	171

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece correções da Listagem de Endereçamentos Segundo Parâmetros Urbanísticos – Anexo VII do Plano Diretor Local de Taguatinga, Lei Complementar nº 90, de 1998”.

Estando as emendas nos termos do art. 64, sou de parecer favorável, pela admissibilidade e aprovação das emendas constantes do referido processo.

É o parecer, Sr. Presidente.

Só fazendo a retificação, o parecer é só pela admissibilidade e aprovação do projeto, já que não há emendas.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	172

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	173



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 46/2015	DATA: 16/12/2015
AUTORIA: ( X ) PODER EXECUTIVO	
TURNO: 1º ( X )      2º ( )	RED. FINAL ( )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JOE VALLE	PDT	1					
8	JUAREZÃO	PRTB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
19	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			23	0	0	1	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
23	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
1	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
23	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA LILIANE RORIZ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	174

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 24 votos favoráveis.

Retifico a votação: o Deputado Chico Leite não estava presente em plenário, então, são somente 23 votos favoráveis.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 826, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Federal nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, a Lei Federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, a Lei nº 4.022, de 28 de setembro de 2007, a Lei nº 4.242, de 10 de novembro de 2008, a Lei nº 4.676, de 17 de novembro de 2011, a Lei nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011, a Lei nº 4.733, de 19 de dezembro de 2011, a Lei nº 4.882, de 11 de julho de 2012, a Lei nº 4.997, de 19 de dezembro de 2012, e a Lei nº 5.287, de 30 de dezembro de 2013, e dá outras providências”. (Pausa.)

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 764, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “altera a Lei nº 4.022, de 28 de setembro de 2007, que ‘altera a lei nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, que instituiu a Taxa de Limpeza Pública no Distrito Federal e dá outras providências’, a Lei nº 4.242, de 10 de novembro de 2008, que ‘concede isenção de imposto às operações que especifica e dá outras providências’, a Lei nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011, que ‘dispõe sobre as isenções do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, prorroga a vigência das isenções da Taxa de Limpeza Pública e dá outras providências’, e a Lei nº 4.733, de 29 de dezembro de 2011, que ‘concede isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA na aquisição de veículos novos e dá outras providências’, a fim de prorrogar, até 31 de dezembro de 2019, benefícios tributários relativos à Taxa de Limpeza Pública, ICMS, IPVA e IPTU; em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 683, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “altera a lei 4.733, de 29 de dezembro de 2011, que ‘concede isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA na aquisição de veículos novos e dá outras providências’”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 826, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Federal nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, a Lei Federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, a Lei nº 4.022, de 28 de setembro de 2007, da Lei nº 4.242, de 10 de novembro de 2008, a Lei nº 4.676, de 17 de novembro de 2011, a Lei nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011, e a Lei nº 4.733, de 29 de dezembro de 2011, a Lei nº 4.882, de 11 de julho de 2012, a Lei nº 4.997, de 19 de dezembro de 2012, a Lei nº 5.287, de 30 de dezembro de 2013, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	175

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o projeto e sobre a emenda apresentada.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, peço a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 133 com esse.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nos termos de consulta, tanto da recomendação feita por escrito, da consulta feita verbalmente por V.Exa. e depois pelo Deputado Chico Vigilante, eu acho muito arriscada a votação desses projetos. Eu acho que poderíamos utilizar o Deputado Chico Leite para que S.Exa. fosse lá, para não corrermos o risco de responder a uma ação de improbidade administrativa os Deputados que votarmos a favor desse projeto.

Boa vontade não falta para podermos aprovar, mas eu acho muito arriscado. Podemos empanar todo o trabalho que nós fizemos durante o esforço todo desse semestre, se aprovarmos um projeto em que todos os Deputados passem a responder por ação de improbidade administrativa.

Portanto, eu queria fazer um apelo a V.Exa., que ouviu de viva-voz os promotores, no sentido de acatar essa questão de ordem. Eu acho muito arriscado votarmos esse projeto com a confirmação de que todos nós que votarmos a favor estaremos sujeitos a responder a uma ação de improbidade.

Era isso que eu tinha a dizer.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu tenho o entendimento, Deputado Agaciel Maia, de que, se não me falha a memória, esse projeto de lei que o governo encaminhou passou pela Procuradoria do Distrito Federal e me parece que, no pré-requisito previsto na legislação, que é a previsão da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Complementar nº 101, que é a Lei de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	176

Responsabilidade Fiscal, já há a previsibilidade. Portanto, eu não vejo essa dificuldade.

Eu até acho que o Deputado Agaciel Maia tem razão num outro entendimento. Esse é muito mais de caráter político, porque, quando o IPVA zero foi implantado, houve a compreensão e um acordo com as concessionárias de que se estabeleceria um amplo programa de estágio para reduzir, dentro do Distrito Federal, a questão do adolescente em faixa de risco para criar uma alternativa de trabalho.

O Deputado Agaciel Maia tem essa compreensão, mas esse projeto do IPVA Zero tem uma relevância, Sra. Presidente, que não é do ponto de vista do IPVA em si, mas do ponto de vista do ICMS que Brasília deixa de receber. O veículo passa a ser comercializado no Estado de Goiás; portanto, o ICMS vai para Goiás e, conseqüentemente, perdemos o ICMS e o IPVA.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wasny de Roure, V.Exa. é membro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Se o Deputado Agaciel Maia não relatar o projeto, V.Exa. aceita ser o relator?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sim, Sra. Presidente.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente e Sr. Líder do Governo, solicito a inclusão na Ordem do Dia de um projeto que não é meu, não é de nenhum Deputado; é do Executivo. É o Projeto de Lei nº 751, de 2015, que foi aprovado hoje na CEOF. Ele trata, Deputado Julio Cesar, de duas temáticas: uma é a questão da contrapartida. Os editais do FAC – Fundo de Apoio à Cultura estão trabalhando sem contrapartida. Só que, para que isso seja validado, precisa de uma alteração na LDO. O projeto faz isso e, ao mesmo tempo, permite o pagamento de horas extras em casos de situações de risco.

Já conversei com o governo, o projeto foi aprovado hoje na CEOF e ele seria de extrema relevância para a área da cultura e para a questão de serviços emergenciais. Por isso eu gostaria de solicitar a inclusão na Ordem do Dia, com o aval da Liderança do Governo.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, respondendo ao Deputado Cláudio Abrantes, o meu pedido de uso da palavra é para consultar os Líderes a respeito da inclusão de mais quatro projetos. Um deles é o que foi citado pelo Deputado Cláudio Abrantes, o Projeto de Lei nº 751, de 2015.

Eu gostaria de solicitar a inclusão do Projeto de Lei nº 834, um crédito suplementar no valor de R\$178.280,00 (cento e setenta e oito mil, duzentos e oitenta reais), para publicidade da Codhab, do SLU, da Emater e do Iprev; e do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	177

Projeto de Lei nº 824, de 2015, de autoria da Casa Civil, que também é para publicidade do governo. Então, se houver acordo com os Líderes, solicito a inclusão desses três projetos na Ordem do Dia, bem como do convênio do CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, o Proc. nº 19.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apenas quero informar que na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, dos quatro membros, nem eu e nem o Deputado Rafael Prudente votamos. O projeto obteve apenas dois votos na Comissão, e só foi aprovado porque o Deputado Rafael Prudente estava presente e se absteve.

Se houver alguém da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que queira se habilitar a emitir o parecer e se V.Exa., que fez a consulta verbal ao Ministério Público, entender que vale a pena correr o risco... Eu, como fui citado nominalmente, não vou correr o risco. Sei o que é uma ação de improbidade administrativa, sei os custos que ela leva para o sujeito, o sofrimento e os gastos. Eu já estou meio velho para assumir essa responsabilidade.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero deixar claro também que hoje estávamos presentes, no momento da votação, se não me engano, eu, o Deputado Julio Cesar e o Deputado Prof. Israel.

Foi pedida pelo Líder do Governo a inclusão do item. Eu o incluí na pauta, coloquei em votação e me abstive, no momento, justamente por essa recomendação do Ministério Público. Se a recomendação foi para o Presidente da Comissão – e eu a estava presidindo no momento, eu coloquei o meu voto como “abstenção”. Então era só para fazer este registro aqui. Quando vem uma recomendação do Ministério Público, acredito que seja para ser seguida e tomadas algumas providências.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, preciso de esclarecimento sobre o nº 751. Até pela complexidade do projeto, eu gostaria de saber mais detalhes.

Com relação ao nº 824, não há acordo, já tinha antecipado – é um crédito de 1 milhão e meio. Então, com relação a esse, não há acordo.

Eu gostaria de saber qual é o outro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	178

DEPUTADO JULIO CESAR – É o nº 834, que é um crédito de R\$178.280,00 (cento e setenta e oito mil, duzentos e oitenta reais) para publicidade da Codhab, SLU, Emater e Iprev.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ok. Isso V.Exa. já tinha solicitado, e parece-me que não há problema.

DEPUTADO JULIO CESAR – É que não tinha sido feito de um modo geral. Mas peço reconsideração de V.Exa. ao crédito do Projeto de Lei nº 824, porque é de suma importância para a Casa Civil. Ele é o da publicidade que será feita pelo pacto da vida. É uma reivindicação dos órgãos de comunicação, porque o GDF não vem fazendo propagandas. Aí, é uma maneira também, neste final de ano, de contemplar as emissoras de TV, rádio, *blog*. Isso seria importante.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputado, eu vou conversar com os Deputados do bloco, para a gente tentar chegar a um entendimento.

E com relação ao nº 751?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Julio Cesar, eu só peço a V.Exa., se houver acordo dos Líderes para votar esse crédito de publicidade da Casa Civil, que o Helinho Malvadeza pare de visitar os veículos de comunicação tentando difamar os Deputados Distritais; porque, quando é na Justiça, como foi com os seis Deputados que representaram comigo, ele tem que desmentir as mentiras que fala. Fica até feio.

Eu não tenho nenhuma objeção em votar esse crédito, mas eu quero fazer este registro aqui. O Helinho Malvadeza tem que parar de ficar passeando nos veículos de comunicação, em nome do Governo do Distrito Federal.

DEPUTADO JULIO CESAR – Se for para ele, eu estou fora, hein? Estou fora. Não aceito, não. Nem eu quero votar, viu, Sra. Presidente?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Para mim, dada a insignificância dele, é indiferente.

Eu gostaria de saber do nº 751.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o nº 751 trata especificamente de dois temas. Um, no tocante à cultura, porque os editais do FAC deste ano trouxeram a inovação de que os empreendimentos não precisam de contrapartida. Entende-se que a ação cultural já é uma contrapartida. Ótimo. Só que, para que isso fosse validado, era necessária uma alteração na LDO, incluindo a cultura nas questões em que a contrapartida poderia ser dispensada. Esse é um dos itens.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	179

O outro é o que permite o pagamento de horas extras em casos emergenciais, desastres, coisas do tipo, para outras áreas, que não necessariamente só saúde e segurança.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, deixem-me retomar, porque nós estamos no meio da discussão do crédito. Eu vou pedir para que nos fixemos nisso, senão cada um entra num projeto diferente.

O Deputado Agaciel Maia começou a dar o parecer e fez uma solicitação, explicando que tinha dificuldade por conta da recomendação do Ministério Público. O Deputado Bispo Renato Andrade está pedindo a palavra sobre o mesmo tema. Vamos nos centrar nesse tema, para avançarmos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu integro a Comissão, eu tenho insistido nessa ponderação muito antes do Ministério Público. Os colegas da minha Comissão hão de se lembrar muito bem disso, e também os assessores que acompanham aquela Comissão. Inclusive, recentemente, a Deputada Liliane Roriz até ficou um tanto aborrecida comigo por conta de alguns posicionamentos em matéria de renúncia fiscal.

No entanto, o Deputado Agaciel Maia é o Presidente da Comissão. Eu estou para contribuir. Se há dúvida da Casa, Deputado Bispo Renato Andrade e Deputada Celina Leão, eu não tenho a menor dificuldade de entender que a gente espere e consulte o Ministério Público. Porque as informações da Dra. Paola, que é uma Procuradora respeitada por todos nós, é que a matéria transitou no âmbito da Procuradoria e fizeram os devidos esclarecimentos da previsibilidade da legislação, tanto da LDO, como da LOA, e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No entanto, acho que o Deputado Agaciel Maia é o Presidente. Creio que nós não podemos aqui disputar em princípios que balizam a nossa conduta no processo legislativo. Então, acho que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Presidência desta Casa devem formalizar uma consulta ao Ministério Público para que ele esclareça de fato em que termos vai se dar esse controle.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu também concordo que o Ministério Público não pode pautar a Casa, mas, mesmo assim, Deputada Celina Leão, Presidente desta Casa, o nosso Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que merece todo nosso respeito, tem dúvidas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	180

Acho que V.Exa. deveria pedir para não votar esse projeto hoje até que se possa fazer uma nova consulta, e a gente votar com tranquilidade. Eu acho que V.Exa. deveria prestigiar, nesse momento, o nosso Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a questão de ordem do Deputado Bispo Renato Andrade. Eu acho que não podemos constranger o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. A partir do momento em que o Presidente da Comissão tem dúvidas, acho que a Casa tem de agir solidariamente.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu conversei com a Dra. Paola, com o Secretário Pedro.

Pelas informações que lá tenho, acho que há eixos de compensações. Não se transgrediria, a rigor, em um primeiro momento, essa recomendação do Ministério Público. Mas confesso a V.Exa. que fiquei inseguro, diante das ponderações feitas pelo nosso colega mais experiente na área de orçamento, hoje Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças .

Eu tenho também a compreensão sobre a cautela que o Deputado Agaciel Maia tem com projetos dessa natureza. De maneira que eu, unindo-me à questão de ordem do Deputado Bispo Renato Andrade, dizendo que é preciso que tenhamos cautela, já que temos uma opinião tão abalizada do Deputado Agaciel Maia nesse sentido, também prestemos atenção a todos os outros projetos de iniciativa do Executivo, ou não, que possam trazer renúncia de receita ou algum tipo de isenção. Então, temos de ter muita cautela com esse tipo de matéria.

Eu quero dizer que vou seguir a posição do Deputado Agaciel Maia e a questão de ordem colocada pelo Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, esta Casa sabe que sou um facilitador. Eu não sou de colocar dificuldade em nada, está certo? Isso é fato!

Mas, tendo em vista a minha própria posição de segurança e agora ouvindo um promotor, pessoa nata do Ministério Público; o próprio Deputado Robério Negreiros; o Deputado Rafael Prudente, que é da Comissão e que também é contra; e considerando em princípio que também é a posição do Deputado Prof. Israel; então, nós estamos em maioria. O Deputado Prof. Israel se posicionou aqui como contrário. Então, dentro da Comissão, já temos uma maioria contrária ao encaminhamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	181

Então, por tudo que é demonstrado, acho que seria, conforme disse o Deputado Chico Leite, cautela em nos cercarmos de que realmente não estamos descumprindo um dispositivo legal.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, pela manhã, esse assunto foi realmente debatido no âmbito da nossa Comissão.

Entendo as razões do Deputado Agaciel Maia, mas quero dizer que uma das coisas que eu ouço muito dos Deputados desta Casa – e é importante ressaltar isso – é que, muitas vezes, cobram do Governador Rodrigo Rollemberg o porquê de ele seguir tantas recomendações do Ministério Público.

É muito engraçado, no momento em que vemos aqui um tema igual a esse, nós vamos ter que seguir a recomendação do Ministério Público, mas, quando vai lá para o governo, há críticas incansáveis nesta Casa dizendo: “Ah, ele está seguindo o Ministério Público. Ah, porque o Ministério Público está pautando”.

Eu acho que o Ministério Público não pode também pautar esta Casa, até porque, este ano, esta Casa já deu demonstração, não aprovando o IPTU, não aprovando a TLP... Houve outros aumentos que esta Casa trouxe à população e, no momento em que é chegado de darmos o benefício para essa população, a Casa está dizendo não. É importante... E aqui eu faço um apelo: é o momento de levarmos o benefício para essa população que também quer ver esta Casa se posicionar a favor dela.

Então, Deputado Agaciel Maia, entendo a vossa preocupação, mas são vários benefícios. Aqui tem benefício do deficiente, do idoso, da criança, de diversos setores. Eu vejo hoje que, com uma posição dessas – e nada contra a decisão do Deputado Bispo Renato Andrade –, nós estamos impedindo que boa parte da população seja beneficiada.

Temos aqui um promotor que, no início, disse que não era favorável a essa recomendação, e, no final, concordou, ficou meio assim. Eu peço a V.Exa. que reconsidere. Acho que temos que votar.

O Governador Agnelo fez isso e muitos dos senhores... Eu pedi para a minha assessoria buscar os Deputados que, na legislatura passada, votaram a favor desses benefícios. Será um grande retrocesso esta Casa não votar hoje os benefícios para a população.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, vou deixar o Deputado Chico Vigilante discutir, mas vou pedir a maior brevidade possível, porque, inclusive, a Presidência já encaminhou pela retirada do projeto. Eu vou retirar esse projeto, porque o próprio Presidente da Comissão está com dificuldade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	182

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, esse projeto sobre a questão das isenções – tive a oportunidade de discutir com alguns técnicos, incluindo o competente técnico Willemann –, creio que pode gerar uma confusão no Distrito Federal, porque existem isenções de muitos anos em relação a isso.

Eu acho que o entendimento e a responsabilidade... Vai virar uma confusão tremenda, desde a questão dos deficientes, a questão dos transportes, tem isenção do óleo diesel... Acho que seria prudente votarmos isso hoje, até por essa questão, e que os Deputados analisassem com os técnicos da Casa o que representa isso. Acho que estamos analisando essa questão da recomendação do Ministério Público sem pensar no efeito que isso vai gerar para o Distrito Federal. Essa não é uma área que domino muito, a questão orçamentária, mas nós Parlamentares acabamos aprendendo de tudo um pouco. O entendimento e encaminhamento é o de que pudéssemos votar isso hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu não sou advogado, eu sou vigilante. Acho que aqui temos que trabalhar muito mais com a nossa sensibilidade.

Deputado Agaciel Maia, tenho dito e vou repetir, é incrível que há muita coisa que é ilegal aqui no Distrito Federal e é legal em Águas Lindas. Ilegal em Brasília, porque o Ministério Público daqui, com todo respeito que tenho por ele, questiona, mas, em Águas Lindas de Goiás, porque lá dependem de arrecadação do Estado. Se não houver arrecadação, não tem como manter nem o Ministério Público do Estado nem o Judiciário nem a máquina do Estado de Goiás.

Nós aprovamos aqui um projeto que creio que foi fundamental e que, na época, foi muito criticado – o Deputado Agaciel foi o sustentáculo disso –, que foi a diminuição do ICMS do querosene de aviação. Se não tivéssemos diminuído o ICMS do querosene de aviação, não teríamos hoje o aeroporto de Brasília como o primeiro no Brasil em termos de voo doméstico e o segundo em voo internacional; aqui é o lugar de origem de muitos voos.

Respeito a decisão de V.Exa. de retirar o projeto, mas quero fazer uma proposta aqui. Onde está a Dra. Paola? Deputada Celina, Presidente desta Casa, há de existir algum remédio preventivo para livrar os Deputados e facilitar a arrecadação no Distrito Federal. Portanto, não podemos ficar legislando aqui sob ameaça! O Deputado Agaciel, e S.Exa. tem razão, está sendo ameaçado, é um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	183

constrangimento ouvir: “Se votar vai se ferrar, porque vai para improbidade administrativa”, e é pior hoje do que qualquer crime.

Então, quero sugerir, Dra. Paola, que o Distrito Federal busque o remédio jurídico com a Câmara Legislativa para derrubarmos essa recomendação na Justiça. Não dá, Deputado Joe Valle, para aceitar isso passivamente! Se aceitarmos, Deputado Chico Leite, e formos aceitando, daqui a uns dias, entregamos a chave ao Ministério Público para administrar o Distrito Federal! Nós já não podemos quase nada, a gente só pode mexer em 6% do Orçamento. Tudo o que a gente vai fazer é inconstitucional, e agora ainda vem uma recomendação sobre o que a gente imaginava que podia fazer.

Sou da tese, com todo o respeito que tenho ao Ministério Público, de que recomendação é recomendação, não é decisão judicial, recomendação eu cumpro ou não! O Deputado Joe Valle recomenda: “Chico, não vai para a Ceilândia hoje não porque você vai se dar mal”. Eu digo: “Eu vou”. E posso ou não me dar mal. É muito fácil ficar expedindo coisa, dizendo que os outros não podem fazer! E nós vamos ficar a vida inteira dizendo: “Disse que não posso fazer, eu não vou fazer”. Vamos buscar o remédio jurídico.

Eu conversava há pouco com o Willemann e ele dizia: “Chico, assim como existe o *habeas corpus* preventivo, para quando estão me ameaçando de alguma coisa ou para quando eu vou depor num canto e digo que não quero falar, garante o meu direito de ficar calado, deve existir uma espécie de *habeas corpus* preventivo para que o Legislativo possa funcionar! Não dá para ficarmos nessa! Daqui a uns dias vamos poder fazer o quê?

Há uma recomendação? Ok, há uma recomendação, mas vamos à Justiça questionar a recomendação?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu sou Presidente, mas preciso discutir isso porque acho importante discutir.

Deputado Chico Vigilante, todos os Deputados aqui me conhecem pela nossa coragem. Não tenho dificuldade nenhuma de votar o projeto, de aprovarmos e ir para a Justiça.

Só que nós temos um detalhe aí. Todos conhecem o respeito que tenho pelos Presidentes de Comissões e, a partir do momento em que o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está notificado que tem dificuldade, a Casa deixa, de uma certa forma, de votar.

Se não formos solidários com o Presidente, parece que a Casa está dividida. O Deputado Agaciel Maia sabe realmente o prejuízo que pode causar uma ação como essa, como foi colocado por ele. Não posso constranger o Deputado, a gente tem certeza de que muitos Deputados aqui votariam. Eu votaria até por uma questão de legitimidade desse processo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	184

Acho que a fala do Deputado Wasny foi muito centrada, mas a preocupação que tenho aqui na verdade é de não deixar os Presidentes de Comissões, como foi no caso do Deputado Agaciel Maia, expostos diante de uma situação dessa, porque ele não pode votar – inclusive ele não quer votar, ele foi citado nominalmente – e os outros Deputados votando.

Ou a gente toma uma decisão de instituição, de retirar o projeto da pauta... E, se for o caso, hoje é o último dia, a gente amanhã faz uma conversa com calma. Eu posso até abrir uma extraordinária amanhã para a gente votar isso em plenário, amanhã à tarde, para resolver o problema. Mas eu não posso deixar um presidente de comissão sem a proteção da instituição, porque eu o exponho.

Eu tenho certeza de que, se fosse o Deputado Agaciel Maia comigo na Presidência de uma Comissão, ele teria essa solidariedade também.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, e se nós fizéssemos uma recomendação, uma sugestão a essa Presidência para que encerremos hoje essa questão dos projetos, amanhã iniciemos no horário que tem que se iniciar e, no decorrer dos trabalhos, que o próprio governo coloque a Procuradora Geral, o próprio Deputado Chico Leite – pela origem dele do Ministério Público – e os representantes do governo para verem a extensão dessa recomendação?

Eu até concordo, porque as letras, inclusive, são letras maiores também no nome do Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Depois que eu vi a forma dessa recomendação – apesar de ser uma recomendação –, eu estou completamente do lado do posicionamento do Deputado Agaciel Maia, porque é uma responsabilidade muito grande.

S.Exa. tem, inclusive, prazo para apresentar os votos que serão proferidos aqui sobre essa questão lá no Ministério Público. Então, a gente tem que saber qual é o alcance disso. Mas o Ministério Público também tem que saber qual é o alcance da responsabilidade da não prorrogação.

Não sou entendedor da área, mas escutei três técnicos que disseram que isso vai gerar uma confusão tremenda, que nem a Câmara Legislativa vai conseguir resolver após o recesso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Deputado Julio Cesar, ao se referir ao meu comentário, disse que eu fiquei meio assim, meio assim.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	185

Eu não sou de ficar meio assim, não, Deputado Julio Cesar. Eu sou de ter uma afirmação. Pode ser que eu tenha mais de um fundamento e tenha que examinar os dois fundamentos; mas, quando eu tiro uma conclusão, Deputado Julio Cesar, eu sempre coloco a minha posição para o debate de todos. Na minha caminhada eu não tenho um meio assim, meio assim. V.Exa., talvez, devesse observar um pouco mais. Eu trato V.Exa. com muito respeito, trato os colegas com muito respeito.

Deputada Celina Leão, na verdade eu sou ainda Procurador de Justiça de carreira, com muito orgulho, um concurso de 27 anos atrás, licenciado para o exercício do mandato. Já fui algumas vezes impugnado no eleitoral pelo Ministério Público, já tive ações contra mim das quais eu me defendi, e nunca pedi a um colega promotor, um procurador de Justiça, um favor, porque jamais faria a alguém algo que não gostaria que fizessem a mim.

De maneira que o que me constrange não é o debate. A gente pode enfrentar. O que me constrange é a adjetivação constante por alguns colegas do Ministério Público. Essa não é a primeira vez que se insinua nesta Casa que é porque o Ministério Público é de origem federal que ele não tem cautela com as coisas do Distrito Federal.

A próxima vez que se disser aqui, que se insinuar ou que se disser diretamente, vai ser interpelado para indicar, individualizar a grave acusação. A próxima vez que se insinuar uma acusação, Sra. Presidente, eu vou precisar dizer isso. Isso eu já ouvi em reunião de Colégio de Líderes, dessa tribuna eu ouvi por anos a fio. A partir de agora, eu acho que a gente tem que começar a individualizar. É possível fazer o debate sem adjetivar, sem diminuir, sem desqualificar aqueles que cumprem a sua função.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu fiquei ouvindo aqui as preocupações, principalmente a do Deputado Agaciel Maia. Eu até diria, Deputado Agaciel Maia, que é justa a preocupação de V.Exa. Entretanto, nós estamos tratando de quê? Nós estamos tratando de uma recomendação. O que é uma recomendação? Uma recomendação é apenas uma recomendação, não passa disso.

Evidentemente – aqui vai o meu sentir –, o Ministério Público invade uma esfera de competência que não é sua, quando recomenda que o Poder Legislativo deixe de apreciar matérias que são da sua competência.

Já exerci diversas funções públicas. Quando exerço uma função pública e recebo algumas recomendações, algumas eu até agradeço porque me alertam para determinadas situações que eu não tinha visto, outras eu agradeço e informo que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	186

não acatarei. Por quê? Porque a função desta Casa é legislar, e as matérias estão muito bem circunscritas nos normativos. Nós temos competência legal para legislar sobre determinados temas. Não vejo por que não agradecer ao Ministério Público a gentileza de ter externado o seu entendimento, mas, sem embargo do respeito que costumadamente prestamos a eles, nós não vamos seguir.

Eu, se estivesse na Comissão, faria dessa forma. Mas cada Parlamentar, evidentemente, tem a sua autonomia para agir da forma que desejar, até porque se formos analisar essa situação a fundo, Deputado Agaciel Maia, o que não é ingerência indevida... Por exemplo, o Congresso Nacional, na sua soberania, estabelece leis as quais, independentemente de o Ministério Público gostar ou não, é obrigado a fiscalizar porque o seu papel é ser fiscalizador de uma lei que não é feita por ele, é feita pelo Congresso Nacional, exercendo a soberania popular.

Obviamente eu me submeto à decisão da Comissão que V.Exa. preside, e saberei me conduzir da forma que me for permitida no Regimento. Nesse caso específico, não vejo a recomendação como um imperativo, até porque falece competência ao Ministério Público para editar algo com esse sentido ou com essa intensidade.

Sra. Presidente, era essa a minha consideração. A gente realmente precisa estabelecer também as nossas competências e exercê-las em toda a sua plenitude.

DEPUTADO JOE VALLE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, ouvindo atentamente todos os Parlamentares que se manifestaram, venho aqui também respeitar a posição do Presidente, decano de Economia, Deputado Agaciel Maia. Realmente, a profundidade dessa não votação em termos de comunidade, e aqui estou me referindo às pessoas com deficiência que deixam de ter as suas isenções naquilo que está consagrado, é uma coisa extremamente prejudicial.

Nesse sentido, eu gostaria de colocar duas questões.

A primeira é que nós pudéssemos, havendo mais dois nomes na recomendação – do Secretário de Fazenda Pedro Meneguetti e da Secretária de Administração Leany Lemos, ídolo do Deputado Agaciel Maia –, fazer uma discussão aqui, suspendendo a sessão, para ver se há alguma solução.

A segunda questão é seguir o que o Deputado Robério Negreiros colocou de encerrarmos a nossa sessão e deixarmos para amanhã, levando em consideração o desgaste que isso vai causar na comunidade, na população.

Entendo plenamente o Deputado Agaciel Maia e vou seguir a sua recomendação como Presidente da Comissão, mas deixo aqui a minha opinião.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	187

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Deputado Joe Valle trouxe a proposta de encerrarmos hoje a sessão e retornarmos amanhã. Os Líderes vão pensando, enquanto ouvimos o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a Dra. Paola é uma mulher, Procuradora do Distrito Federal, pela qual nós temos o maior respeito. Ela me assegura que este projeto está seguindo de maneira categórica a recomendação do Ministério Público. Essa é a palavra da Dra. Paola, na qual eu acredito. Creio que a gente pode perfeitamente suspender e deixar para amanhã.

Sugiro ao Deputado Agaciel Maia, por quem tenho um respeito profundo, que sente com a Dra. Paola. Amanhã, dirimidas essas dúvidas, votamos efetivamente o projeto. Vai ser muito ruim a gente deixar os deficientes sem as isenções, enfim, as pessoas que têm esse benefício que é fundamental. Há a questão do IPVA zero dos carros novos. Não vão vender aqui, mas vão vender ali em Valparaíso de Goiás. As concessionárias estão doidas para se instalarem em Valparaíso. Quem vai perder com isso é Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu quero consultar o Plenário antes de a Deputada Sandra Faraj falar. Todos os Deputados concordam – não vou consultar os Líderes porque acho que essa decisão tem que ser da maioria – em suspendermos a sessão agora e retornarmos amanhã às 9h da manhã?

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Eu concordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Nós vamos encerrar.

Pessoal, não temos condições de votar do jeito que está. Não podemos votar o primeiro turno antes de terminarmos de votar os projetos do Executivo. Para votarmos os projetos em primeiro turno, temos que votar inclusive esse em que está a dúvida. A sugestão é passar para o dia seguinte.

Vou ouvir a Deputada Sandra Faraj, depois vou consultar o Plenário. O Parlamentar que for contrário a essa proposta se manifeste.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu peço celeridade na votação, pelo avançar da hora. Já é 1h40min da manhã e não terminamos o primeiro turno. Há os projetos de Parlamentares e o segundo turno. A gente vai acabar chegando às 6h da manhã dessa maneira. Eu queria que houvesse celeridade e que os Deputados tivessem a sensibilidade de reduzir os discursos, ou então suspendemos imediatamente, para voltar amanhã.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	188

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Eu vou acatar a decisão da maioria. Os Deputados que forem contrários a passar a votação para o dia de amanhã se manifestem. Os contrários.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em respeito ao pessoal da Defensoria Pública, que está aqui até agora, seria importante votarmos os projetos nºs 635 e o 31 também. Sou contra deixar para amanhã essa votação. É só acelerar o processo, para que a gente vote isso o mais rápido possível.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, deixe-me explicar. O projeto da Defensoria tem que ser o último da votação em primeiro turno, porque se trata de uma derrubada da LOA. Para votarmos o último projeto, temos que votar os outros, que são os que estão dando polêmica. Eu quero construir com a maioria.

Muitos Deputados estão reclamando. Há essa pendência do Ministério Público, que pode prejudicar várias pessoas. Então, a tentativa – é até uma sugestão do Deputado Joe Valle – de continuar a sessão amanhã é para dar o tempo necessário para que os Deputados possam esclarecer essas dúvidas com a Paola e para que a gente possa construir uma votação mais tranquila para o dia de amanhã.

Então, manifestou-se contrário somente o Deputado Lira.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, não sei se a Dra. Paola foi promovida ou não a deputada. A minha opinião é a seguinte: eu acompanho, veja bem, eu tenho o pensamento de que a gente poderia atender o projeto da defensoria, mas V.Exa. está explicando a limitação que ele tem, por conta da questão de ser uma alteração na LOA, uma questão técnica.

Eu pondero com V.Exa., Deputada Celina Leão, solicito que votemos pelo menos aqueles que estiverem em condição de serem apreciados em primeiro turno hoje, para atendermos as pessoas que estão no plenário até esta hora, como por exemplo a PELO nº 31. Aqueles que estão em condições de ser apreciados em primeiro turno, que, pelo menos esses, nós os apreciemos. Eu concordo, aí sim, com o adiamento da sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O que nós vamos fazer. Eu estou conversando com a assessoria. Nós vamos ter de fazer o seguinte: vamos votar o projeto que V.Exa. pediu, a PELO, que nós estamos aguardando, e vamos apreciar em primeiro turno a LOA, mas vamos ter de abrir duas extraordinárias amanhã por causa da votação de segundo e de primeiro turnos. Votando isso, encerramos a sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	189

Deputado Julio Cesar, qual é esse que V.Exa. quer?

DEPUTADO JULIO CESAR – É o Projeto de Lei Complementar nº 41, que trata da venda dos terrenos; e os dos créditos, sobre os quais eu fiz a consulta aos Líderes. Parece que já há acordo para um deles; para o outro, vamos ver ainda. Este último é o da publicidade. Há também o Processo nº 18.

Presidente, eu queria só fazer uma consulta. Aqui temos como regra apreciarmos os projetos dos Deputados que estejam em plenário. Eu não poderei estar aqui, na quarta-feira. Já que eu não vou estar aqui, quero saber se os meus projetos vão ser votados.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Julio Cesar, se depender de mim, vou colocar os projetos de V.Exa., que tem sido muito correto com esta Casa. V.Exa. tem a garantia desta Presidência de que os seus projetos serão votados.

Vamos entrar em votação rapidamente, pessoal?

Não vamos gastar muito tempo com pronunciamentos, não. Vamos agilizar.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria verificar com o Líder de Governo se poderíamos deixar para apreciar amanhã o Projeto de Lei Complementar nº 41, em primeiro e segundo turnos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Deputado Julio Cesar. V.Exa. deixa acordado hoje com os Líderes. Eu acho que é importante deixar o acordo firmado. Quais foram esses últimos projetos, Deputado Julio Cesar, para os quais V.Exa. fez acordo?

DEPUTADO JULIO CESAR – Foram o Projeto de Lei Complementar nº 41 e a PELO nº 34. O nº 824, ainda estamos discutindo para que, amanhã, possamos avaliar. Também Projeto de Lei nº 751, de 2015; e o Processo nº 18.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu agradeço ao Deputado Julio Cesar por estar deixando essas votações para o dia de amanhã. Assim, S.Exa. demonstra compreensão com a elevada pauta que tivemos hoje.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, qual o horário da sessão amanhã?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Às 9h.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	190

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu queria fazer uma revisão da pauta de amanhã, antes de começar a votação porque, para o Projeto de Lei Complementar nº 41, por exemplo, não havia acordo. Quanto ao projeto referente ao crédito da publicidade, também não havia acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Nós vamos chegar às 9h e, antes de entrarmos em votação, V.Exa. faz uma revisão com os Deputados.

Vamos entrar na votação da PELO nº 31. Eu peço os dois projetos, Marcelinho – o da Defensoria e a PELO nº 31 –, que são os últimos projetos da pauta que vamos votar hoje.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, pelo Bloco Força do Trabalho, representamos cinco Deputados. Eu queria fazer um apelo a V.Exa. Já que alguns Deputados se posicionavam contra e houve apenas uma interrogação no Colégio de Líderes e, tanto eu como o Deputado Rodrigo Delmasso, a princípio, somos favoráveis a votar em primeiro turno o Projeto de Lei Complementar nº 41, peço que o apreciemos hoje. Daí, deixaríamos a discussão toda para a votação em segundo turno amanhã.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, ninguém está aguentando mais nada. Encerra a sessão logo. Do que adianta votar agora ou daqui a três, quatro ou cinco horas votarmos de novo? Que diferença vai fazer? Gente, é questão até de humanidade. Ninguém aguenta mais isso aqui. Vai votar o que não sabe. Nós não podemos ser irresponsáveis com o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Só queria pedir à assessoria o veto.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, considerando que hoje nós iremos abrir uma nova sessão extraordinária, que possamos ir direto para o voto, sem falatório, sem nada. Voto direto. Mesmo assim, tem gente que gosta de falar. Direto para o voto, Sra. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	191

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Faremos a votação das emendas da LOA. Só da LOA.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, qual vai ser o procedimento adotado? Estou perguntando só para situar o Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Cristiano Araújo, amanhã, o procedimento será o seguinte: nós vamos chegar às 9h. Eu vou pedir para abrir aquela sala do lado, a sala de reuniões, para todos checarem o que está na pauta, conversarem lá com a Liderança do Governo e verem se está tudo certo, se está acordado mesmo. Somente depois disso, viremos ao plenário. Então, às 9h na sala aqui do lado. Não vamos à sala da Presidência. Estando ali, saímos e vimos para a votação. É na sala de reunião, ao lado do plenário.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, é bom deixar estipulado o horário para começar a sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Cristiano Araújo, tem que ser às 9h. Se marcarmos nove e meia, o povo chega às dez e meia. Às 9h, nós já descemos para conversar.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, V.Exa. está marcando para as 9h. Se tiver *quorum*, poderemos iniciar. Ok?

É só para saber. Às 9h, vamos estar aí para começarmos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, são quarenta emendas destacadas. Eu quero dizer ao pessoal da Defensoria Pública que nós temos acordo para votar o projeto de interesse vocês, mas nós não vamos entrar em votação hoje. Nenhum Deputado tem condição de votar. Nós temos que ler quarenta emendas e votá-las. Mas amanhã, no começo do dia, nós retornamos.

Vamos fazer o seguinte acordo: pessoal, estamos marcando para as 9h, para vocês chegarem às 10h. Não estamos marcando às 10h para vocês chegarem às 11h, não! No máximo, até 10h, queremos iniciar a votação. Ok?

Faremos a convocação de plenário.

A Presidência convoca as senhoras e senhores Deputados para a sessão extraordinária a ser realizada a partir das 9h, com a pauta a ser distribuída.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   15   2015	15h55min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	192

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 1h49min.)